

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Cléia de Jesus Macedo Amorim

**O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
como estratégia de certificação de conclusão dos ensinos fundamental e
médio: desafios e potencialidades**

Juiz de Fora
2020

Cléia de Jesus Macedo Amorim

**O Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos
como estratégia de certificação de conclusão dos ensinos fundamental e
médio: desafios e potencialidades**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Drumond e Castro.

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Amorim, Cléia de Jesus Macedo.

O Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e
Adultos como estratégia de certificação de conclusão dos ensinos
fundamental e médio: desafios e potencialidades / Cléia de Jesus
Macedo Amorim. -- 2020.

155 f. : il.

Orientadora: Maria Cristina Drumond e Castro
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de
Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2020.

1. Certificação de Competências. 2. Exames de Certificação. 3.
Educação de Jovens e Adultos . 4. Encceja. I. Castro, Maria Cristina
Drumond e, orient. II. Título.

Cléia de Jesus Macedo Amorim

**O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
como estratégia de certificação de conclusão dos ensinos fundamental e
médio: desafios e potencialidades**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 03 de agosto de 2020

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Cristina Drumond e Castro - Orientadora
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Victor Cláudio Paradela Ferreira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Paulo Lourenço Domingues Junior
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade de poder cursar esse mestrado e por ter me dado saúde e forças para concluir-lo com êxito.

Aos meus pais, Jerolino Antônio de Macedo e Raimunda de Jesus de Macedo, e aos meus irmãos, Wellington Alexandre de Macedo e Andréia de Jesus Barreiros, por sempre estarem ao meu lado e acreditarem no meu potencial.

Ao meu esposo e companheiro, Egbert Amorim Rodrigues, meu agradecimento especial por todo amor, apoio, compreensão, incentivo e por me encorajar nos momentos mais difíceis. Sei que logo você defenderá a sua dissertação e comemoraremos juntos mais essa conquista.

À minha orientadora, professora Maria Cristina Drumond e Castro, pelas valiosas contribuições dadas durante todo o processo.

À minha ASA, Diovana Paula de Jesus Bertolotti, pelo suporte dado, pela paciência e pelas palavras de incentivo em momento delicado do percurso desse mestrado.

Às minhas colegas do Inep que também vivenciaram essa jornada, pelas palavras de incentivo, de apoio e por tornarem a caminhada mais leve, principalmente durante o período presencial.

Ao Inep, pela oportunidade de capacitação concedida.

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado teve como foco o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), realizado pelo Inep desde 2002, como instrumento de política pública ao subsidiar as Secretarias Estaduais de Educação no atendimento público em certificação das competências e habilidades básicas de jovens e adultos por meio de exames. A pergunta que norteou a pesquisa foi: quais os desafios e as potencialidades da atual configuração do Encceja como estratégia de certificação de conclusão dos ensinos fundamental e médio no território nacional? Como objetivo geral pretendeu-se analisar os desafios e as potencialidades do formato atual do Encceja Nacional Regular enquanto exame certificador dos ensinos fundamental e médio. Os objetivos específicos definidos para este estudo foram: descrever o Encceja, seu contexto histórico e mudanças significativas; analisar aspectos da sistemática atual da sua realização, do processo de certificação e do perfil dos participantes, identificando desafios e potencialidades do instrumento; e propor ações que se configurem como instrumental de apoio ao Inep no sentido de ampliar as possibilidades do exame. Para atingir tais objetivos, adotou-se a metodologia qualitativa que envolveu pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica foi fundamental para a construção do histórico e do reconhecimento das principais mudanças que ocorreram nessa política, enquanto a pesquisa documental norteou a análise da configuração atual do Encceja. No contexto das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), as reflexões teóricas fundamentaram-se nos estudos de autores como Almeida (2016), Arroyo (2007), Di Pierro e Haddad (2000; 2015), Ferreira e Rodrigues (2016), Friedrich *et al.* (2010), Oliveira (2007), Rummert (2007), entre outros. A partir dos desafios e potencialidades identificados para o Encceja, foi possível traçar um Plano de Ação Educacional (PAE) com ações propositivas para a gestão do Inep com vistas a uma maior integração e alinhamento entre os setores do instituto envolvidos na realização do exame, à capacitação contínua de colaboradores, ao monitoramento do processo de certificação e ao fortalecimento da disseminação de informações sobre o exame. Espera-se que essas ações propiciem também

reflexões sobre o exame e seus caminhos, contribuindo para o aprimoramento desse instrumento.

Palavras-Chave: Certificação de Competências. Exames de Certificação. Educação de Jovens e Adultos. Encceja.

ABSTRACT

This dissertation was developed in the scope of the Professional Master's degree in Management and Evaluation of Public Education (PPGP) of the Center for Public Policy and Evaluation of Education of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The management case studied aimed to analyse the National Exam for the Certification of Competences of Youths and Adults (Encceja), performed by Inep since 2002, as an instrument of public policy in subsidizing the State Education Secretariats in public service in the certification of basic competences and skills of young people and adults through exams. The question that guided this research was: what are the challenges and potentialities of the current configuration of Encceja as a certification strategy for the conclusion of basic education in the national territory? The main objective was to analyze the challenges and potentialities of the current format of Encceja as a certification exam for the conclusion the basic education. The specific goals defined for this study were: to describe the Encceja, its historical context and significant changes; to analyze aspects of the current system of its implementation, the certification process and the profile of the participants, identifying challenges and potentialities of the instrument; and to propose actions to support Inep in order to expand the Encceja possibilities. To achieve these goals, the qualitative methodology that involved bibliographic and documentary research was adopted. Bibliographic research was important for the construction of historical context and the identification of the main changes that occurred over the years, while documentary research guided the analysis of the current configuration of Encceja. In the context public policy for Youth and Adult Education, theoretical reflections were based on studies by authors such as Almeida (2016), Arroyo (2007), Di Pierro and Haddad (2000; 2015), Ferreira and Rodrigues (2016), Friedrich *et al.* (2010), Oliveira (2007), Rummert (2007), among others. Based on the challenges and potentialities identified for Encceja, it was possible to draw up an Educational Action Plan with propositional actions for the management of Inep with a view to greater integration and alignment between the sectors of the institute involved in carrying out the exam, the continuous training of collaborators, monitoring the certification process and strengthening the dissemination of information about the exam. It is hoped that these actions will also provide reflections on the exam and its paths, contributing to the improvement of this instrument.

Keywords: Competences Certification. Certification Exams. Youth and Adult Education. Encceja.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Outros números relacionados à aplicação do Encceja Nacional Regular 2017	45
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de inscritos no Encceja Nacional e Certificação via Enem (2008 a 2018)	44
Gráfico 2 - Idade com que abandonou a escola.....	80
Gráfico 3 - Formato do curso da EJA para os que retornam aos estudos.....	81
Gráfico 4 - Motivos para o abandono escolar	83
Gráfico 5 - Motivação para participar do Encceja.....	85
Gráfico 6 - Aproveitamento parcial no Encceja 2017	98
Gráfico 7 - Aproveitamento total quanto à renda familiar mensal no Encceja 2017	100
Gráfico 8 - Aproveitamento total quanto à escolaridade dos participantes no Encceja 2017.....	101
Gráfico 9 - Faixas de proficiência para os participantes que realizaram a prova de Ciências Naturais	111
Gráfico 10 - Faixas de proficiência para os participantes que realizaram a prova de Ciências da Natureza	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mudanças no Encceja de 1999 a 2018	39
Quadro 2 - Modalidades do Encceja	42
Quadro 3 - Comparação das etapas inscrição, aplicação e divulgação dos resultados entre edições do Encceja Nacional (2008 a 2018).....	46
Quadro 4 - Provas por nível de ensino	54
Quadro 5 - Questão 15 do Caderno Encceja Nacional Regular do Ensino Fundamental da edição 2017 - Ciências Naturais.....	58
Quadro 6 - Questão 23 do Caderno Encceja Nacional Regular do Ensino Médio da edição 2017 - Ciências da Natureza e suas Tecnologias.....	59
Quadro 7 - Fases do ciclo de políticas públicas	66
Quadro 8 - Sistematização da pesquisa documental	74
Quadro 9 - Cronograma das principais etapas das edições 2017 do Saeb, Enem e Encceja Nacional Regular	87
Quadro 10 - Habilidades e conteúdos abordados na prova de Ciências Naturais	105
Quadro 11 - Habilidades e conteúdos abordados na prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Encceja 2017	106
Quadro 12 - Questão 05 da prova de Ciências Naturais do Encceja 2017	108
Quadro 13 - Questão 28 da prova de Ciências Naturais do Encceja 2017	108
Quadro 14 - Questão 14 da prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Encceja 2017.....	109
Quadro 15 - Questão 04 da prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Encceja 2017.....	109
Quadro 16 - Dados da pesquisa e ações propositivas por eixo de análise	116
Quadro 17 - Ações que podem ser executadas pelo Inep	119
Quadro 18 - Proposta de programação para o seminário interno sobre o Encceja	122
Quadro 19 - Estratégias de divulgação para o exame	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Grau de instrução de pessoas de 25 anos ou mais em 2018	24
Tabela 2	- Taxa de escolarização em 2016, 2017 e 2018.....	24
Tabela 3	- Total de inscritos no Encceja Nacional por etapa e ano de edição (2008 a 2018)	43
Tabela 4	- Inscritos por faixa etária nas edições 2014, 2017 e 2018 do Encceja Nacional	48
Tabela 5	- Inscritos por região nas edições 2014, 2017 e 2018 do Encceja Nacional	48
Tabela 6	- População por níveis de instrução no 2 ^a trimestre de 2018 - percentual da população (%)	49
Tabela 7	- Inscritos por sexo nas edições 2014, 2017 e 2018 do Encceja Nacional	50
Tabela 8	- Inscritos por cor/raça nas edições 2017 e 2018 do Encceja Nacional	51
Tabela 9	- Inscritos segundo o exercício de atividade remunerada nas edições 2014, 2017 e 2018 do Encceja Nacional	51
Tabela 10	- Taxa de abstenção por edição do Encceja Nacional a partir de 2008.	52
Tabela 11	- Taxa de abstenção por estado nas edições 2014, 2017 e 2018 do Encceja Nacional.....	53
Tabela 12	- Renda familiar mensal.....	78
Tabela 13	- Série que deixou de frequentar a escola.....	79
Tabela 14	- Reprovação escolar dos inscritos no Encceja	82
Tabela 15	- Quantidade de horas trabalhadas por semana	84
Tabela 16	- Idade de início da atividade remunerada	84
Tabela 17	- Municípios de aplicação no Encceja Nacional 2014, 2017 e 2018.....	89
Tabela 18	- Atendimento especializado e específico no Encceja 2017	91
Tabela 19	- Número de inscrições confirmadas, municípios de aplicação, locais de prova e salas de prova para o Encceja 2017 e Enem 2017	91
Tabela 20	- Quantidade de itens segundo a habilidade da matriz nas provas de Ciências Naturais e de Ciências da Natureza do Encceja Nacional Regular 2017	93
Tabela 21	- Participantes aprovados nas áreas de conhecimento avaliadas na edição 2017 do Encceja Nacional Regular.....	97

Tabela 22 - Presentes e aprovados quanto à renda familiar mensal no Encceja 2017	99
Tabela 23 - Presentes e aprovados quanto à escolaridade no Encceja 2017.....	100
Tabela 24 - Aproveitamento quanto à execução de atividade remunerada por faixa etária no Encceja 2017.....	102
Tabela 25 - Aproveitamento total no Enem 2016 e no Encceja Médio 2017	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNI	Banco Nacional de Itens
CEB	Câmara de Educação Básica
CF	Constituição Federal
CGDA	Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Aplicação
Cgec	Coordenação-Geral de Exames para Certificação
CGSI	Coordenação-Geral de Sistemas da Informação
CNE	Conselho Nacional de Educação
Confintea	Conferência Internacional de Educação de Adultos
Daeb	Diretoria de Avaliação da Educação Básica
DBR	Divisão de Assistência a Brasileiros no Exterior
DCE	Divisão de Cooperação Educacional
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DGP	Diretoria de Gestão e Planejamento
DTDIE	Diretoria de Tecnologias e Disseminação de Informações Educacionais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Encceja	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação

MRE	Ministério das Relações Exteriores
PAE	Plano de Ação Educacional
PNADc	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
PPL	Pessoas Privadas de Liberdade
QSE	Questionário Socioeconômico
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEE	Secretarias Estaduais de Educação
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TRI	Teoria de Resposta ao Item

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	A POLÍTICA DE CERTIFICAÇÃO DO ENCCEJA.....	21
2.1	CONTEXTUALIZANDO OS EXAMES DE CERTIFICAÇÃO NO BRASIL	21
2.1.1	Contexto do surgimento do Encceja	25
2.2	HISTÓRICO DO ENCCEJA E MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS	30
2.3	ATUAL CONFIGURAÇÃO DO ENCCEJA.....	40
2.3.1	Aspectos logísticos.....	41
2.3.2	Aspectos pedagógicos do Encceja	54
2.3.3	Processo de Certificação.....	59
3	DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO ENCCEJA	64
3.1	DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EJA: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES.....	64
3.1.1	Políticas Públicas de EJA: marginalização e secundarização	65
3.1.2	Público atendido pela EJA	69
3.1.3	Avaliação, certificação e currículo na EJA	71
3.2	ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	73
3.3	INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	76
3.3.1	Perfil socioeconômico e educacional dos inscritos no Encceja.....	77
3.3.2	Atendimento da política quanto à logística de aplicação	86
3.3.3	Atendimento da política quanto à certificação dos participantes.....	96
3.3.4	Adequação pedagógica do instrumento à população-alvo	104
4	AMPLIANDO POSSIBILIDADES PARA O ENCCEJA.....	115
4.1	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PAE	117
4.1.1	Realização de seminários internos sobre o Encceja	122
4.1.2	Elaboração de um calendário estratégico para o exame.....	123
4.1.3	Fortalecimento da disseminação de informações sobre o Encceja	124
4.1.4	Inclusão de novos critérios de seleção de municípios de aplicação ..	126
4.1.5	Monitoramento dos quantitativos de participantes certificados.....	128
4.1.6	Capacitação a distância dos colaboradores do Encceja.....	129
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS	134

ANEXO A - Matriz de Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Encceja - Ensino Médio.....	145
ANEXO B - Matriz de Ciências Naturais do Encceja - Ensino Fundamental	147
ANEXO C - Estrutura do QSE - Encceja Nacional 2017	149

1 INTRODUÇÃO

A meta 8 do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014 por meio da Lei nº 13.005/2014, trata da ampliação da escolaridade média (mínimo de 12 anos) da população de 18 a 29 anos de grupos específicos, e estabelece como uma das estratégias a garantia do acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio (BRASIL, 2014a). No tocante a essa meta, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) pode ser considerado um dos instrumentos estratégicos do Governo Federal para elevar a escolaridade média dessa população.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realiza, desde 2002, o Encceja que é um exame gratuito - integralmente custeado pelo Governo Federal - e de participação voluntária, que visa assegurar uma forma alternativa de certificação para elevação da escolaridade básica no nível de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio.

Enquanto instrumento de política pública, o Encceja Nacional Regular tem subsidiado as Secretarias Estaduais de Educação (SEE) no que concerne ao atendimento público em certificação de jovens e adultos por meio de exames. Além de o Exame proporcionar a elevação da escolaridade básica, amplia as oportunidades educacionais desses jovens e adultos e enseja sua (re)inserção no mercado de trabalho e/ou ascensão profissional.

A autora desta pesquisa trabalha na Coordenação-Geral de Exames para Certificação (Cgec) da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) do Inep. É pesquisadora-tecnologista em informações e avaliações educacionais e integra a equipe pedagógica de Ciências da Natureza do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Encceja desde março de 2015. Antes de integrar esta equipe, desempenhava atividades concernentes à disseminação de informações sobre o Encceja, especialmente acerca do processo de certificação dos participantes. Em outubro de 2013, a Daeb teve a iniciativa de elaborar um guia para orientar as Secretarias Estaduais de Educação quanto ao processo de certificação com utilização dos resultados do Encceja. A pesquisadora participou da elaboração desse guia e de suas posteriores revisões, que ocorreram em 2014, 2015, 2017 e 2018.

Considerando a trajetória da pesquisadora no Inep, esses anos de experiência com o Encceja, de certa forma, a influenciaram na escolha da temática. Ademais, a motivação em estudar essa política está em sua importância social ao colaborar com a elevação da escolaridade básica dos cidadãos que dela participam. Política essa que cria melhores oportunidades educacionais, de trabalho e emprego, reduzindo, assim, as desigualdades sociais.

Em 2018, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que não finalizaram a educação básica obrigatória alcançou 52,6%. Dentro dessa parcela, cerca de 95,4% não estava frequentando a escola (IBGE, [2019]). Esse grupo pode encontrar no Encceja uma alternativa de validação dos seus conhecimentos. Em relação à renda mensal da família, de acordo com as sinopses estatísticas do Encceja 2018, cerca de 61% dos inscritos recebia até um salário mínimo e meio. Esse é o perfil esperado para os inscritos no Encceja: jovens e adultos de baixa renda e que estão fora do ambiente escolar (BRASIL, 2018a).

Apesar de sua importância no cenário educacional brasileiro, observa-se no Encceja aplicado no Brasil de 2008 a 2018: a) momentos de descontinuidade quanto à regularidade da aplicação das provas; b) ausência de um cronograma consolidado para as principais etapas do exame (inscrição, aplicação das provas e divulgação dos resultados); e c) significativas taxas de abstenção dos examinandos no dia de realização das provas. Mesmo com todo o contexto de irregularidade na oferta, há um significativo aumento na adesão das Secretarias Estaduais de Educação ao exame e do número de inscritos ao longo dos anos. Essas informações estão detalhadas no Capítulo 2 da presente dissertação.

Nesse contexto, o problema de pesquisa pode ser assim enunciado: quais os desafios e as potencialidades da atual configuração do Encceja como estratégia de certificação de conclusão dos ensinos fundamental e médio no território nacional?

Sendo assim, essa indagação é relevante, pois as informações produzidas a partir da análise das limitações e dos desafios da atual configuração do Encceja Nacional certamente aportarão novos elementos para o adensamento das reflexões sobre o Exame e seus caminhos, subsidiando a Cgec e a Daeb e demais setores do Inep envolvidos na aplicação do Encceja e no aprimoramento desse instrumento no sentido de ampliar suas potencialidades.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar os desafios e as potencialidades do formato atual do Encceja Nacional como estratégia de certificação de conclusão dos ensinos fundamental e médio e como objetivos específicos: (i) descrever o Encceja, seu contexto histórico e mudanças significativas que ocorreram nessa política, bem como a situação da abstenção e do cronograma do Exame no período entre 2008 e 2018; (ii) analisar aspectos da sistemática atual de realização do Encceja Nacional, do processo de certificação dos participantes e do perfil do público que pleiteia essa certificação, identificando desafios e potencialidades do instrumento; e (iii) propor ações que se configurem como instrumental de apoio para o Inep no sentido de ampliar as possibilidades do Encceja considerando sua importância social.

O capítulo 2 descreve a política de certificação do Encceja, detalha o contexto em que surgiu e apresenta as referências legais utilizadas na construção da política. Apresenta também o histórico comentado do Encceja, bem como as principais alterações que ocorreram na política ao longo de 10 anos (2008-2018) e descreve a configuração atual do exame considerando os aspectos logísticos, pedagógicos e do processo de certificação. Esse panorama da política tem como recorte temporal os anos entre 2008 e 2018, pois em 2008 há um redirecionamento no pacto estabelecido entre o Inep e as Secretarias Estaduais de Educação, seguindo nos anos subsequentes, e a edição 2018 que, até o fechamento desta pesquisa, corresponde à última edição do exame com informações detalhadas sobre a aplicação das provas.

No capítulo 3, é tecida a análise dos aspectos da sistemática atual de realização do Encceja a fim de detectar desafios e potencialidades do instrumento como exame certificador de âmbito nacional. As reflexões teóricas foram organizadas em três eixos de estudo: políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA); marginalização e secundarização; público atendido pela EJA; e avaliação, certificação e currículo na EJA. Tais eixos fundamentam-se nos estudos de autores como Almeida (2016), Arroyo (2007), Condé (2012), Di Pierro e Haddad (2000; 2015), Ferreira e Rodrigues (2016), Friedrich *et al.* (2010), Gouveia (2008), Oliveira (1999), Oliveira(2007), Rua (2014), Rummert (2007) entre outros autores.

Foi realizada uma pesquisa qualitativa envolvendo pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica é utilizada na descrição do histórico e das mudanças significativas ocorridas na trajetória do exame. A pesquisa

documental norteia a análise do formato atual do Encceja para identificação de desafios e potencialidades. Foram sistematizadas quatro categorias de análise: i) perfil socioeconômico e educacional dos inscritos do Encceja; ii) atendimento da política quanto à logística de aplicação; iii) atendimento da política no que se refere à certificação dos participantes; e iv) adequação pedagógica do instrumento à população-alvo.

O foco da análise da configuração atual do exame é a edição 2017 do Encceja Nacional Regular, em razão da retomada da certificação do ensino médio e por apresentar os documentos necessários para proceder a análise das categorias propostas na pesquisa documental. Como documentos para análise são utilizados: bases de dados com as notas dos participantes e informações sobre os itens de Ciências Naturais e Ciências da Natureza e suas tecnologias, áreas do ensino fundamental e médio respectivamente, constantes dos microdados do Encceja 2017; e as respostas dos inscritos ao questionário socioeconômico constantes da sinopse estatística do Encceja 2017. Documentos normativos, notas técnicas produzidas pelo Inep, documentos digitais sobre a aplicação (*press kits*) e notícias veiculadas no Portal do Inep e em outras páginas de internet relacionadas a essa edição também subsidiam a análise, especificamente na categoria atendimento da política quanto à logística de aplicação.

Por fim, no capítulo 4, é apresentado um Plano de Ação Educacional (PAE) com base na ferramenta 5W2H, que busca propor ações e diretrizes para a gestão do Inep que propiciem a superação dos desafios encontrados e a valorização das potencialidades evidenciadas, e que subsidiam a ampliação de possibilidades para o exame. As principais frentes de ação do PAE proposto foram: a realização de seminários internos sobre o Encceja; a elaboração de um calendário estratégico para o exame; a capacitação contínua de colaboradores; o monitoramento do processo de certificação; e o fortalecimento da disseminação de informações sobre o exame. As propostas de aprimoramento apresentadas também pretendem possibilitar que este Exame possa ser aplicado de maneira sistemática, com taxas de participação satisfatórias e pronta disponibilização dos resultados.

2 A POLÍTICA DE CERTIFICAÇÃO DO ENCCEJA

Neste capítulo, objetiva-se descrever o Encceja como ação governamental que incentiva a participação de jovens e adultos que ficaram fora ou abandonaram a escola por razões diversas.

Na primeira seção, é apresentada uma breve contextualização dos exames de certificação da educação básica no Brasil. Nessa seção são abordadas as bases legais - Constituição Federal (BRASIL, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996a), PNE (BRASIL, 2014a) e outras - e um breve histórico dos exames de certificação da conclusão de escolaridade no cenário educacional brasileiro, e, em sua subseção, são apresentadas as normativas que regulamentam o Encceja e como este exame está inserido nesse contexto.

Na segunda seção, é apresentado um panorama da política de certificação do Encceja no Brasil ao longo de 10 anos (2008 a 2018) contemplando o contexto histórico e as alterações substanciais que ocorreram no instrumento durante esse período. Para subsidiar a escrita do histórico do Exame são utilizados textos de Gatto (2008), Catelli Junior *et al.* (2014), Catelli Junior, Gisi e Serrao (2013) e Serrao (2014), além de documentos normativos relacionados ao Encceja.

Na última seção, é apresentada a configuração atual do Encceja considerando os seguintes aspectos: logísticos, pedagógicos e o processo de certificação. Na parte logística, são apresentados alguns dados sobre as edições do Exame – taxas de abstenção, evolução do número de inscritos –; características gerais dos jovens e adultos que se inscrevem no Encceja – faixa etária, gênero, cor/raça, execução de atividade remunerada –; e o calendário das edições do Encceja Nacional com as datas das principais etapas do exame. Na dimensão pedagógica, são apresentadas a estrutura das matrizes de referência das áreas de conhecimento avaliadas pelo Encceja e das provas, bem como exemplos de questões dos ensinos fundamental e médio da edição do Encceja 2017. Na última subseção, é descrito como está organizado o processo de certificação que utiliza os resultados do Encceja.

2.1 CONTEXTUALIZANDO OS EXAMES DE CERTIFICAÇÃO NO BRASIL

A Constituição Federal (CF) de 1988 enuncia o direito à educação como um direito social no art. 6º e prevê no art. 205 a educação enquanto um direito de todos e um dever do Estado e da família, de modo que deve ser incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, estimulando seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação ao trabalho (BRASIL, 1988). Por sua vez, o art. 207 estabelece que a Educação Básica, compreendida entre a Educação Infantil e o Ensino Médio, seja obrigatória, gratuita e assegurada, inclusive, para todos os que não tiveram acesso na idade apropriada (BRASIL, 1988).

A EJA é definida na LDB, Lei nº 9.394/1996, em seu artigo 37, como “destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1996a, recurso online).

A LDB traz também, no artigo 37, em seu parágrafo primeiro, o reconhecimento de uma educação que atenda às especificidades da modalidade de EJA, assegurando gratuitamente aos sujeitos que não puderam efetuar os estudos na idade regular “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (BRASIL, 1996a, recurso online).

Di Pierro e Haddad (2015, p. 206) ressaltam que “a oferta pública de oportunidades de alfabetização, elevação de escolaridade e formação para o trabalho tornou-se uma imposição legal pela CF/1988 e LDB, ao reconhecerem o direito público subjetivo dos jovens, adultos e idosos ao estudo”. A Educação de Jovens e Adultos é um direito público subjetivo e qualquer cidadão, associação comunitária, entidade de classe ou outra legalmente constituída podem acionar o poder público e exigir o direito à educação (BRASIL, 1996a).

Na perspectiva de ampliar a obrigatoriedade do direito à educação aos jovens e adultos, a LDB determina em seu artigo 38

Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996a, recurso online).

Portanto, além da oferta dos cursos presenciais e/ou a distância de EJA, a LDB prescreve a certificação decorrente dos exames de EJA, possibilitando aos jovens e adultos o prosseguimento de seus estudos e estabelece a idade mínima para essa certificação: 15 anos para a conclusão do ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. Nesse caso, independentemente de o jovem e o adulto terem frequentado curso presencial ou curso a distância, eles encontram nos exames de certificação oportunidades para o reconhecimento e validação dos conhecimentos e competências que já possuem.

Além da CF e da LDB, o PNE aprovado em 2014, Lei nº 13.005/2014, busca garantir, avaliar e assegurar o direito à educação aos jovens e adultos (BRASIL, 2014a). O PNE trata diretamente da EJA nas metas 3, 8, 9 e 10 na tentativa de garantir a escolarização a todos que não tiveram acesso a ela na chamada “idade própria”. A meta 8 do PNE aborda especificamente a ampliação da escolaridade da população de 18 a 29 anos, função diretamente relacionada aos exames de certificação, e propõe

elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2014a, recurso online).

Em 2018, de acordo com a PNADc, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, manteve uma trajetória de crescimento e alcançou 47,4% em 2018. Sendo assim, a média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade foi 9,3 anos. Entre aqueles que não completaram a educação básica, a maior parte dos respondentes indicaram ter o ensino fundamental incompleto, conforme apresentado no Tabela 1:

Tabela 1 - Grau de instrução de pessoas de 25 anos ou mais em 2018

Grau de instrução	%
Ensino médio completo	47,4
Ensino médio incompleto	4,5
Ensino fundamental completo	8,1
Ensino Fundamental incompleto	33,1
Sem instrução	6,9

Fonte: IBGE ([2019]).

Já os dados relativos à taxa de escolarização (percentual de respondentes que estão frequentando a escola) representam grande percentual entre os jovens de 15 a 17 anos, conforme demonstrado no Tabela 2.

Tabela 2 - Taxa de escolarização em 2016, 2017 e 2018

Grupo etário	2016 (%)	2017 (%)	2018 (%)
15 a 17 anos	87,2	87,2	88,2
18 a 24 anos	32,8	31,7	32,7
25 anos ou mais	4,2	4,3	4,6

Fonte: IBGE ([2019]).

Frente aos resultados de 2016 e 2017, a escolarização aumentou moderadamente no Brasil, exceto para faixa de idade entre 18 e 24 anos que ficou estável. Isso pode refletir “melhorias no acesso à escola para as gerações mais jovens e nas taxas de conclusão da educação básica” (BRASIL, 2018b, p. 154).

No entanto, quando se observa o grupo etário de 25 anos ou mais de idade, mais da metade dessa população não havia completado a educação escolar básica e obrigatória em 2018 e apenas 4,6% estavam frequentando a escola. Nesse caso, Ferreira e Rodrigues (2016, p. 181) ressaltam que

a avaliação para certificação é a alternativa capaz de reduzir com esses índices e enaltecer como uma solução para essa modalidade de ensino, que, ao ser concluída uma etapa, permite iniciar a próxima etapa de ensino; porém é importante enfatizar que a qualidade da educação e o processo educacional necessitam ser dimensionados e avaliados.

As oportunidades educacionais para jovens e adultos se viabilizam pela oferta de escolarização mediante cursos regulares presenciais, a distância e exames de certificação, que apresentam equivalência quanto à conclusão da escolaridade básica. O PNE prevê exames de EJA nas estratégias 8.3: “garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio” e 9.3:

“promover o acesso ao ensino fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da aprendizagem” (BRASIL, 2014a, recurso online).

Atualmente (agosto/2019), jovens e adultos têm acesso à certificação por meio de exames estaduais, municipais ou por adesão ao Encceja. O contexto em que surge o Encceja é detalhado na seção seguinte.

2.1.1 Contexto do surgimento do Encceja

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), na década de 1990, o Brasil passou por uma grande reorganização administrativa – conhecida como Reforma Bresser – apoiada no modelo gerencial ou nova gestão pública e influenciada pelo ideário neoliberal (SANTANA, 2018). Nesse contexto, para organizar a estrutura da educação brasileira é aprovada uma nova LDB (BRASIL, 1996a).

Essa nova configuração do Estado - Estado Avaliador - e do modelo de gestão afetaram diretamente as políticas educacionais. A implantação dos sistemas de avaliação das escolas valorizou a prestação de contas à sociedade – *accountability* – com foco nos resultados e no controle da qualidade. Na perspectiva do *accountability*, há o fortalecimento das avaliações externas e em larga escala, como estratégia de controle da educação pelo Estado Avaliador (SANTANA, 2018).

Em julho de 2002, último ano do governo de FHC, Ministério da Educação (MEC) e Inep lançaram o Encceja como uma avaliação destinada às pessoas, matriculadas ou não na escola, que se encontravam acima da faixa etária própria para cursar o ensino regular e ainda não o havia concluído. Além de ser utilizado pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação como um dos instrumentos de certificação de conclusão dos níveis fundamental e médio, o Encceja serviria também como ferramenta de avaliação dos programas de EJA (BRASIL, 2002a). Desse modo, a criação do Encceja:

ocorreu por iniciativa do Inep, que já em 1998 tinha criado o Enem, que foi a matriz inspiradora do Encceja. Desse modo, este exame está inserido no contexto de ampliação das avaliações nacionais em larga escala e tem dupla finalidade: promover a certificação de jovens e adultos nos moldes determinados pela LDB em 1996 e criar um sistema de avaliação da EJA que pudesse servir como parâmetro

de discussão de qualidade nessa modalidade de ensino (CATELLI JUNIOR; GISI; SERRAO, 2013, p. 726).

Por trás da criação de uma avaliação que poderia melhorar a qualidade dos cursos supletivos, havia, segundo Gatto (2008), a necessidade de se evitar a falsificação de diplomas desses cursos por algumas instituições privadas. Essa demanda foi fortemente relatada pela mídia ao levantar a necessidade de auxílio do governo federal para solucionar o problema (GATTO, 2008). Assim, o governo federal, por meio do Inep, propôs a elaboração de um instrumento de certificação em EJA que poderia combater “irregularidades em supletivos que vendiam diplomas ou facilitavam a obtenção de certificados de conclusão de curso” (GOIS, 2003, recurso online).

A pretensão em se criar um exame nacional de certificação era, portanto, garantir padrão de qualidade e de referência para esses exames. Catelli, Gisi e Serrao (2013) reforçam as justificativas para a instituição do Encceja:

Desde a criação da LDB estava posto que era necessário garantir o acesso, mas também a qualidade e a permanência. Nesse sentido, os exames nacionais, na visão de seus criadores, seriam uma estratégia para construir um parâmetro nacional de qualidade e também para evitar que instituições privadas pudesssem fomentar uma indústria de diplomas para a EJA sem qualquer preocupação com a formação efetiva desses cidadãos (CATELLI JUNIOR; GISI; SERRAO, 2013, p. 726).

Com isso, o Encceja passou a fazer parte do conjunto de avaliações em larga escala aplicadas pelo Inep, ao lado do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Exame Nacional de Cursos (antigo Provão) e do Enem.

Paralelamente ao Encceja, destaca-se que o MEC já vinha desenvolvendo o Programa Recomeço - Supletivo de Qualidade, um programa de apoio a estados e municípios para a EJA, desde abril de 2001. O objetivo era ampliar vagas no ensino fundamental de jovens e adultos e trazer de volta para a escola pessoas que abandonaram ou não tiveram acesso a essa modalidade de educação e subsidiar professores que trabalhavam nessa modalidade (BRASIL, 2002a).

É importante ressaltar que, para estruturar o Encceja, foram utilizadas as diretrizes da CF de 1988 (BRASIL, 1998), da LDB (BRASIL, 1996a), das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para EJA (BRASIL, 2000a; 2000b), dos Pareceres e das Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) para EJA, bem como as

competências estabelecidas em cada área do conhecimento do ensino fundamental e do ensino médio (BRASIL, 2002b). A proposta de conclusão da escolaridade básica pelo Encceja está em consonância com a Declaração de Hamburgo (Alemanha) subscrita em 1997 na V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confintea), uma das agendas principais para a temática da EJA na entrada do terceiro milênio. O alinhamento entre a perspectiva exposta na Declaração de Hamburgo e a proposta do Encceja pode ser observada no excerto constante no Documento Básico do Encceja:

A conclusão da escolaridade básica pelo Encceja, em consonância com a Declaração de Hamburgo, visa promover a formação de indivíduos capazes de decidir sobre suas vidas, ascender social e individualmente, adaptar-se a novos contextos, participar na tomada de decisões de políticas públicas, crescer em liberdade e autoconsciência com os outros, com vistas a uma sociedade mais justa e igualitária, o direito ao trabalho, o acesso ao emprego e a responsabilidade de contribuir em todas as idades da vida, para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade (BRASIL, 2002b, p. 8).

Para Ferreira e Rodrigues (2016), essa concepção de avaliar para certificar está ligada diretamente à “ideia racionalizante de elevação do nível de escolaridade e qualificação” (p. 177). A ampliação de mecanismos de certificação pelo Governo Federal demonstra a centralidade conferida à possibilidade de formação profissional, particularmente a de caráter inicial (RUMMERT, 2007). A própria LDB de 1996 estabelece que a educação deva contribuir para o desenvolvimento pleno do ser humano e também para a formação de mão de obra qualificada na perspectiva da Educação Profissional (BRASIL, 1996a).

Na mesma esteira, a incorporação da certificação de competência vinha ganhando espaço tanto no processo de ensino quanto nas políticas educacionais. Nesse contexto, o termo competência está associado à empregabilidade e à profissionalização (FERREIRA; RODRIGUES, 2016). Tendo como base a criação do Encceja, percebe-se um atendimento à demanda educacional de jovens e adultos com ênfase na certificação por meio da aquisição de competências, visando à preparação para o trabalho, em consonância com a Teoria do Capital Humano (RUMMERT, 2007).

Os dados da PNADc 2018, apresentados na seção anterior, demonstram que um contingente alto de adultos do grupo etário de 25 anos ou mais de idade que não

concluiu o ensino médio não está frequentando a escola - 95,4% (IBGE, [2019]). É esse grupo de alunos que pode encontrar no Encceja uma alternativa de validação dos seus conhecimentos. O público demandante por certificação esperado no Encceja corresponde a pessoas que muitas vezes trabalham e/ou estão fora do ambiente escolar e que buscam mecanismos alternativos para elevarem a sua escolaridade básica. Serrao (2014, p. 6) confirma a hipótese de que o Encceja funcionaria:

como um mecanismo de ampliação das oportunidades educacionais para parcela importante do público potencialmente demandante da EJA, estivesse ele regularmente atendido no ensino regular/convencional ou fora do alcance de ações educativas tradicionais (SERRAO, 2014, p. 6).

De acordo com a Portaria nº 147/2008, o objetivo fundamental do Encceja é “possibilitar uma avaliação de competências e habilidades básicas de jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria, para aferição de resultados pelos sistemas de ensino que aderirem ao Exame” (BRASIL, 2008a, p. 1). O Exame possibilita, portanto, a certificação de saberes adquiridos tanto em ambientes escolares quanto extraescolares de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir os seus estudos na idade própria, em consonância com a LDB em seu art. 38, §1º, inclusive das pessoas privadas de liberdade e jovens sob medidas socioeducativas e que estão fora do sistema escolar regular (BRASIL, 1996a).

O Encceja pretende, também, alcançar os seguintes objetivos específicos:

- I. construir uma referência nacional de autoavaliação para jovens e adultos por meio de avaliação de competências e habilidades, adquiridas no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais;
- II. estruturar uma avaliação direcionada a jovens e adultos que sirva às Secretarias da Educação para que procedam à aferição de conhecimentos e habilidades dos participantes no nível de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio nos termos do artigo 38, §§ 1º e 2º da Lei nº 9.394/1996 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- III. oferecer uma avaliação para fins de classificação na correção do fluxo escolar, nos termos do art. 24, inciso II, alínea “c” da Lei nº 9.394/1996;

IV. consolidar e divulgar um banco de dados com informações técnico-pedagógicas, metodológicas, operacionais, socioeconômicas e culturais que possa ser utilizado para a melhoria da qualidade na oferta da educação de jovens e adultos e dos procedimentos relativos ao Exame;

V. construir um indicador qualitativo que possa ser incorporado à avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2004, p. 1).

Em suma, o Encceja surgiu no contexto da reforma do Estado na década de 1990 juntamente com as demais avaliações em larga escala, que englobou também o combate à falsificação de diplomas de exames supletivos e o debate sobre certificação por competências profissionais (SERRAO, 2014). Nesse sentido, ao menos idealmente, a proposta do Encceja incorpora, além da finalidade de certificação para emissão de diplomas, aspectos relacionados às avaliações sistêmicas, como é possível perceber nos objetivos IV e V do exame. Entretanto, Catelli Junior, Gisi e Serrao (2013, p. 740) reforçam que “o desenho da implementação do Encceja sempre esteve direcionado para a certificação, sem viabilizar a construção de indicadores para que os estados e municípios pudessem avaliar os cursos presenciais de EJA”. Pode-se concluir que o não fornecimento desses indicadores corresponde a uma das limitações dessa política.

A política de certificação do Encceja não tem atendido à expectativa de contribuir para a definição de um parâmetro qualitativo da modalidade EJA: primeiro porque, desde a sua proposta inicial, a adesão das Secretarias de Educação ao programa tem sido opcional; segundo porque, além de gratuita, a participação do jovem ou adulto no Encceja é voluntária.

A divulgação de dados e informações referentes ao exame, bem como de seus participantes, outro objetivo específico da política, tem caráter bem recente. Na tentativa de o Encceja servir como instrumento de coletas de informações para aprimoramento da EJA e do próprio instrumento, em julho de 2018, o Inep disponibilizou de forma inédita os microdados do Encceja relativos às edições 2014, 2015, 2016 e 2017. Os microdados de 2015 e 2016 referem-se apenas à modalidade Encceja Exterior, já os de 2014 e 2017 englobam as quatro modalidades do exame. Já em junho de 2019, o Inep divulgou pela primeira vez as sinopses estatísticas das edições 2015, 2016 e 2017 do Encceja. Em outubro de 2019, publicizou os microdados e a sinopse estatística do Encceja 2018. Essa divulgação

pelo Inep busca contemplar a consolidação e divulgação de um banco de dados que contribua para a melhoria da qualidade na oferta da EJA.

Sabe-se que a realização e a oferta de exames de EJA são prerrogativas dos sistemas estaduais e municipais de ensino, conforme explicitado pela LDB. No entanto, para se garantir o padrão de qualidade nesses exames, a Resolução nº 03/2010 apresenta a possibilidade de a União realizar “exame intragovernamental para certificação nacional em parceria com um ou mais sistemas, sob a forma de adesão e como consequência do regime de colaboração” (BRASIL, 2010a, p. 66), caracterizando o Encceja. Ainda segundo essa resolução “os sistemas de ensino podem solicitar, sempre que necessário, apoio técnico e financeiro do Inep/MEC para a melhoria de seus exames para certificação de EJA” (BRASIL, 2010a, p. 66).

Os resultados do Encceja podem subsidiar, portanto, as Secretarias Estaduais de Educação no que concerne ao atendimento público de qualidade em certificação de jovens e adultos por meio de exames, correspondendo ao segundo objetivo específico do exame elencado anteriormente. Atualmente (agosto/2019), as 27 Secretarias Estaduais de Educação adotam o Encceja como mecanismo de certificação da educação básica em sua jurisdição. Ao adotarem a certificação nacional, essas Secretarias podem substituir suas provas locais pelo exame. Algumas redes estaduais de ensino utilizam, portanto, o Encceja como a única forma de obter a certificação por meio de exames em sua jurisdição, como é o caso do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Outras redes, além do Encceja, continuam ofertando seus exames supletivos como opção de certificação. É o caso de Amazonas, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco e Paraná.

Nesta seção, foi detalhado o contexto em que surgiu o Encceja e foram apresentadas as referências legais utilizadas na construção da política. Discutiu-se também os principais objetivos do instrumento a partir das normativas que o regulamentam. Na próxima seção, são apresentados o histórico comentado do Encceja e as principais alterações que ocorreram na política a partir de 2002.

2.2 HISTÓRICO DO ENCCEJA E MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS

O exame de certificação aplicado desde 1999 à comunidade brasileira que residia no Japão pode ser considerado o precursor da política de certificação do

Encceja. Desde aquela época, para aplicar esse exame, o Governo Federal estabeleceu uma parceria entre a Secretaria de Educação do Estado do Paraná com o Ministério da Educação e o Ministério das Relações Exteriores (CATELLI JUNIOR; GISI; SERRAO, 2013).

Essa parceria foi institucionalizada por convênio e a primeira aplicação da prova foi realizada em novembro de 1999 pela Embaixada do Brasil em Tóquio, com o apoio dos Consulados-Gerais do Brasil em Tóquio e em Nagoia. Segundo parecer técnico do Inep, foram registradas naquele ano 799 inscrições para o exame (306 inscritos para ensino fundamental e 493 para ensino médio). No ano seguinte, as inscrições alcançaram 1.670 brasileiros, com 834 participantes efetivos (BRASIL, 2015a). A aplicação do exame no Japão ficou a cargo da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, com o apoio do MEC, durante três anos—1999 a, 2001.

Acerca da realização de Exames de EJA fora do território nacional, o Parecer nº 11/2000, da Câmara de Educação Básica (CEB) do CNE salienta que é competência privativa da União:

a elaboração, execução e administração de exames supletivos realizados fora do país ficam reservadas à própria União, sob o princípio da sua competência privativa em legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, XXIV). Por se tratar de exames em outro país, cabe à nação brasileira, representada pelo Estado Nacional e seus respectivos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação, realizar tais exames para brasileiros residentes no exterior e reconhecê-los como válidos para o território nacional (BRASIL, 2000a, p. 38).

Considerando a experiência exitosa da realização de exames de certificação à comunidade brasileira residente no Japão e a necessidade em se impedir a emissão de certificados fraudulentos de conclusão da educação básica (GATTO, 2008), tanto no exterior quanto no Brasil, surge a expectativa de uma avaliação em larga escala colaborar para a correção do fluxo escolar e ser um indicador de qualidade da modalidade EJA (SERRAO, 2014). Desse modo, o governo instituiu o Encceja no Brasil e no exterior.

O Encceja foi criado e aplicado em caráter piloto no Brasil em 2002 e a primeira edição foi regulamentada pela Portaria Ministerial nº 2.270/2002 (BRASIL, 2002c). Houve a inscrição de 14.488 pessoas, sendo 5.942 para o ensino

fundamental e 8.546 para o ensino médio. Foram aplicadas quatro provas em quatro domingos consecutivos, uma prova por área do conhecimento com 45 questões de múltipla escolha e uma produção textual no dia da área de Linguagens. Aderiram ao Encceja 2002 as Secretarias de Educação do Acre e de Santa Catarina e 51 Secretarias Municipais de Educação (GATTO, 2008).

Para a realização do Encceja Exterior, o Inep manteve em 2002 o convênio com a Secretaria de Estado de Educação do Paraná a partir do estabelecimento de instrumento próprio de cooperação. Entre 2002 e 2009 a aplicação dessa prova ficou por conta dessa Secretaria de Educação. No entanto, o Inep não possui os dados relativos a essas edições, só tem acesso aos dados a partir de 2011, quando finalmente assume a sistemática de realização do Encceja Exterior¹.

Como o Inep não tem competência legal para certificar a conclusão das etapas da educação básica, para que a prova fosse aplicada nacionalmente era necessária a adesão das Secretarias de Educação ao exame, mediante assinatura de um termo de compromisso específico com o Inep. De acordo com documento básico do Encceja (BRASIL, 2002b), o pacto firmado entre o Inep e as Secretarias de Educação que aderiram ao Encceja 2002 estabelecia que o Inep seria responsável pelo processo de produção de itens, montagem dos instrumentos de aplicação (provas e questionário socioeconômico), produção dos materiais de orientação às Secretarias da Educação, correção das questões e análise de resultados. Enquanto isso, as Secretarias de Educação ficariam responsáveis pela “inscrição, aplicação das provas, divulgação dos resultados, certificação dos habilitados e envio das informações ao Inep para estruturação de um banco de dados” (BRASIL, 2002b, p. 17).

Em 2003, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, não houve a realização do Exame no Brasil devido às mudanças de direcionamento nas políticas públicas do Ministério da Educação e do Inep voltadas ao atendimento de jovens e adultos. Catelli Junior, Gisi e Serrao (2013, p. 723) comentam essa suspensão:

o exame recebeu grande atenção pública e gerou um intenso debate político. O seu formato e pressupostos receberam críticas importantes de gestores estaduais e municipais, representantes dos fóruns de EJA e pesquisadores da área da educação.

¹ Essa informação advém da experiência profissional da pesquisadora com o processo de certificação do Encceja.

A principal crítica ao Encceja nesse momento estava em seu caráter centralizador. Por ser um exame de amplitude nacional, politicamente desconsiderava a autonomia dos estados e municípios na elaboração de suas políticas educacionais voltadas para a EJA e, pedagogicamente ignorava as diferenças e as especificidades locais e regionais ao avaliar competências e habilidades básicas de jovens e adultos (SERRAO, 2014).

Em 7 de agosto de 2003, foi publicada a Portaria Ministerial nº 2.134/2003, que revogava a de nº 2.270/2002, que instituiu o Encceja (BRASIL, 2003a). Considerando essas manifestações das entidades que atuam na EJA – Fóruns estaduais de EJA e conselhos estaduais de educação –o instrumento passou, neste ano, por um processo de revisão e o Inep foi autorizado a realizar estudos sobre o Encceja com o objetivo de compatibilizar as funções do exame com as orientações previstas nas DCN para EJA (SERRAO, 2014).

Após revisão dos processos de avaliação da Educação Básica, considerando a demanda nacional e internacional de exame para certificação na modalidade EJA, o Exame tem nova normatização em 2004 e é novamente instituído por meio da Portaria Ministerial nº 3.415/2004 (BRASIL, 2004). Como a publicação da referida Portaria ocorreu somente no fim do ano, não houve tempo hábil para que o Inep procedesse à estruturação e aplicação do Encceja em 2004, e o exame começa a ser operacionalizado para aplicação em 2005.

O Encceja é definido nesta Portaria nº 3.415/2004 como um “instrumento de avaliação para aferição de competências e habilidades de jovens e adultos, residentes no Brasil e no exterior, em nível de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio” (BRASIL, 2004, p. 1). Em 2005, o exame é retomado pelo Inep com a publicação da Portaria Inep nº 44/2005 (BRASIL, 2005). O calendário de realização das provas é redimensionado para dois dias: sábado e domingo.

No momento da adesão ao Exame de 2005, de caráter opcional e mediante assinatura de termo de compromisso de cooperação técnica e/ou convênio com o Inep, o pacto firmado entre Inep e Secretarias de Educação participantes do Encceja definia as seguintes responsabilidades para o Inep: estabelecer os padrões e critérios que garantam a equidade da aplicação, correção e aferição de resultados do Exame e definir os critérios específicos para a sua estruturação. Já as Secretarias de Educação, mediante adesão ao Encceja, teriam a responsabilidade de regulamentar o uso dos resultados obtidos no Exame e a emissão dos

documentos necessários para certificação equivalente ao ensino fundamental e ao ensino médio (BRASIL, 2004). O Inep assume, portanto, mais atribuições ao Exame em comparação a 2002.

Mesmo após sistematizar todas as alterações indicadas, a edição de 2005 do Encceja contou com uma adesão pouco significativa dos estados e municípios brasileiros. Em 2005, segundo Catelli Junior *et al.* (2014), somente uma Secretaria Estadual de Educação fez adesão ao Exame, a de Tocantins, e outras 109 Secretarias Municipais de Educação utilizaram o Encceja como instrumento de certificação. Essa baixa adesão motivou um novo processo de reestruturação em busca do seu fortalecimento enquanto “programa perene do Inep para a EJA” e da ampliação da adesão dos estados (SERRAO, 2014, p. 122).

Em 2006, o Exame sofreu uma grande reorganização no que tange à forma de aplicação: passou a ser adotada a metodologia da Teoria de Resposta ao Item (TRI)² no tratamento dos resultados do Exame, metodologia essa já utilizada pelo Saeb. Além disso, houve a redução de 45 para 30 itens de múltipla escolha em cada uma das provas e as matrizes de referência do exame são reformuladas, além da readequação da escala de proficiência³ que variava de 0 a 100 para uma escala que varia de 60 a 180 com desvio-padrão de 20 pontos (GATTO, 2008).

Reynaldo Fernandes, presidente do Inep entre 2006 e 2009, relatou que os exames de certificação aplicados por alguns estados e municípios eram ruins e estavam aquém do que se era esperado em termos de qualidade (CATELLI

² “A Teoria de Resposta ao Item, metodologia de avaliação usada pelo Ministério da Educação no Enem, não contabiliza apenas o número total de acertos no teste. De acordo com o método, o item é a unidade básica de análise. O desempenho em um teste pode ser explicado pela habilidade do avaliado e pelas características das questões (itens). A TRI qualifica o item de acordo com três parâmetros: (i) Poder de discriminação, que é a capacidade de um item distinguir os estudantes que têm a proficiência requisitada daqueles quem não a têm; (ii) Grau de dificuldade e (iii) Possibilidade de acerto ao acaso (chute). Essas características permitem estimar a habilidade de um candidato avaliado e de garantir que essas habilidades, medidas a partir de um conjunto de itens, sejam comparadas com outro conjunto na mesma escala, ainda que eles não sejam os mesmos e que haja quantidades diferentes de itens usados para o cálculo” (BRASIL, 2011, recurso online).

³ “A escala pode ser visualizada como uma régua construída com base nos parâmetros estabelecidos para os itens aplicados nas edições do teste. Em cada ciclo da avaliação, o conjunto de itens aplicados nos testes de desempenho é posicionado na escala de proficiência a partir dos parâmetros calculados com base na TRI. Após a aplicação do teste, a descrição dos itens da escala oferece uma explicação probabilística sobre as habilidades demonstradas em cada intervalo da escala” (BRASIL, [2019a], recurso online).

JUNIOR; GISI; SERRAO, 2013). Nesse sentido, o Encceja se firmava como uma prova tecnicamente mais confiável por utilizar a Teoria de Resposta ao Item:

Segundo a visão do então presidente do Inep, o Encceja se mostrava um importante instrumento de inclusão social na medida em que considerável parcela da população com escolaridade básica incompleta, impedida de frequentar cursos presenciais por compromissos familiares e de trabalho, poderia se valer do exame como estratégia de elevação de escolaridade. Além disso, o exame feito pelo Inep se apresentava, na visão do então gestor, como um instrumento tecnicamente mais confiável do que muitos exames oferecidos nos estados e municípios (SERRAO, 2014, p. 122).

Apesar da sensibilização para adesão junto às Secretarias de Educação, apenas três estados e 65 municípios aderiram ao Encceja 2006. O Encceja aplicado em 2007 seguiu o mesmo modelo da edição 2006, sem mudanças significativas, e teve adesão de quatro estados e 70 municípios (CATELLI JUNIOR *et al.*, 2014).

O ano de 2008 é significativo para o Encceja, porque foi o período em que “houve diversas modificações no pacto estabelecido entre Inep, estados e municípios no sentido de aumentar a atratividade do Encceja” (SERRAO, 2014, p. 111). Uma mudança que aconteceu no formato da política naquele ano foi que o Inep passou a arcar com todos os custos da prova, incluindo os processos de inscrição, aplicação, processamento e codificação de provas e questionários e divulgação dos resultados, responsabilidades que até então eram atribuídas às Secretarias de Educação. Outra mudança diz respeito às atribuições do Inep e das Secretarias: as Secretarias de Educação, ao firmarem parceria junto ao Inep, ficavam responsáveis apenas pela certificação dos participantes aprovados e a divulgação do exame em jurisdição, as demais etapas envolvidas no processo de realização do Encceja Nacional ficavam a cargo do Inep (SERRAO, 2014). Para Catelli Junior, Gisi e Serrao (2013, p. 737),

esta pode ser vista como uma das mudanças mais significativas para os rumos que a política tomou nos anos seguintes: tendo em vista os altos custos de elaboração e aplicação de exames estaduais de certificação, esta medida representa um estímulo importante à adesão ao Encceja.

Em 2008, o Exame encerra-se com a adesão de oito Secretarias Estaduais e 314 Secretarias Municipais (CATELLI JUNIOR *et al.*, 2014). De 2005 a 2008,

observa-se que o progressivo aumento no número de estados que aderiram ao Encceja é proporcional ao número de atribuições que passam a ser assumidas pelo Inep no pacto firmado entre o Inep e as Secretarias de Educação, que são as unidades certificadoras.

Além desse incremento nas atribuições do Inep, são definidos critérios específicos para a estruturação, a aplicação e a aferição de resultados do Exame, bem como sua fundamentação teórico-metodológica, com a publicação da Portaria Inep nº 147/2008 (BRASIL, 2008a).

Em 2009, ocorreram mudanças na forma de organização do Encceja Nacional por conta da implementação do Novo Enem⁴: nesse ano o Enem assumiu dentre seus objetivos a certificação do nível de conclusão do ensino médio. Além da alteração na sistemática de realização do Enem, destaca-se que a matriz do Encceja ensino médio foi utilizada para a formulação de uma nova matriz para o Enem (BRASIL, 2010b).

Por conta disso, o Encceja passa a ser aplicado com a finalidade de certificar apenas o nível de conclusão do ensino fundamental. No Exterior, o Encceja continuou sendo aplicado com a finalidade de certificar o nível de conclusão do ensino fundamental e médio.

Durante o período de 2009 a 2016, a aplicação do Encceja Nacional para o ensino fundamental voltou a lidar com a intermitência na oferta dos exames. Em 2009, a prova do Encceja não aconteceu no Brasil, ainda que tenham sido realizadas as inscrições dos interessados pela certificação do ensino fundamental. A edição de 2010 ocorreu só no início de 2011, e em 2012 não houve aplicação da prova, que só foi retomada em 2013 e 2014. Nos anos de 2015 e 2016, o Encceja ficou novamente fora do calendário de avaliações e exames do Inep, segundo Maria Inês Fini, presidente do Inep à época, por não ter sido “nada planejado ou contratado para fazer o Encceja” naquele ano (MARIZ, 2016, recurso online). Nesse intervalo de oito anos – 2009-2016 –, a prova foi realizada, então, apenas três vezes, e considera-se que essa instabilidade da política poderia interferir nos resultados da avaliação em função da incerteza quanto à sua aplicação tanto para o público

⁴ De 1998 a 2008, o Enem foi realizado anualmente com uma única prova de 63 questões interdisciplinares. Nesse modelo, o Exame oferecia basicamente uma referência de autoavaliação para os participantes. A partir da edição de 2009, com a reformulação metodológica do Enem, o Exame passou a ter 4 provas objetivas e uma redação e se tornou uma das principais vias de ingresso no Ensino Superior (BRASIL, 2015b).

demandante quanto para os sistemas de ensino que utilizam seus resultados para fins de certificação. Catelli Junior, Gisi e Serrao (2013, p. 740) descreveram bem esse cenário de instabilidade enfrentado pelo Encceja:

O problema dessa manutenção precária do Encceja, associado ao estímulo à adesão a baixo custo, criou um cenário de instabilidade, no qual muitas vezes os estados suspendem seus exames estaduais enquanto ficam à espera das inconstantes aplicações nacionais do Encceja.

Entretanto, nesse mesmo intervalo, é possível notar um significativo aumento na adesão das Secretarias ao exame, mesmo com todo o contexto de irregularidade da oferta: de oito Secretarias Estaduais que aderiram ao Encceja em 2008, o número cresce para 22 estados em 2010. Além disso, desde 2013 todas as 26 Secretarias de Estado de Educação e a do Distrito Federal são signatárias de termo de adesão e certificam os participantes do Encceja. Ao adotarem a certificação nacional, esses estados podem substituir suas provas locais pelo exame, o que amplia enormemente a importância do Encceja. Ressalta-se que essa adesão total das Secretarias ao Exame ocorre de 2013 até a presente data, reforçando a importância desse instrumento para os estados enquanto exame de certificação, conforme previsto no segundo objetivo específico do Encceja na Portaria nº 147/2008 (BRASIL, 2008a). Segundo Serrao (2014) a adesão total ao Encceja explica-se pelo fato de a certificação mediante um exame nacional ser menos custosa para os estados.

Em 2017, o Encceja aplicado no Brasil reassume a certificação do ensino médio e ganha destaque enquanto exame certificador de abrangência nacional. Essa retomada da certificação do ensino médio pelo Encceja foi respaldada em uma nota técnica elaborada por um grupo de servidores da Daeb, em fevereiro de 2010, que solicitava a separação entre os exames Encceja Ensino Médio/Brasil e Enem (BRASIL, 2010b).

Um dos motivos defendidos para a separação entre Enem e certificação era que o novo Enem reunia duas dimensões distintas do processo educacional do ensino médio: a do ensino regular e a da EJA, desconsiderando, nesse caso, as especificidades do público da EJA (BRASIL, 2010b). A nota técnica pondera que a concepção do Encceja pressupõe não só um público advindo da EJA, mas também de processos informais de aprendizagem que valorizam as vivências e experiências

dos sujeitos (BRASIL, 2010b). Outro questionamento do grupo foi em relação à falta de tratamento isonômico dos participantes, já que o Encceja continuava a ser aplicado nos moldes originais no exterior (BRASIL, 2010b).

Em 2018, com a publicação do Decreto nº 9.432/2018, o Encceja, juntamente com o Enem e o Saeb, passa a integrar a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica (BRASIL, 2018c). Espera-se com esta medida governamental que o Encceja seja aplicado regularmente a partir de 2019.

Uma síntese com as principais mudanças que ocorreram na política de certificação do Encceja é apresentada no Quadro 1:

Quadro 1 - Mudanças no Encceja de 1999 a 2018

Ano	Nível de ensino	Modalidade (Nac./ Ext.)	Número de Secretarias de Educação que aderiram	Principais modificações
1999/ 2001	EF e EM	Exterior	SEE/Paraná	Conhecido apenas como exame supletivo (Provão). A função de aplicação no exterior era delegada a essa secretaria até 2009.
2002	EF e EM	Nacional	2 Secretarias Estaduais 51 Secretarias Municipais de Educação	4 domingos consecutivos de aplicação; 45 questões por prova mais uma produção textual.
	EF e EM	Exterior	SEE/Paraná	
2005	EF e EM	Nacional	01 Secretaria Estadual 109 Secretarias Municipais de Educação	02 dias de aplicação (sábado e domingo)
	EF e EM	Exterior	SEE/Paraná	
2006	EF e EM	Nacional	03 Secretarias Estaduais 65 Secretarias Municipais de Educação	Redução do número de questões: de 45 para 30. Início da utilização da TRI. Nova escala de proficiência que varia de 60 a 180 com desvio-padrão de 20 pontos.
	EF e EM	Exterior	SEE/Paraná	
2007	EF e EM	Nacional	04 Secretarias Estaduais 70 Secretarias Municipais de Educação	
	EF e EM	Exterior	SEE/Paraná	
2008	EF e EM	Nacional	08 Secretarias Estaduais 314 Secretarias Municipais de Educação	O Inep assume mais atribuições em relação ao Encceja, entre elas a aplicação e a divulgação dos resultados.
	EF e EM	Exterior	SEE/Paraná	
2010	EF	Nacional	22 Secretarias Estaduais 53 Secretarias Municipais de Educação	Certifica apenas o EF, em razão do novo Enem (2009) que passou a certificar o EM. A adesão fica disponível apenas às SEE.
	EF e EM	Exterior	SEE/Distrito Federal	No Exterior continuou sendo aplicado para o EF e EM. O Inep assume a aplicação do Encceja Exterior e faz convênio com a SEE do Distrito Federal para certificar os aprovados.
2013/ 2014	EF	Nacional	27 Secretarias Estaduais de Educação	
	EF e EM	Exterior	SEE/Distrito Federal	
2017/ 2018	EF e EM	Nacional	27 Secretarias Estaduais de Educação	Retoma a certificação do Ensino Médio.
	EF e EM	Exterior		Instituições certificadoras: Colégio Pedro II e o Instituto Federal de Brasília.

Fonte: Gatto (2008); Catelli Junior *et al.* (2014); Serrao (2014); Brasil (2017a); Brasil (2018d) adaptado pela autora.

**Não houve aplicação no Brasil das edições 2003, 2004, 2009, 2011, 2015 e 2016.

Nesta seção, foi possível perceber que a política de certificação do Encceja passou por mudanças significativas. Uma dessas alterações substanciais ocorreu no pacto estabelecido entre o Inep e as Secretarias de Educação. O fato de o Inep assumir todos os custos do exame em 2008 possibilitou uma adesão progressiva ao Encceja pelos sistemas estaduais de ensino até atingir uma adesão total em 2013. Isso porque adoção de uma certificação por meio de um exame nacional é menos onerosa aos estados. Quanto à fundamentação teórico-metodológica, notou-se que se buscou o aprimoramento pedagógico do instrumento a partir da reformulação das matrizes, da escala de proficiência e da metodologia de correção das provas.

No entanto, apesar de todos esses esforços, destaca-se a inconstância das aplicações do Encceja Nacional, evidenciando a descontinuidade na oferta do programa pelo Inep em alguns anos.

Na próxima seção, é apresentada a configuração atual do exame, considerando os aspectos logísticos, pedagógicos e o processo de certificação.

2.3 ATUAL CONFIGURAÇÃO DO ENCCEJA

Nesta seção, descreve-se a atual configuração do Encceja a partir da análise de documentos normativos, administrativos e pedagógicos do Exame.

Na subseção 2.3.1, é descrita a sistemática atual de aplicação das provas: abrangência e aplicação unificada das provas em regime de colaboração com os Estados; principais etapas do processo; atores envolvidos; e características gerais dos jovens e adultos que se inscrevem no Encceja –faixa etária, gênero, cor/raça, execução de atividade remunerada.

Na subseção 2.3.2, é apresentada a organização das matrizes de referência das áreas de conhecimento avaliadas pelo Encceja e a estrutura das provas, bem como exemplos de questões dos ensinos fundamental e médio da edição do Encceja 2017.

Na última subseção, é descrito como está organizado o processo de certificação que utiliza os resultados do Encceja: as responsabilidades do Inep e das instituições certificadoras; os requisitos de idade mínima e a pontuação para solicitar a certificação.

2.3.1 Aspectos logísticos

Pode-se dizer que o Encceja Nacional é uma política de baixo custo para os Estados que assinaram termo de adesão, pois as Instituições Certificadoras – Secretarias Estaduais de Educação – são responsáveis atualmente (agosto/2019) apenas pela certificação dos participantes e divulgação do exame em sua jurisdição. As demais etapas do processo de realização do Encceja Nacional são assumidas pelo Inep: a) inscrição dos interessados, b) elaboração das provas objetivas, uma para cada área do conhecimento avaliada, da proposta de tema para a redação, do questionário socioeconômico e demais instrumentos de aplicação, c) aplicação unificada das provas em regime de colaboração com os Estados; d) correção das provas, e) divulgação dos resultados aos participantes e às SEE.

As unidades do Inep que se articulam para garantir a realização do Encceja são a Daeb, a Diretoria de Gestão e Planejamento (DGP) e a Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE). No âmbito da Daeb compete à Cgec, conforme disposto no art. 84 da Portaria nº 986/2017, que aprovou o regimento interno do Inep:

- I. planejar e coordenar a produção dos instrumentos, a realização e a produção de informações acerca do Enem, Encceja e Celpe-Bras;
- II. definir parâmetros normativos e contratuais relativos aos exames;
- III. planejar e coordenar a produção, revisão e validação dos itens dos exames de sua responsabilidade;
- IV. designar e coordenar comissões de especialistas para apoiar e assessorar o desenvolvimento desses exames;
- V. planejar e coordenar a montagem dos instrumentos que compõem os exames de sua responsabilidade;
- VI. planejar, coordenar e acompanhar os processos de correção de provas dos exames de sua responsabilidade, inclusive os mecanismos de correção das provas discursivas;
- VII. planejar, coordenar e acompanhar atividades relativas ao processo de produção e disseminação de informações dos exames de sua responsabilidade, em articulação com as demais instâncias do Inep (BRASIL, 2017b, p. 57).

Entre as atividades relativas à disseminação de informações, podem ser elencadas as seguintes: orientar o processo de certificação com base nos resultados obtidos no Encceja; promover a interlocução com as instituições certificadoras; e divulgar os resultados aos participantes e às instituições certificadoras para providenciar a emissão dos documentos certificadores.

A Cgec tem uma interface muito grande com a Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Aplicação (CGDA), setor que fica no âmbito da DGP. Em relação ao Encceja, tendo por base o art. 36 da Portaria nº 986/2017, a CGDA é responsável por:

I - estruturar as aplicações dos exames e das avaliações do Inep, em interlocução com as diretorias que os realizam, em relação a:
 a) elaboração de atos normativos, como editais e portarias, e de sistemas de inscrições que regem as aplicações;
 b) formulação, em parceria com as instituições aplicadoras, dos procedimentos de aplicação específicos para cada tipo de avaliação ou exame, os quais se desdobram nos processos de capacitação dos colaboradores envolvidos e na concepção dos instrumentos de prova (BRASIL, 2017b, p. 52).

Outra coordenação que mantém um constante diálogo com a Cgec é a Coordenação-Geral de Sistemas da Informação (CGSI) da DTDIE. Essa coordenação é responsável pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas que são utilizados pelos participantes para acessar os resultados obtidos no Encceja e pelas instituições certificadoras para emissão dos certificados e declarações parciais de proficiência, conforme o inciso I do art. 90 da Portaria nº 986/2017: “I - propor, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informação, em articulação com as unidades do Inep” (BRASIL, 2017b, p. 58).

Atualmente (novembro/2019), o Inep realiza quatro modalidades do Encceja cujas características são apresentadas no Quadro 2:

Quadro 2 - Modalidades do Encceja

Modalidade	Características
Encceja Nacional Regular	Exame aplicado a jovens e adultos residentes no Brasil que não se encontram privados de liberdade
Encceja Nacional para Pessoas Privadas de Liberdade	Exame aplicado no Brasil a adultos privados de liberdade e jovens sob medidas socioeducativas
Encceja Exterior Regular	Exame aplicado a brasileiros residentes no Exterior que não se encontram privados de liberdade
Encceja Exterior para Pessoas Privadas de Liberdade	Exame aplicado no Exterior a brasileiros com privação de liberdade

Fonte: Brasil ([2019b]).

Desde 2010, o Inep publica editais específicos para a realização do Encceja Nacional Regular, do Encceja Nacional para Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) e do Encceja no exterior (regular e PPL). Esses editais apresentam as diretrizes, os

procedimentos e os prazos para cada edição. Ressalta-se que as datas de aplicação no Brasil e no exterior são distintas, assim como a data das provas para pessoas privadas de liberdade ou que cumprem medidas socioeducativas (BRASIL, [2019b]).

As provas do Encceja Nacional PPL são realizadas em Unidades Prisionais e Socioeducativas indicadas pelos respectivos Órgãos de Administração Prisional e Socioeducativa de cada Unidade Federada do Brasil, de acordo com o estabelecido nos Termos de Adesão, Responsabilidades e Compromissos firmados com o Inep em sistema próprio (BRASIL, [2019b]).

Para efeitos de organização e oferta do Encceja no exterior, foi estabelecida uma parceria entre o MEC e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). No âmbito do MEC, o Inep é a instituição responsável por essas ações. Enquanto no âmbito do MRE, essas ações foram delegadas: à Divisão de Assistência a Brasileiros no Exterior (DBR); à Divisão de Cooperação Educacional (DCE); e às missões diplomáticas e representações consulares – doravante denominados Postos Consulares – nos países nos quais se realizam os exames (BRASIL, 2015a).

O Encceja Nacional é realizado em um mesmo dia em todo o território nacional, seguindo o horário de Brasília, com o objetivo de garantir a referência nacional do exame e sua aplicação unificada em cumprimento das “normas parametrizadoras de aplicação definidas pelo Inep para a execução dos procedimentos técnico-administrativos e operacionais necessários para sua realização, bem como a segurança e o sigilo do mesmo” (BRASIL, 2002d, p. 17).

É importante destacar que o foco de estudo desta pesquisa é a modalidade Encceja Nacional Regular em razão de sua abrangência e importância para os estados como exame certificador.

Tabela 3 - Total de inscritos no Encceja Nacional por etapa e ano de edição (2008 a 2018) (Continua)

Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
2008	263.246	322.936	846.142 ⁵
2009 ⁶	357.205	-	-
2010	142.545	-	-
2011	-	-	-

⁵ Esse foi o total de inscritos na edição do Encceja Nacional 2008. Nos quantitativos por etapa de ensino não foi possível distribuir os inscritos do estado de São Paulo, pois não constam informações sobre essa distribuição.

⁶ Apesar de a aplicação do Exame ter sido cancelada em 2009, as inscrições dos interessados pela certificação do ensino fundamental chegaram a ser realizadas.

(Conclusão)

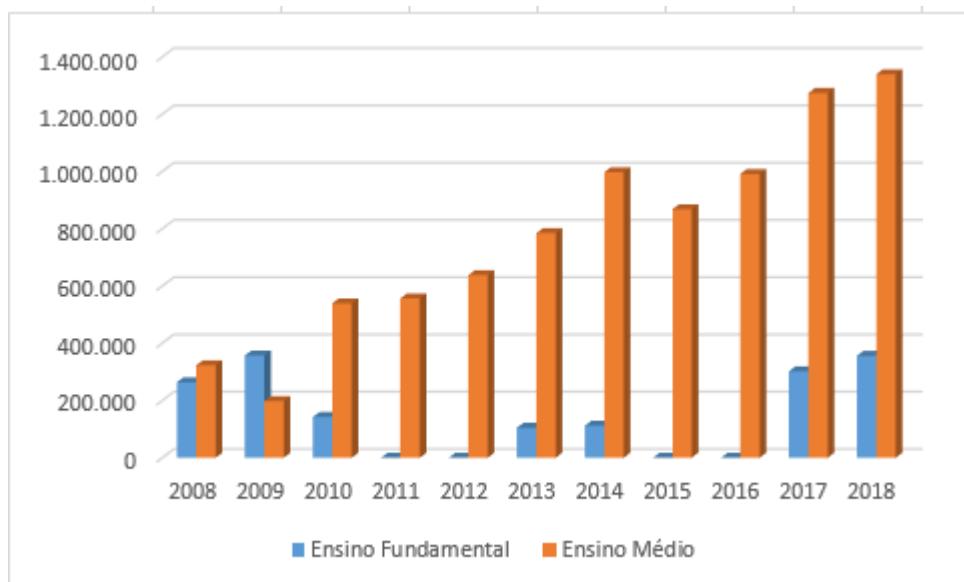
Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
2012	-	-	-
2013	104.663	-	-
2014	112.476	-	-
2015	-	-	-
2016	-	-	-
2017	301.583	1.273.977	1.575.560
2018	356.323	1.339.288	1.695.551

Fonte: Serrao (2014) e Brasil (2017c; 2018e) adaptado pela autora.

Em relação à periodicidade/regularidade da aplicação, verificam-se, na Tabela 3, momentos de descontinuidade da aplicação do Encceja Nacional nos seguintes anos: 2009, 2011, 2012, 2015 e 2016. Ocorreram, portanto, no período entre 2008 e 2018 apenas seis edições do Exame: 2008, 2010, 2013, 2014, 2017 e 2018.

De 2009 a 2016, independente da ocorrência ou não do Encceja no Brasil, a certificação do ensino médio continuou acontecendo via Enem. No Gráfico 1, observa-se a evolução de inscritos no Enem para a conclusão dessa etapa de ensino. O incremento do número de inscritos pode estar relacionado à visibilidade adquirida pelo Enem, decorrente das várias funções que passou a exercer.

Gráfico 1 - Total de inscritos no Encceja Nacional e Certificação via Enem (2008 a 2018)



Fonte: Serrao (2014) e Brasil (2017c; 2018e; [2019c]) adaptado pela autora.

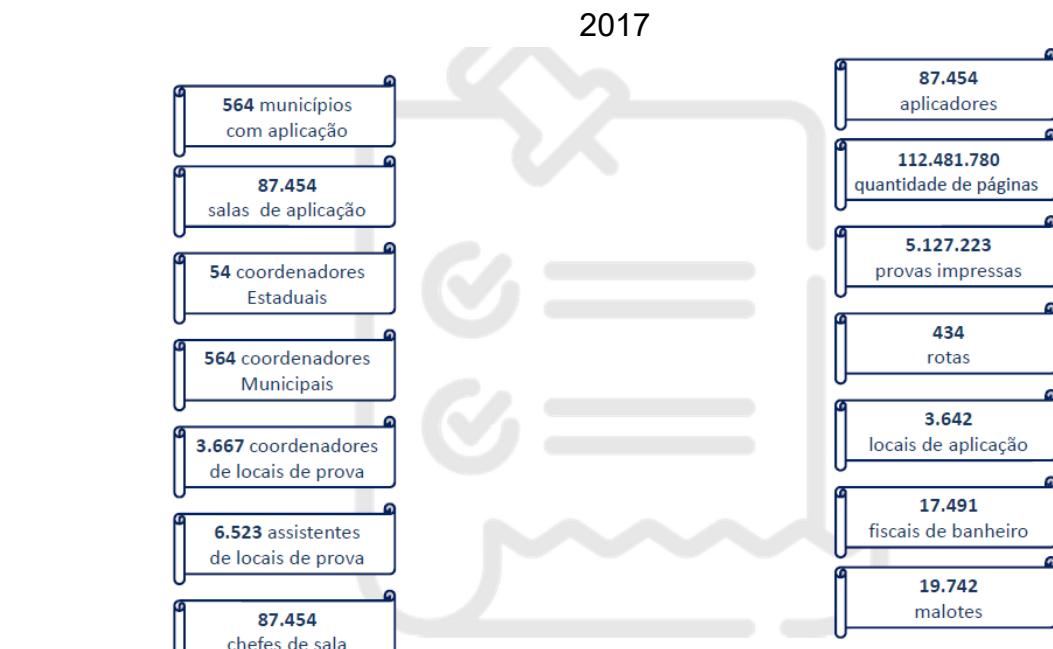
A partir de 2017, conforme se percebe no Gráfico 1, ocorre a migração desse público demandante do Enem para o Encceja, por causa da reativação da certificação do ensino médio por meio deste exame.

Com base na Tabela 3, que traz o total de inscritos para a edição 2017 do Encceja, 301.583 (19,1%) jovens e adultos visavam obter o certificado do ensino fundamental e 1.273.977 (80,9%) o certificado do ensino médio. Para a edição 2018, 356.323 (21%) inscritos pleitearam o certificado do ensino fundamental e 1.339.288 (79%) o certificado do ensino médio. A demanda por certificação de conclusão do ensino médio correspondeu a cerca de 80%, tendo por base as duas edições.

Essa maior demanda pode estar relacionada aos requisitos de escolaridade dos novos postos de trabalho e ao aumento da procura por cursos de qualificação profissional entre as pessoas empregadas que interromperam precocemente seus estudos. De acordo com a PNADc 2018, houve uma mudança no padrão do número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade que em 2018 correspondeu a 9,3 anos (IBGE, [2019]).

Para demonstrar a dimensão do Encceja Nacional Regular, o Inep recebeu 1.575.561 inscrições de jovens e adultos em 2017. As provas dessa edição foram aplicadas em 564 municípios nos 26 estados e no Distrito Federal, no dia 19 de novembro, no mesmo horário. Portanto, mobilizou a seguinte estrutura:

Figura 1 - Outros números relacionados à aplicação do Encceja Nacional Regular



Fonte: Brasil (2017c).

A partir da Figura 1, nota-se que para a realização de uma edição do Encceja Nacional Regular é necessária a atuação de diversos atores em diferentes etapas.

Portanto, para que todo o processo transcorra bem é imprescindível planejamento. Daí a necessidade de um calendário pré-definido para cada edição do exame.

Nos cronogramas das edições do Encceja Nacional que ocorreram no período entre 2008 e 2018, observa-se falta de paralelismo/correspondência entre as datas das principais etapas do Exame, tendo por base o Quadro 3:

Quadro 3 - Comparação das etapas inscrição, aplicação e divulgação dos resultados entre edições do Encceja Nacional (2008 a 2018)

Edição	Período de inscrição	Data de aplicação	Divulgação dos resultados
2008	06/10 a 14/11/2008	13 e 14/12/2008	março de 2009
2010	13/09 a 10/10/2010	20/03/2011	agosto de 2011
2013	14/01 a 22/02/2013	14/04/2013	outubro de 2013
2014	17/03 a 31/03/2014	01/06/2014	novembro de 2014
2017	07/08 a 18/08/2017	22/10/2017	fevereiro e março de 2018
2018	16/04 a 27/04/2018	05/08/2018	novembro e dezembro de 2018

Fonte: Brasil (2008b; 2010c; 2013; 2014b; 2017a; 2018d) adaptado pela autora.

Essa falta de regularidade da aplicação e de correspondência entre as datas das principais etapas do exame pode estar relacionada, em parte, segundo Serrao (2014, p. 104), “às diferentes mudanças no comando do Inep, com presidentes imbuídos de visões diferentes sobre avaliação e, logo, sobre o papel do Inep”.

Entre 2008 e 2018, o Inep teve sete presidentes diferentes e muitos diretores. Seus respectivos coordenadores gerais foram mais de uma vez substituídos, entre eles, a equipe de gestão da Daeb⁷. Essas frequentes mudanças de presidentes e demais gestores do Inep dificultam uma política de continuidade. A cada alternância de poder suscita dúvidas se haverá ou não continuidade das políticas educacionais anteriormente desenvolvidas.

Rua (2014) aponta que uma característica recorrente das políticas públicas é a descontinuidade administrativa. Segundo a autora, a constante interrupção das políticas ocorre porque

como frequentemente inexistem concepções consolidadas de missão institucional, as agências envolvidas nas políticas públicas são forte e diretamente afetadas pelas preferências, convicções, pelos compromissos políticos e pelas idiossincrasias pessoais dos seus escalões mais elevados. Esses cargos, por sua vez, são em grande maioria preenchidos conforme critérios políticos, o que gera instabilidade dos seus ocupantes. Com isso, cada mudança dos

⁷ Essa informação advém do tempo de vivência da pesquisadora no Inep, desde 2008.

titulares dos cargos, como regra, provoca alterações nas políticas em andamento (RUA, 2014, p. 114).

Para Saviani (2008), a descontinuidade das medidas educacionais acionadas pelo Estado é considerada histórica e corresponde a uma característica estrutural da política educacional brasileira. O autor reforça que essa característica “opera como um óbice ao adequado encaminhamento das questões da área” (SAVIANI, 2008, p. 11).

Com a mudança de dirigentes, Rua (2014, p. 115) ressalta que “frequentemente programas e políticas são redimensionados, reorientados, suspensos, ou deixam de concentrar as atenções e energias dos quadros daquelas agências”. Isso pode ter influenciado no status secundário do Encceja ao longo do período analisado, na medida em que foi dada prioridade a outros programas (SERRAO, 2014). Catelli Junior, Gisi e Serrao (2013, p. 736) reforçam essa ideia ao destacar que

o sucessivo crescimento do Enem e o grande número de avaliações realizadas pelo Inep (Enade, Provinha Brasil, Prova Brasil, Saeb e Enem) também engendraram consequências para o Encceja, pois o exame acabou por ficar em segundo plano. Nunca houve, no Inep, adiamento de uma prova do Enem ou descompasso em sua realização, no entanto, no que se refere ao Encceja, sua realização é sempre uma incerteza: não há calendário pré-definido nem mesmo a certeza se ocorrerá a cada ano.

Constata-se, portanto, que o Encceja na última década tem permanecido em segundo plano em relação a outros programas do Inep. Mesmo com esse cenário, o Encceja destacou-se como exame de certificação nacional, adquirindo importância ao longo do tempo com aumento considerável tanto no número de inscritos quanto no número de adesões por parte das Secretarias de Educação (CATELLI JUNIOR; GISI; SERRAO, 2013). Esse é, portanto, um aspecto importante a ser levado em conta ao analisar o impacto do programa.

Para representar a população-alvo que se inscreve no Encceja Nacional Regular, estão indicadas, na Tabela 4, as faixas etárias dos jovens e adultos inscritos nas edições 2014, 2017 e 2018. Atualmente (novembro/2019), são os dados dessas edições que estão publicizados no portal do Inep.

Observa-se que grande parte dos inscritos encontra-se no intervalo entre 21 a 59 anos, tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio, considerando

as três edições. Segundo a PNADc 2018, a taxa de escolarização para o grupo etário de 18 a 24 anos correspondeu a 32,7% enquanto para a faixa etária de 25 anos ou mais foi de 4,6% (IBGE, [2019]).

Tabela 4 - Inscritos por faixa etária nas edições 2014, 2017 e 2018 do Encceja

Nacional

Faixa etária	Inscritos 2014		Inscritos 2017		Inscritos 2018	
	EF	EM	EF	EM	EF	EM
de 15 a 17 anos	14.594		45.227	0	43.900	1
de 18 a 20 anos	13.783		32.109	265.923	42.494	244.926
de 21 a 30 anos	28.269		79.700	539.494	99.093	587.481
de 31 a 59 anos	54.603		141.516	460.975	167.210	498.856
maior ou igual a 60 anos	1.226		3.030	7.582	3.624	7.963
Não dispõe de informação	1		1	3	2	1
Total Geral	112.476		301.583	1.273.977	356.323	1.339.228

Fonte: Brasil (2014c; 2017d; 2018f) adaptado pela autora.

Na Tabela 5, estão indicados os números de inscritos em 2014, 2017 e 2018 por região. É possível perceber que a região Sudeste foi a região que mais concentrou a quantidade de inscritos nas três edições e a região Sul foi a que teve o maior acréscimo de inscritos entre 2017 e 2018, considerando as etapas de ensino fundamental e de ensino médio. Esse patamar de crescimento pode estar relacionado ao número médio de anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais nas regiões Sudeste e Sul, apresentando valores acima da média nacional, conforme a PNADc 2018 (IBGE, [2019]).

Tabela 5 - Inscritos por região nas edições 2014, 2017 e 2018 do Encceja Nacional

Região	Inscritos 2014		Inscritos 2017		Inscritos 2018	
	EF	EM	EF	EM	EF	EM
Centro-Oeste	21.905		47.785	167.037	56.540	177.317
Nordeste	6.905		32.918	193.315	37.498	193.394
Norte	8.914		34.298	131.511	39.027	128.058
Sudeste	46.570		108.154	502.940	119.738	511.401
Sul	28.182		78.428	279.174	103.520	329.058
Total Geral	112.476		301.583	1.273.977	356.323	1.339.228

Fonte: Brasil (2014c; 2017d; 2018f) adaptado pela autora.

Na Tabela 6 estão apresentados os percentuais da população brasileira por níveis de instrução com referência ao 2º trimestre de 2018, considerando o período aberto para as inscrições no Encceja 2018 (meados de abril). Em âmbito nacional, 37% dos indivíduos não possuía o ensino fundamental completo, persistindo um

contingente populacional que carece da formação fundamental. Em contrapartida 23,8% possuía o ensino médio completo. A região com maior taxa de população instruída, ou seja, somando-se os percentuais da população com ensino fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior completo, é a Sudeste, ficando acima da média nacional.

Tabela 6 - População por níveis de instrução no 2^a trimestre de 2018 - percentual da população (%)

Nível de instrução	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	7,8	9,2	12,3	5,4	5,6	7,4
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	37	41,2	41,2	33,2	38,1	36,2
Ensino fundamental completo ou equivalente	8	7,4	6,9	8,4	9,7	7,7
Ensino médio incompleto ou equivalente	6,9	7,7	6,9	6,8	6,4	7,5
Ensino médio completo ou equivalente	23,8	22,2	21,4	26,6	21,8	22,1
Ensino superior incompleto ou equivalente	4,6	4,1	3,6	5,1	5,4	5,3
Ensino superior completo ou equivalente	11,9	8,3	7,8	14,5	13	13,8

Fonte: IBGE (2018).

Convém que se faça uma análise entre o número de inscritos da Tabela 5 e o nível de instrução da população na Tabela 6. No ensino fundamental, apesar das regiões Sul e Sudeste apresentarem os maiores contingentes de inscritos na edição 2018, observa-se na Tabela 6 que as regiões Norte e Nordeste possuíam os maiores percentuais de pessoas que não havia concluído o ensino fundamental no 2º trimestre de 2018. Para o ensino médio, repetem-se Sul e Sudeste como as regiões com as maiores quantidades de inscritos no Encceja 2018. No entanto, identifica-se que as regiões Centro-Oeste e Norte foram as detentoras dos maiores percentuais de pessoas que não havia concluído o ensino médio nesse mesmo período.

Essa não correspondência entre o número de inscritos por nível de ensino no Encceja de 2018 e a taxa da população que não havia concluído o respectivo nível de instrução por região pode estar relacionada à quantidade de municípios

disponibilizados pelo Inep para a aplicação das provas. É no sistema de inscrição que o inscrito escolhe em que município deseja realizar as provas. De acordo com o edital da edição 2018 do Encceja, dos 592 municípios com aplicação de provas em 2018, a maior parte, 208, estava concentrada na região Sudeste. Na sequência, estava a região Sul com 150 municípios de aplicação. A região que apresentou o menor número de municípios, 63, foi a Centro-oeste. As regiões Norte e Nordeste ficaram com 71 e 100 municípios de aplicação, respectivamente (BRASIL, 2018d).

Na Tabela 7, está apresentada a distribuição dos inscritos nas edições 2014, 2017 e 2018 por sexo. Observa-se na composição por sexo que os números referentes aos dois perfis ficaram bastante próximos, com uma quantidade ligeiramente maior de mulheres em 2018. De acordo com a PNADc 2018, a taxa de escolarização das mulheres se manteve mais elevada que a dos homens nesse período (IBGE, [2019]). Independente de seus percursos de vida, elas têm procurado o exame na perspectiva de se qualificar melhor para o mercado de trabalho e abrir novas possibilidades para si.

Tabela 7 - Inscritos por sexo nas edições 2014, 2017 e 2018 do Encceja Nacional

Sexo	Inscritos 2014		Inscritos 2017		Inscritos 2018	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Feminino	56.054	49,84	790.370	50,16	880.182	51,91
Masculino	56.422	50,16	785.190	49,84	815.369	48,09
Total Geral	112.476	100,00	1.575.560	100,00	1.695.551	100,00

Fonte: Brasil (2014c; 2017d; 2018f) adaptado pela autora.

Na Tabela 8, está apresentada a composição dos inscritos nas edições 2017 e 2018⁸ por cor/raça. Observa-se que há uma parcela significativa de jovens e adultos auto classificados pardos (44,2%) ou brancos (38,1%) considerando as duas edições do exame. A categoria cor/raça preta foi assinalada por 12,1% dos respondentes. No quesito cor/raça, o público do Encceja afasta-se um pouco do público EJA que frequenta os bancos escolares. Segundo a PNADc 2018, o percentual de jovens e adultos pretos ou pardos correspondeu a 69,7% nas turmas de EJA do ensino fundamental e do ensino médio, enquanto no Encceja 2018 esse percentual foi de 56,9%. O contingente representativo de pessoas que se

⁸ Nos microdados do Encceja 2014, não há informação sobre cor/raça dos inscritos. As informações desta tabela são oriundas das sinopses estatísticas do Encceja 2017 e Encceja 2018. Não foi divulgada pelo Inep a sinopse estatística da edição 2014 do Encceja.

declararam brancas no Encceja pode estar diretamente relacionado ao expressivo quantitativo de inscritos nas regiões sul e sudeste evidenciado na Tabela 5. De acordo com a PNADc 2018, desde 2012 o grupo majoritário no critério de declaração de cor ou raça nessas regiões continua sendo o de pessoas que se declaram brancas (IBGE, [2019]).

Tabela 8 - Inscritos por cor/raça nas edições 2017 e 2018 do Encceja Nacional

Cor/Raça	Inscritos 2017		Inscritos 2018	
	Frequência	%	Frequência	%
Preta	186.576	11,84	208.101	12,27
Amarela	29.658	1,88	31.881	1,88
Branca	609.550	38,70	635.319	37,47
Indígena	9.817	0,62	10.013	0,60
Parda	690.503	43,82	756.654	44,62
Não declarada	49.433	3,14	53.583	3,16
Não dispõe de informação	23	0	0	0

Fonte: Brasil (2017e; 2018a) adaptado pela autora.

Na Tabela 9, estão indicadas informações sobre a execução de atividade remunerada pelos inscritos nas edições 2014, 2017 e 2018 do Encceja Nacional Regular tendo como referência as respostas à pergunta “Você trabalha ou já trabalhou?” presente no questionário socioeconômico⁹. É possível constatar que uma parcela expressiva dos inscritos estava trabalhando ou havia trabalhado no transcurso dessas edições do exame.

Tabela 9 - Inscritos segundo o exercício de atividade remunerada nas edições 2014, 2017 e 2018 do Encceja Nacional

Edição	Total	Você trabalha ou já trabalhou?					
		Sim	%	Não	%	Não há informações	%
2014	112.476	87.540	77,83	24.936	22,17	0	0
2017	1.575.560	1.248.251	79,23	327.284	20,77	25	0
2018	1.695.551	1.329.742	78,43	365.806	21,57	3	0

Fonte: Brasil (2014c; 2017d; 2018f) adaptado pela autora.

Nota-se nas Tabelas 4, 5, 7 e 9 uma discrepância entre os quantitativos da edição 2014 do Encceja em relação às edições de 2017 e 2018. Isso ocorre pelo fato de o Exame ter sido aplicado só ao ensino fundamental no Brasil em 2014. A

⁹ O questionário socioeconômico é preenchido pelo inscrito durante a realização da sua inscrição online.

maior demanda ocorre para a certificação do ensino médio, conforme evidenciado no Gráfico 1.

A partir das informações apresentadas nas Tabelas 4, 7, 8 e 9 podemos traçar um perfil inicial do público demandante de certificação por meio do Encceja Nacional Regular: há predominância de pessoas na faixa etária entre 21 a 59 anos, que procuram a certificação de conclusão do ensino médio, que trabalham ou já trabalharam, e aproximadamente 44% delas se autodeclararam pardas, havendo um equilíbrio entre o quantitativo de homens e mulheres. Esse é o público demandante por certificação esperado no Encceja: pessoas que muitas vezes trabalham e/ou estão fora do ambiente escolar e que buscam mecanismos alternativos para elevar a sua escolaridade básica.

Os percentuais de pessoas ausentes no Encceja Nacional de 2008 a 2018, indicados na Tabela 10, revelam que a abstenção no Exame no período relatado é significativa e merece atenção:

Tabela 10 - Taxa de abstenção por edição do Encceja Nacional a partir de 2008

Edição	Abstenção geral (%)
2008	49,35
2010	65,75
2013	53,96
2014	52,44
2017	59,70
2018	53,40

Fonte: Brasil (2017c; 2018e) adaptado pela autora.

A gratuidade da taxa de inscrição pode ser um fator relevante para o inscrito definir se realizará as provas ou não. A busca por procedimentos que auxiliem na redução das taxas de abstenção poderá evitar gastos públicos desnecessários.

A Tabela 11 apresenta as taxas de abstenção nas edições 2014, 2017 e 2018 do Encceja Nacional Regular por estado. Ao se comparar as três edições, observa-se que houve um decréscimo gradual na taxa de ausentes em vários estados, entre eles São Paulo, Maranhão, Distrito Federal, Amapá e Rio Grande do Sul –um estado por região – Esse decréscimo se deve, provavelmente, pelo empenho na divulgação sobre o Encceja realizada pelas Secretarias de Educação desses estados.

Tabela 11 - Taxa de abstenção por estado nas edições 2014, 2017 e 2018 do Encceja Nacional

Estado	Taxa de Abstenção em 2014 (%)	Taxa de Abstenção em 2017 (%)	Taxa de Abstenção em 2018 (%)
AC	71,30	55,20	60,43
AL	65,30	62,90	52,18
AM	73,27	76,80	67,05
AP	74,20	58,50	51,10
BA	65,28	58,10	51,76
CE	63,44	65,00	55,82
DF	66,00	54,90	51,09
ES	65,21	59,20	57,01
GO	67,99	57,80	55,05
MA	71,70	60,30	56,82
MG	54,50	58,70	51,84
MS	57,04	53,10	49,78
MT	68,47	71,50	64,64
PA	62,68	58,00	53,97
PB	79,13	63,50	54,38
PE	68,88	67,80	63,06
PI	54,82	59,90	53,31
PR	51,29	52,80	46,35
RJ	66,63	65,60	57,66
RN	69,12	66,90	59,57
RO	61,69	64,30	56,38
RR	68,88	76,30	56,40
RS	58,64	56,30	51,02
SC	54,49	57,90	51,36
SE	64,36	65,50	52,19
SP	60,82	61,70	56,98
TO	64,63	58,50	52,45

Fonte: Brasil (2014c; 2017d; 2018f) adaptado pela autora.

A partir das informações que foram apresentadas nesta seção, foi possível perceber que o Encceja tem como um dos seus principais objetivos promover a inclusão dos cidadãos que não puderam frequentar o ensino regular, e para que o Exame aconteça de forma satisfatória é necessária a interlocução de setores dentro do Inep e de diversos outros atores externos envolvidos nas etapas do processo.

O Encceja é organizado em quatro modalidades, com editais e cronogramas próprios. A aplicação das provas ocorre em um único dia para garantir as normas parametrizadoras do Inep para a realização do Exame. A maior parte do público demandante de certificação encontra-se no grupo etário entre 21 e 59 anos e está em busca do certificado do ensino médio. Mesmo com a intermitência das edições realizadas no Brasil, as significativas taxas de abstenção e a ausência de um calendário pré-definido, o Exame tem ganhado importância como política de

certificação nacional. Na próxima seção, são apresentadas as características pedagógicas do Encceja, reforçando a proposta desta avaliação ao público ao qual se destina.

2.3.2 Aspectos pedagógicos do Encceja

As provas de qualquer modalidade do Encceja obedecem aos requisitos básicos, estabelecidos pela legislação em vigor, para o ensino fundamental e ensino médio. Desde 2006, o Exame é composto por quatro provas objetivas por etapa de ensino, cada uma com 30 questões de múltipla escolha, e uma proposta de Redação. As provas são aplicadas em um único dia, nos turnos matutino e vespertino e avaliam as seguintes áreas de conhecimento e respectivos componentes curriculares (BRASIL, [2019d]), conforme Quadro 9:

Quadro 4 - Provas por nível de ensino

Ensino Fundamental	Ensino Médio
Ciências Naturais	Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Química, Física e Biologia)
Matemática	Matemática e suas Tecnologias
Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes, Educação Física e Redação	Linguagens e Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes e Educação Física) e Redação
História e Geografia	Ciências Humanas e suas Tecnologias (História, Geografia, Filosofia e Sociologia)

Fonte: Brasil ([2019d]) adaptado pela autora.

O Encceja está fundamentado em Matrizes de Competências e Habilidades – ou Matrizes de Referência – e em material didático pedagógico da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2004). Desde o desenho original do Encceja, o programa sempre contou “com uma matriz de referência e um sistema objetivo de aferição de desempenho, além de níveis da escala de proficiência” (SERRAO, 2014, p. 118).

As Matrizes de Referência do Encceja foram elaboradas para considerar, simultaneamente, competências relativas à dois elementos, quais sejam: (i) áreas de conhecimento e (ii) competências do sujeito.

As competências das áreas “referem-se a saberes e produções humanas consolidados como objetos sociais que incorporam conceitos, métodos, teorias e

hipóteses, expressando um saber constituído” (BRASIL, 2003b, p. 190). Em outras palavras, as competências de área referem-se a conteúdos e temáticas normalmente abordadas na Educação Básica, sob a perspectiva da EJA no caso do Encceja.

Já as competências do sujeito “expressam as possibilidades cognitivas de jovens e adultos para a compreensão e realização de tarefas relacionadas a essas áreas, como também, para elaboração da redação” (BRASIL, 2008a, p. 1). As competências do sujeito ou eixos cognitivos— são comuns a todas as áreas do conhecimento e correspondem a:

- i. Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.
- ii. Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
- iii. Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
- iv. Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
- v. Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural (BRASIL, 2008a, p. 2).

Os eixos cognitivos associados às competências de área expressam o que os jovens e adultos podem saber ou demonstrar no contexto da avaliação proposta (BRASIL, 2002b). Destas interações, em cada área, resultam 30 habilidades que serão avaliadas por meio de questões objetivas e pela produção de um texto (redação). Sendo assim, “cada habilidade corresponde a 01 (um) item de que compõe a prova objetiva, resultando num total de 30 (trinta) itens e a produção de um texto (redação)” (BRASIL, 2008a, p. 1). As competências de área podem variar em número de 06 a 09, dependendo da área do conhecimento.

Ressalta-se que a disposição das habilidades na estrutura da matriz é uma referência para a organização da avaliação como um todo. Essa disposição também é conhecida como Tabela de Competências e Habilidades. As habilidades estabelecem as ações ou operações que descrevem desempenhos a serem

avaliados nas provas (BRASIL, 2003b). Nesse sentido, as matrizes para o Encceja concorrem para a

promoção de provas que deem oportunidade para jovens e adultos aproveitarem o que aprenderam na vida prática, trabalhando com aspecto básico da vida cidadã, com a tomada de decisões e a identificação e resolução de problemas, a descrição de propostas e a comparação entre ideias expressas por escrito, considerando valores e direitos humanos. Tais ações ou operações do participante estão representadas na Matriz do Encceja, nas diferentes habilidades (BRASIL, 2003b, p. 18).

Cada área do conhecimento do Encceja possui uma Matriz de Competências e Habilidades a partir da qual são elaboradas as questões. As matrizes de competências e habilidades trabalhadas nesta dissertação são as matrizes das áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, voltada para o ensino médio, e de Ciências Naturais, voltada para o ensino fundamental¹⁰. Foram escolhidas essas áreas em razão da pesquisadora apresentar graduação em Biologia e ter familiaridade com as referidas matrizes¹¹.

Para demonstração de como as habilidades e competências relacionam-se em uma matriz do Encceja, o Anexo A ilustra a matriz de Ciências da Natureza e suas Tecnologias do ensino médio. Nela estão representadas as competências da área (de M1 a M9, com ausência da M3) à esquerda, as competências do sujeito ou eixos cognitivos (de I a V) na parte superior e as habilidades (de H1 a H30) nos cruzamentos entre as competências de área e os eixos cognitivos. Tais competências e habilidades são similares as da Matriz de Referência de Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Enem. Isto porque, como explicado anteriormente na seção 2.2, as matrizes do novo Enem foram concebidas com base nas matrizes do ensino médio do Encceja e ambas guardam “uma grande proximidade de temas, de competências e habilidades nas quatro áreas de conhecimento” (BRASIL, 2015b, p. 198). Dentre os temas trabalhados na matriz destacam-se: tecnologia, saúde, meio ambiente, diversidade biológica, métodos e procedimentos próprios das Ciências Naturais.

¹⁰ As matrizes encontram-se anexas a esta dissertação (Anexo A e Anexo B).

¹¹ As demais matrizes do exame encontram-se disponíveis no portal do Inep no endereço eletrônico: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/encceja/outros-documentos>.

As competências de área para o ensino médio são bastante próximas às competências de área para o ensino fundamental (Ciências Naturais). No entanto, é preciso apontar que, embora a matriz do ensino médio privilegie uma concepção de área das Ciências da Natureza, há competências específicas para as disciplinas de Química, Física e Biologia, o que não acontece no ensino fundamental.

A proposta de um item do Encceja é elaborada a partir de uma das habilidades da matriz da área do conhecimento. Nesse sentido, “o foco do Encceja é a situação-problema para cuja resolução o participante deve mobilizar saberes cognitivos e conceituais (competências)” (BRASIL, 2003b, p. 23). A situação-problema corresponde a um desafio que reporta o participante a um contexto reflexivo e o instiga a tomar decisões. Deve ser contextualizada, explorando, de preferência, situações vivenciadas pelos participantes (BRASIL, 2015b).

O item (ou questão) do Encceja é de múltipla escolha e é constituído de um texto-base, de um enunciado e de quatro alternativas, construção muito semelhante à dos itens do Enem. O texto-base motiva ou compõe a situação-problema do item, a partir de textos verbais ou não-verbais (imagens, figuras, tabelas, esquemas, etc.). O enunciado apresenta uma instrução clara e objetiva sobre a tarefa cognitiva a ser realizada pelo participante. As alternativas são possibilidades de resposta para a situação-problema apresentada, dividindo-se em gabarito –alternativa correta –e três distratores - alternativas incorretas - (BRASIL, 2015b).

Para exemplificar as partes constituintes de um item do Encceja, estão representados, nos Quadros 5 e 6, dois itens aplicados na edição 2017¹² do Encceja Nacional Regular: um da prova de Ciências Naturais e outro da prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, em razão da formação da pesquisadora.

O Quadro 5 apresenta uma questão da Prova de Ciências Naturais do Encceja 2017 sobre a transmissão das hepatites B ou C, doenças infecciosas que podem ser adquiridas por contato com sangue por meio de compartilhamento de seringas, agulhas, alicates de unha, lâminas de barbear e outros objetos que perfuram ou cortam. A situação-problema do item envolve o trabalho e o cotidiano de manicures e podólogos, contexto que pode estar presente na vida dos participantes. O texto-base foi retirado do portal da Prefeitura de São Paulo, por isso está referenciado. Como a atividade desses profissionais envolve a manipulação de

¹² Apenas os microdados da edição 2017 do Encceja apresentam os respectivos cadernos de provas.

objetos cortantes, eles precisam seguir as recomendações básicas de higiene e de procedimento a fim de evitar que sejam infectados com essas doenças.

Quadro 5 - Questão 15 do Caderno Encceja Nacional Regular do Ensino Fundamental da edição 2017 - Ciências Naturais

Questão 15 de Ciências Naturais
Texto-base: As hepatites B ou C são doenças infecciosas que ocorrem somente em humanos, sendo um grave problema de saúde pública na atualidade. Manicures e podólogos podem se contaminar com os vírus dessas doenças no dia a dia. Esses profissionais devem seguir algumas recomendações básicas de higiene e de procedimento, evitando assim riscos à saúde. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br . Acesso em: 8 set. 2014 (adaptado).
Enunciado: Manicures e podólogos podem ser infectados com essas doenças, uma vez que a atividade desses profissionais envolve o (a)
Alternativas: a) uso de uniforme. b) manipulação de objetos cortantes. c) emprego de substâncias químicas. d) permanência em ambientes fechados.
Gabarito: letra b)

Fonte: Brasil (2017d) adaptado pela autora.

Em relação à matriz de Ciências Naturais, nesse item o participante irá selecionar alternativas de condições de trabalho e/ou normas de segurança em diferentes contextos, valorizando o conhecimento científico e o bem-estar físico e mental de si próprio e daqueles com quem convive, que corresponde à habilidade 14 da matriz. Essa habilidade está relacionada à competência de área de nº 04 (F04): compreender a saúde como bem pessoal e ambiental que deve ser promovido por meio de diferentes agentes, de forma individual e coletiva; e à competência do sujeito V: recorrer aos conhecimentos desenvolvidos para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

O Quadro 6 apresenta uma questão da Prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Encceja 2017 sobre a utilização de xampu neutro na remoção de manchas de gordura das roupas conservando as características destas. A situação-problema do item está relacionada à uma atividade cotidiana em nossas casas: a lavagem de roupas. A resolução da questão dependia de o jovem ou adulto reconhecer a aplicabilidade do xampu neutro como agente desengordurante, assim

como o detergente neutro, produto que substitui o xampu por compartilhar das mesmas propriedades e desempenhar essa mesma função.

Quadro 6 - Questão 23 do Caderno Encceja Nacional Regular do Ensino Médio da edição 2017 - Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Questão 23 de Ciências da Natureza
Texto-base: Ao separar as camisas coloridas de algodão, antes de colocá-las para lavar na máquina, uma pessoa percebeu que o colarinho de uma delas estava muito sujo e engordurado. Para retirar esse tipo de sujeira, ela utilizou um truque: aplicou xampu neutro sobre o colarinho da camisa, pois sabe que o xampu ajuda a tirar as manchas de gordura mais resistentes.
Enunciado: Na falta desse produto, um que o substitui para a mesma finalidade, conservando suas propriedades, é o(a)
Alternativas: a) aguarrás. b) água sanitária. c) detergente líquido. d) desinfetante de uso geral.
Gabarito: letra c

Fonte: Brasil (2017d) adaptado pela autora.

Em relação à matriz de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, nesse item o participante irá relacionar as propriedades físicas, químicas ou biológicas de produtos (no caso, xampu) às finalidades a que se destinam, ação contemplada pela habilidade 17 (H17) da matriz. Essa habilidade está relacionada à competência de área de nº 06 (M6): entender métodos e procedimentos próprios das Ciências Naturais e aplicá-los a diferentes contextos; e à competência do sujeito IV: relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.

Na subseção 2.3.2, foram apresentadas as características pedagógicas do Encceja, contemplando as Matrizes de Competências e Habilidades, que embasam a construção dos itens que compõem cada prova objetiva, e a estrutura básica do item utilizado nas provas do exame. Reforça-se que as matrizes também podem orientar os estudos individuais como apoio à preparação dos participantes do exame. Na próxima seção são abordados os aspectos relacionados ao processo de certificação dos participantes.

2.3.3 Processo de Certificação

Como dito anteriormente, o Inep não possui autorização legal para certificar a conclusão das etapas da educação básica. A Resolução CNE/CEB nº 03/2010 reforça que “a certificação decorrente dos exames de EJA é competência dos sistemas de ensino” (BRASIL, 2010a, p. 66). Por isso, a aplicação da prova no Brasil depende da adesão, de caráter opcional, das Secretarias de Educação. Nesse caso, a certificação dos participantes do Encceja Nacional – regular e PPL – é principalmente realizada pelas Secretarias de Estado da Educação que são signatárias de termo de adesão ao Exame e atuam em parceria com o Inep, seguindo o regime de colaboração. Cabe a essas Secretarias a definição de critérios e procedimentos complementares ao processo de certificação, respeitadas as diretrizes definidas pela LDB e a divulgação do Exame em sua jurisdição (BRASIL 2018g).

Até 2008, a adesão ao Encceja poderia ser feita pelos Estados e pelos Municípios de forma individual, ou seja, o município poderia participar do processo independente do estado correspondente ter aderido ou não. A partir de 2010 a adesão ao Exame ficou disponível somente às Secretarias Estaduais de Educação, que poderiam indicar Secretarias Municipais de Educação para auxiliá-las no processo de certificação. Contudo, desde a edição 2013 não há essa indicação de Secretarias Municipais por parte das Secretarias Estaduais. Essa informação advém da experiência profissional da pesquisadora com o processo de certificação do Encceja.

Desde 2017, além do sistema estadual de ensino, o sistema federal de ensino, representado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de 23 estados e do Distrito Federal, tem apoiado o Inep na certificação dos participantes aprovados no Encceja Nacional. A rede federal já participava da sistemática de certificação dos participantes que realizaram as edições do Enem de 2009 a 2016 para fins de certificação. Em 2017, essa rede foi incorporada ao processo de certificação do Encceja, cerca de 401 campus de Institutos Federais, mediante assinatura de termo de cooperação técnica.

O participante indica, no ato da inscrição, em qual instituição certificadora deseja solicitar o Certificado de Conclusão do ensino fundamental ou do ensino médio ou a Declaração Parcial de Proficiência. Essa instituição é a que irá emitir o certificado. O Inep disponibiliza às Unidades Certificadoras, Secretarias de Estado de Educação ou Institutos Federais de Educação, os dados cadastrais e resultados

de desempenho dos participantes do Encceja que as indicaram como instituições certificadoras, inclusive dos adultos privados de liberdade e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, por meio de planilhas (BRASIL, 2018g).

A certificação dos participantes aprovados no Encceja Exterior é realizada atualmente (outubro/2019) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, que firmaram Acordo de Cooperação Técnica junto ao Inep.

O processo de certificação por meio do Encceja requer a emissão de Certificado de Conclusão do ensino fundamental e do ensino médio ou a Declaração Parcial de Proficiência pela instituição certificadora, em conformidade com as orientações do MEC e do Inep (BRASIL, 2018g). O Certificado “é o documento que reconhece oficialmente que o participante do Encceja foi aprovado no exame em todos os componentes curriculares do atual ensino fundamental ou do ensino médio” (BRASIL, 2018g, p. 11). Já a Declaração Parcial é:

a certificação parcial que comprova que o participante atingiu a pontuação mínima necessária em uma ou mais áreas de conhecimento avaliadas no Encceja que correspondem aos componentes curriculares do atual ensino fundamental ou do ensino médio (BRASIL, 2018g, p. 11).

É importante ressaltar que existe a possibilidade de o participante obter a certificação parcial em uma edição, por área(s) do conhecimento, e solicitar o aproveitamento dos resultados de edições anteriores ou se inscrever na próxima edição do exame a fim de pleitear o certificado de conclusão do ensino fundamental ou médio. O Encceja apresenta essa especificidade. Para efeito de certificação, também é permitido o aproveitamento de estudos - obtidos por processos de escolarização formal - e de outras formas reconhecidas oficialmente de eliminação de componentes curriculares (disciplinas), em atendimento ao que dispõe a LDB (BRASIL, 2018g). Entretanto, o Inep não dispõe da informação do quantitativo de alunos que conseguiram certificação dessa forma, pois as instituições certificadoras não enviam ao Inep esses dados. Por isso, utiliza mais de uma edição do exame. Além disso, nos microdados os participantes são identificados apenas pelo número de inscrição e as demais informações pessoais são anonimizadas, impossibilitando o acompanhamento do aproveitamento de notas pelos participantes que foram contemplados com a certificação parcial.

Em 2006, foram definidas as novas Escalas de Proficiência do Encceja, tendo como referência os resultados de um pré-teste. Os itens foram classificados segundo suas habilidades, suas dificuldades e suas capacidades de discriminar indivíduos com diferentes níveis de proficiências (BRASIL, 2008a). Para cada uma das áreas do ensino fundamental e do ensino médio, foram estabelecidos requisitos mínimos em termos de aprendizado para que os sistemas de ensino pudessem aferir os resultados obtidos pelos participantes do Encceja:

A este mínimo foi estabelecido o valor 100 de uma escala que vai de 60 a 180, com desvio-padrão de 20 pontos. Isso significa que aquele participante que obtiver proficiência maior ou igual a 100 em uma das áreas poderá ser considerado habilitado no Exame, nessa área de conhecimento. O participante será considerado habilitado na redação quando obtiver nota igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos numa escala que varia de 0 (zero) a 10 (dez) (BRASIL, 2008a, p. 41).

Para pleitear a certificação, além da pontuação mínima sugerida no parágrafo anterior (100 pontos nas quatro áreas do conhecimento e 5,0 pontos na redação), o participante deverá preencher aos seguintes requisitos de idade mínima para realizar os exames, de acordo com a LDB em seu art. 38, §1º: ensino fundamental, ter, no mínimo, 15 anos completos; e ensino médio, ter, no mínimo, 18 anos completos na data de realização das provas (BRASIL, 1996a).

A Resolução CNE/CEB nº 03/2010, é considerada um importante documento normativo para a EJA, principalmente quando se fala em exames para certificação, como o Encceja. A idade mínima recomendada para a inscrição e realização nos exames de conclusão de EJA, 15 anos completos para o Ensino Fundamental e 18 anos completos para o Ensino Médio, já é seguida pelo Encceja e a validade desse exame já é reconhecida nacional e internacionalmente (no caso do Encceja Exterior) (BRASIL, 2010a).

No caso de exames de certificação, ressalta-se que o diploma ou histórico do ensino fundamental não é necessário para obtenção do certificado do ensino médio (BRASIL, 2018d). Essa informação é esclarecida no Parecer CEB/CNE nº 11/2000: “o ensino fundamental não é condição absoluta de possibilidade de ingresso no ensino médio, dada a flexibilidade posta na LDB, em especial no art. 24, II, c” (BRASIL, 2000a, p. 32).

Neste capítulo, foi apresentada a política de certificação do Encceja, sua inserção nas políticas de EJA, seu histórico e mudanças significativas, sua sistemática atual de realização, considerando aspectos logísticos, pedagógicos e o processo de certificação.

Foi possível perceber que mesmo com a inconstância das edições, o Encceja foi assumindo importância nos últimos anos, angariando inscritos e adesões por parte das instituições certificadoras e se destacando no campo das políticas públicas educacionais voltadas para a EJA.

No próximo capítulo, são discutidos eixos teóricos que estão bastante relacionados à natureza das políticas públicas para a EJA, são apresentados os aspectos metodológicos que embasam a análise de dados realizada, assim como os resultados dessa análise, culminando na identificação dos desafios e potencialidades da política de certificação do Encceja.

3 DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO ENCCEJA

Neste terceiro capítulo, objetiva-se analisar aspectos da sistemática atual de realização do Encceja Nacional, do processo de certificação dos participantes e do perfil do público que pleiteia essa certificação, identificando desafios e potencialidades do instrumento. O capítulo está estruturado em três seções.

Na primeira seção, é apresentado o referencial teórico abordado nesta pesquisa e está organizado em três eixos bastante relacionados à natureza das políticas públicas para a EJA. No primeiro eixo, trabalha-se inicialmente os conceitos de política pública e suas características a partir de textos de Condé (2012), Rua (2014) e Saviani (2008). Quanto às questões relacionadas à EJA, são utilizados textos de autores que têm familiaridade com a temática: Almeida (2016), Arroyo (2007), Di Pierro e Haddad (2000; 2015), Ferreira e Rodrigues (2016), Friedrich *et al.* (2010), Gouveia (2008), Oliveira (1999), Oliveira (2007) e Rummert (2007).

Na segunda seção, são apresentadas e descritas a proposta metodológica utilizada no estudo que envolve pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Para reconhecer os desafios e as potencialidades do Encceja, a pesquisa documental desdobra-se em quatro categorias de análise.

Por fim, a terceira seção apresenta e discute os resultados encontrados em cada categoria de análise da pesquisa documental e procura tecer um diálogo com o referencial teórico utilizado.

A intenção do estudo é levantar considerações e elementos de análise que contribuam para a proposição de um Plano de Ação Educacional que pense em propostas de aprimoramento para que o Encceja seja aplicado de maneira sistemática, com taxas de participação satisfatórias e pronta disponibilização dos resultados.

3.1 DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EJA: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES

Nesta seção, são abordadas algumas considerações teóricas sobre os desafios das políticas públicas educacionais para jovens e adultos, tendo por base o que foi diagnosticado no Capítulo 2.

Na primeira subseção do referencial teórico desta pesquisa, busca-se discutir aspectos relacionados à marginalização e secundarização das políticas públicas de EJA nas plataformas de governo, que podem refletir, também, sobre o status secundário do Encceja em relação a outros programas conduzidos pelo Inep. Antes de adentrar no âmbito dessas políticas, inicialmente é abordada a concepção de política pública e suas principais características para compreensão dos fatores que possam influenciar na continuidade das políticas públicas.

Na segunda subseção do referencial teórico, é abordada a temática das especificidades do público atendido pela EJA que podem estar diretamente relacionadas às dos jovens e adultos que buscam o Encceja como alternativa de certificação.

Por fim, tendo por base as características do público da EJA, na terceira seção, são discutidos aspectos relacionados à proposta curricular e avaliação direcionadas a esses sujeitos. Da mesma forma que a matriz de um exame nacional precisa ser estruturada com base no seu público alvo.

3.1.1 Políticas Públicas de EJA: marginalização e secundarização

De maneira geral, as políticas públicas correspondem ao conjunto de decisões e ações do governo para solucionar problemas apresentados pela sociedade (LOPES; AMARAL; WAHRENDORFF, 2008). Rua (2014, p. 18) ressalta que são “decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”. Condé (2012, p. 81) complementa que as políticas públicas “têm uma relação direta com a política (*politics*), sendo em grande maioria produzida pela ação desta segunda sobre as primeiras. Portanto, nada de neutralidade ou da ausência de interesses”.

As políticas públicas estão associadas ao Estado, é dele a prerrogativa de realização dessas políticas. Todavia, há outros atores que agem na construção delas e podem influenciá-las: atores públicos representados pela burocracia governamental e os políticos; e os atores privados em que se destacam empresários, a mídia e outras organizações de interesse (CONDÉ, 2012).

As políticas públicas possuem um processo de formação que envolve a perspectiva das “fases”, também conhecida como ciclo de políticas públicas (CONDÉ, 2012). Segundo Rua (2014, p. 34), o ciclo de políticas “é uma abordagem

para o estudo das políticas públicas que identifica fases sequenciais e interativas no processo de produção de uma política". As fases que compõem esse ciclo são apresentadas de forma resumida no Quadro 7:

Quadro 7 - Fases do ciclo de políticas públicas

Fases	Breve descrição
Formação da Agenda	Ocorre o reconhecimento do problema e sua inserção na agenda governamental. Os problemas públicos podem ser entendidos como demandas da sociedade que ganham destaque na agenda pública por sua relevância e caráter coletivo.
Formação de Alternativas (Formulação da política)	Após a inclusão do problema na agenda e uma análise deste, os diversos atores apresentam propostas para sua resolução.
Tomada de Decisão: adoção da política	Nesta fase é escolhida a melhor alternativa para solucionar o problema, uma solução aceitável para o maior número de partes envolvidas. No entanto, quando envolve problemas mais complexos a tomada de decisão tende a cobrir poucos aspectos, deixando algumas decisões para a etapa seguinte.
Implementação e Monitoramento	As decisões inicialmente tomadas deixam de ser apenas intenções e são convertidas em ações, nesta fase as políticas públicas são implementadas. Mas essas precisam ser monitoradas para detecção de possíveis ajustes, correções.
Avaliação	Essa fase fornece elementos importantes para avaliar a eficácia da política. A partir da avaliação pode-se pensar na continuidade, restruturação ou extinção da política.

Fonte: Rua (2014) adaptado pela autora.

Rua (2014) identifica ainda a presença de importantes regularidades ou características recorrentes das políticas públicas no Brasil: a fragmentação e a disputa interburocrática; a descontinuidade administrativa; a desarticulação entre as fases formulação/decisão e implementação; e a desarticulação entre política econômica e política social. Esses traços recorrentes podem influenciar na continuidade ou não das políticas públicas em andamento.

Além dessas regularidades apresentadas por Rua (2014) para as políticas públicas, Saviani (2008, p. 1) destaca, para as políticas educacionais brasileiras, duas limitações históricas: a “tradicional escassez dos recursos financeiros” na manutenção dos programas educacionais públicos; e a descontinuidade das medidas educacionais em razão da “sequência interminável de reformas”.

Além desses aspectos gerais, as políticas públicas voltadas para EJA estão sujeitas a marginalização e secundarização na esfera governamental. Historicamente, a EJA tem ocupado “posição secundária em relação às demais

etapas e modalidades, nas políticas estruturantes do sistema de educação básica” (DI PIERRO; HADDAD, 2015, p. 208).

Sabe-se que a garantia da educação como um direito está intimamente ligada ao financiamento por parte do poder público. Para Gouveia (2008, p. 380) “o financiamento público é um forte determinante de quanto o Estado está presente numa determinada área social, sendo, portanto, um elemento central da intervenção estatal na vida social”.

A inclusão da EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), Lei nº 9424/1996 (BRASIL, 1996b), que vigorou de 1998 a 2006, garantiu fundos para a EJA, mesmo que escassos. A partir de 2007, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado em 2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 (BRASIL, 2007a) e pelo Decreto nº 6.253/2007 (BRASIL, 2007b), em substituição ao Fundef, reconheceu-se “a existência não apenas da EJA, mas também de um leque de especificidades de atendimento que amplia as modalidades da Educação Básica brasileira” (GOUVEIA, 2008, p. 388).

A inscrição da EJA de forma progressiva no Fundeb e a apropriação de recursos evidenciam o financiamento desta política:

Nos anos subsequentes, as matrículas presenciais da EJA passaram a ser consideradas também nos programas federais de alimentação e transporte escolar, do livro didático e descentralização de recursos para as escolas, melhorando substancialmente as condições de oferta, de ensino-aprendizagem e de permanência dos estudantes na escola (DI PIERRO; HADDAD, 2015, p. 209).

Como visto anteriormente, as políticas educacionais mais expressivas relacionadas à EJA têm seu início com a CF de 1988 (BRASIL, 1988). A LDB de 1996 retoma a redação original da CF e destina os artigos 37 e 38 (Seção V) à EJA, contemplando as especificidades do atendimento educacional a um público tradicionalmente marginalizado (BRASIL, 1996a). Com a elaboração do Parecer CNE/CEB nº 11/2000 (BRASIL, 2000a) e da Resolução nº 1/2000, que estabelecem as DCN para EJA (BRASIL, 2000b), foi possível, a partir de prerrogativas legais claramente estabelecidas, a construção de uma proposta pedagógica de EJA para as escolas.

No entanto, apesar desse salto em que há “o reconhecimento dos jovens e adultos dentre os sujeitos do direito humano à educação, antes restrito às crianças e adolescentes” (DI PIERRO; HADDAD, 2015, p. 198), a identificação da necessidade de processos específicos, que contemplem o público dessa modalidade de ensino e a disponibilização de recursos para o financiamento dessa política não foram suficientes para colocar a EJA como prioridade na agenda das políticas públicas voltadas para a educação.

Almeida (2016, p. 132) corrobora com Di Pierro e Haddad (2015) essa ideia de secundarização da EJA ao sustentar que “a prioridade à educação de crianças e adolescentes, porém, tem direcionado uma política de marginalização das ações para EJA que, cada vez mais, ocupam lugar secundário no interior das políticas educacionais”.

A marginalização de ações voltadas para EJA no processo educativo brasileiro e a secundarização da EJA diante das demais modalidades da educação básica podem estar relacionadas à maneira como a EJA foi concebida. Segundo Friedrich *et al.* (2010, p. 392) a EJA “emerge de lacunas do sistema educacional regular (processo de escolarização)”. Os autores defendem que as políticas direcionadas à escolarização de jovens e adultos têm sido criadas basicamente para tentar solucionar problemas decorrentes dessas lacunas e são redimensionadas às plataformas de governo, conforme as necessidades políticas de cada momento:

Uma reflexão sobre a educação aponta para a educação de adultos como resultado da ineficácia do Estado em garantir, por meio de políticas públicas adequadas, a oferta e a permanência da criança e do adolescente na escola. Sendo assim, as iniciativas em EJA, em sua grande maioria, caminham na marginalidade do processo educativo brasileiro e as questões mais incisivas no tocante a esta afirmação dizem respeito às propostas de governo criadas de acordo com as necessidades políticas de cada sistema ideologicamente dominante (FRIEDRICH *et al.*, 2010, p. 405).

Ferreira e Rodrigues (2016, p. 181) ressaltam que “os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, ao longo dos tempos, foram marginalizados e excluídos, compondo o alto índice de evasão escolar e analfabetismo”. Segundo as autoras, muitas vezes as iniciativas governamentais para EJA “incluem propostas reducionistas e pontuais, aligeirando o processo educacional e certificando os aptos, que permaneceram na mesma condição de vida, configurando-se apenas como

menos um no índice de analfabetos do país" (FERREIRA; RODRIGUES, 2016, p. 181).

Reforça-se ainda que a escola não tem conseguido atender esse contingente de jovens e adultos ao utilizar propostas pedagógicas que não condizem com as expectativas desse público, promovendo o seu esvaziamento, o que leva ao alto índice de evasão observado nos programas de EJA na atualidade (FRIEDRICH *et al.*, 2010).

Percebe-se que a EJA não tem recebido a atenção que necessita das esferas de governo, permanecendo em segundo plano na agenda de políticas educacionais. Nesse caso, as ações governamentais voltadas para EJA ficam mais suscetíveis à descontinuidade.

Na próxima subseção, são abordadas questões relativas às especificidades do público desta modalidade de ensino que precisam ser levadas em consideração na formulação de políticas públicas de EJA.

3.1.2 Públíco atendido pela EJA

A EJA, como modalidade da Educação Básica, atende a um perfil de educandos diversificado e heterogêneo, geralmente com níveis socioeconômico e sociocultural baixos.

Para Almeida (2016), a EJA é vista como oportunidade de uma educação para a classe trabalhadora, correspondendo a um desafio para a EJA, e complementa que

os programas voltados a EJA abrangem um público heterogêneo, com perfil diferenciado em relação à idade, origem, expectativas e comportamento. Em geral, frequentam EJA jovens e adultos historicamente excluídos, seja pela impossibilidade de acesso à escola seja pela não continuidade do ensino regular ou supletivo (ALMEIDA, 2016, p. 132).

Friedrich *et al.* (2010) elenca outras razões para a condição de excluídos da escola por esses sujeitos:

necessidade de trabalho, reprovações sucessivas, por não se terem adaptado às normas da escola, por não terem conseguido aprender o que necessitam com urgência aprender o necessário para

sobreviver neste mundo científico e tecnológico em que vivem (FRIEDRICH *et al.*, 2010, p. 406).

A heterogeneidade do público da EJA carece de uma atenção minuciosa, pois “a ela se dirigem adolescentes, jovens e adultos, com suas múltiplas experiências de trabalho, de vida e de situação social, aí compreendidos as práticas culturais e valores já constituídos” (BRASIL, 2000a, p. 61).

Trata-se de uma população que frequentemente já necessita estar inserida no mundo de trabalho, mas que, em razão da privação do direito à educação, é também uma população à qual também são negadas oportunidades no mercado de trabalho, o que a condena à precarização e ao desemprego. Esse cenário reforça que devem ser garantidas oportunidades educacionais apropriadas, que incluem “cursos e exames”, como pontua a LDB (BRASIL, 1996a, recurso online).

Para Arroyo (2007), a maior parte dos jovens e adultos que frequentam a EJA está no trabalho informal. Segundo o autor, “teríamos que caracterizar bem quais são as formas concretas de sobrevivência, de trabalho informal a que esses jovens e adultos estão, quase que irremediavelmente, atrelados” (ARROYO, 2007, p. 9).

Nesse caso, é imprescindível o reconhecimento de que o perfil do público que frequenta a EJA é diferente do público que frequenta o ensino regular. O Parecer nº 11/2000 ressalta que:

o importante a se considerar é que os alunos da EJA são diferentes dos alunos presentes nos anos adequados à faixa etária. São jovens e adultos, muitos deles trabalhadores, maduros, com larga experiência profissional ou com expectativa de (re)inserção no mercado de trabalho e com um olhar diferenciado sobre as coisas da existência, que não tiveram diante de si a exceção posta pelo art. 24, II, c. Para eles, foi a ausência de uma escola ou a evasão da mesma que os dirigiu para um retorno nem sempre tardio à busca do direito ao saber” (BRASIL, 2000a, p. 33).

Arroyo (2007, p. 7) ressalta ainda que a “EJA tem que ser uma modalidade de educação para sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas”. Ou seja, a EJA precisa considerar as reais demandas e particularidades dos seus educandos.

Nessa perspectiva, Oliveira (2007) complementa que o trabalho pedagógico com o público da EJA deve observar com atenção os conteúdos a serem

trabalhados e relacioná-los ao cotidiano, aos interesses e aos saberes que os alunos possuem.

Pensando nessa dimensão pedagógica específica na EJA, a próxima seção aborda a relação entre avaliação, certificação e currículo nessa modalidade de ensino.

3.1.3 Avaliação, certificação e currículo na EJA

Oliveira (2007, p. 86) destaca que uma “questão histórica relevante para pensarmos o currículo na educação de jovens e adultos diz respeito ao entendimento de quem são as pessoas a que ela se destina”. Nessa perspectiva, a EJA deve contemplar ações pedagógicas específicas que levem em consideração o perfil do público que frequenta essa modalidade de ensino.

Almeida (2016) complementa que é necessário também que os professores tenham uma formação específica para a EJA, em consonância ao que traz o Parecer nº 11/2000: “uma formação que leve em conta uma relação pedagógica com sujeitos trabalhadores, ou não, mas que trazem experiências vitais, valorizando-se assim a experiência extraescolar” (ALMEIDA, 2016, p. 142).

Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), proposta curricular nacional vigente, não defina orientações específicas para a educação de jovens e adultos, o documento reforça que os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devam se pautar pela equidade e proporcionar oportunidades educacionais com base no reconhecimento de que as necessidades dos estudantes são diferentes (BRASIL, [2017?]).

Desse modo, em conjunto com a legislação que garante aos jovens e adultos a oportunidade de escolarização, respeitando suas especificidades, os exames de certificação são a possibilidade de valorização dos saberes, das competências e habilidades desenvolvidas por jovens e adultos privados do direito à escolarização formal.

Ademais, a certificação possibilita que esse público específico se insira em processos formais de aprendizagem e possa conquistar uma ocupação no mercado de trabalho em conformidade com os conhecimentos adquiridos ao longo de suas vidas. De certa forma, segundo Friedrich *et al.* (2010, p. 402) “o jovem retorna a EJA em uma busca de certificação o que teoricamente o colocaria no mercado de

trabalho e teria o seu lugar na sociedade garantido, tendo com isso o resgate da autoestima e passando a ser visto como um cidadão comum”.

De fato, para Ferreira e Rodrigues (2016, p. 179), a certificação “oferece oportunidades nos processos de inclusão social de pessoas fora do mercado de trabalho e que, na grande maioria, apresentam defasagem educacional, buscando aproximar a educação à realidade do trabalho e do mercado”. Porém, em sociedades com baixas taxas de escolaridade e significativos índices de analfabetismo “essas intencionalidades são revestidas de propostas mínimas de educação, colaborando com as expertises neoliberais de educação para todos” (p. 179). Rummert (2007, p. 38) reforça essa ideia ao sustentar que “são oferecidas possibilidades de elevação de escolaridade com caráter precário e aligeirado, porém anunciadas como portadoras potenciais de inclusão”.

Tendo a LDB de 1996, em seu parágrafo primeiro do art. 38, diminuído a idade mínima para a certificação por meio de exames supletivos (BRASIL, 1996a), evidenciou-se a ênfase atribuída à certificação, possibilitando o aligeiramento¹³ do processo educacional. No entanto, reconhece-se que o êxito dos jovens e adultos nos exames de certificação é uma oportunidade de validação dos conhecimentos que já possuem, otimizando a inserção deles no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, esse êxito indica que esses indivíduos apresentam habilidades e competências necessárias para prosseguir em estudos posteriores.

Almeida (2016, p. 143) defende “a necessidade de romper com essas bases estruturais em um processo que ultrapasse tanto a visão da EJA quanto reposição de escolaridade, na lógica do ensino supletivo, ou como o aligeiramento da prática pedagógica, na lógica da certificação”. Para a autora, a EJA “envolve processos formativos variados, em que se aglutinam iniciativas de qualificação profissional, desenvolvimento comunitário, formação política e cultural, em espaços escolares e não escolares” (ALMEIDA, 2016, p. 129).

Oliveira (2007) recomenda a necessidade de os conteúdos escolares estarem entrelaçados com as práticas cotidianas sociais dos educandos da EJA. Segundo a autora, “vale a ideia de que os conteúdos escolares precisam ser compreendidos em seu significado social para que sua aprendizagem seja potencializada” (OLIVEIRA, 2007, p. 90).

¹³ O aligeiramento envolve a ideia de que o exame de certificação é um caminho mais rápido para a conclusão da educação básica.

Nesse sentido, no processo de avaliação da EJA, é imprescindível que os conteúdos trabalhados tenham uma relação intrínseca com os saberes, as vivências, os contextos sociais e culturais desse público, a fim de minimizar as diferentes desigualdades e a exclusão sofrida pelos estudantes.

Nesta seção, foram apresentadas algumas contribuições sobre os principais desafios enfrentados pelas políticas públicas de EJA e buscou-se relacioná-los com o Encceja. Constatou-se que o público que busca o exame apresenta similaridades com aqueles jovens e adultos que se matriculam nos cursos de EJA e que a função certificatória é a principal característica da política refletindo-se como uma estratégia aligeirada do processo educacional, mas que propicia a inserção social de quem a realiza.

Na próxima seção, são apresentados os aspectos metodológicos adotados nesta pesquisa.

3.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Nesta seção, é apresentada a metodologia utilizada na investigação proposta. No presente trabalho, realizou-se uma pesquisa qualitativa, envolvendo: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Esta metodologia foi selecionada para atender aos objetivos propostos, isso é, descrever o Encceja, seu histórico e mudanças significativas, e analisar aspectos de sua sistemática atual, identificando desafios e potencialidades do instrumento, a fim de propor ações que se configurem como instrumental de apoio ao Inep no sentido de ampliar as possibilidades do Exame.

Para Minayo (2002, p. 21) a pesquisa qualitativa

trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa bibliográfica foi fundamental para a construção do histórico da política de certificação do Encceja e do reconhecimento das principais mudanças que ocorreram na política desde a sua concepção, em atendimento ao primeiro objetivo específico desta pesquisa.

Os documentos constituem uma rica fonte de dados. Segundo Godoy (1995, p. 21), a pesquisa documental constitui “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares”. Neste trabalho, a pesquisa documental foi utilizada para se detectar os desafios e as potencialidades da política, que constitui o segundo objetivo específico. Nesse caso, há uma tipificação para os documentos:

Nesse tipo de coleta de dados, os documentos são tipificados em dois grupos principais: fontes de primeira mão e fontes de segunda mão. Os de primeira mão são os que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, gravuras, pinturas a óleo, desenhos técnicos, etc. Os de segunda mão são os que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, manuais internos de procedimentos, pareceres de perito, decisões de juízes, entre outros (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 69).

A maior parte dos documentos da pesquisa foi tipificada como fontes secundárias. Em síntese, a pesquisa documental abrangeu quatro categorias de análise:

Quadro 8 - Sistematização da pesquisa documental

Categorias de análise	O que foi analisado?	Documentos
Perfil socioeconômico e educacional dos inscritos no Encceja	Respostas dos inscritos ao Questionário Socioeconômico do Encceja 2017	Sinopse Estatística do Encceja 2017
Atendimento da política quanto à logística de aplicação	Logística de Aplicação no ano de 2017	Editais, notas técnicas, press kit da aplicação, microdados e notícias veiculadas.
Atendimento da política quanto à certificação dos participantes	Taxa de aprovação dos participantes no Encceja 2017	Microdados do Encceja 2017
Adequação pedagógica do instrumento ao público-alvo	Itens de Ciências Naturais e Ciências da Natureza e suas Tecnologias aplicados em 2017	Prova de Ciências Naturais e Ciências da Natureza do Encceja Nacional 2017 ¹⁴ Escala de Proficiência nessas áreas

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

¹⁴ Apesar de os microdados das edições 2014 e 2018 estarem divulgados no portal do Inep, apenas os microdados da edição 2017 engloba as respectivas provas.

No período estudado da política de certificação do Encceja no Capítulo 2, de 2008 a 2018, apenas a edição de 2017 do Encceja Nacional apresenta os documentos elencados no Quadro 11, publicizados no Portal do Inep ou no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Por isso, o foco da análise documental desta pesquisa foram os documentos relativos ao ano de 2017.

Na primeira categoria de análise, foi analisado o perfil do público que pleiteia essa certificação a partir das respostas dos inscritos da edição 2017 do Encceja Nacional Regular ao Questionário Socioeconômico (QSE), que foi preenchido online no momento da inscrição, constantes das sinopses estatísticas no portal do Inep. O QSE é de preenchimento obrigatório e é composto por 49 questões. As questões abordam aspectos socioeconômicos e educacionais do público demandante pela certificação do Encceja¹⁵. Entraram para análise as questões relacionadas à renda mensal, à escolaridade, à frequência a cursos de EJA e ao ensino regular, assim como à execução de atividade remunerada. A questão sobre a motivação para participar do Encceja também foi levada em consideração. As respostas a essas questões forneceram subsídios para se analisar a correspondência com o perfil esperado para os inscritos no Encceja: jovens e adultos de baixa renda que trabalham e estão fora do ambiente escolar há algum tempo.

Na segunda categoria de análise, foi avaliado o atendimento da política de certificação do Encceja quanto à logística de aplicação das provas e ao processo de certificação dos participantes. No primeiro caso, a partir da análise do projeto básico e de notícias veiculadas, foi possível verificar o orçamento que foi disponibilizado para a aplicação e para o processo de produção de itens do exame em 2017. Tendo como base o edital que regulamentou as diretrizes e procedimentos para a edição 2017, foi possível analisar: a exequibilidade do cronograma das principais etapas do exame (inscrição, aplicação e divulgação); a abrangência dos locais de aplicação das provas e das instituições certificadoras em âmbito nacional e regional; a demanda para o atendimento especializado e específico; o processo de produção de itens para exame a partir dos microdados e notícias veiculadas; a maneira que as informações sobre o Exame foram divulgadas aos inscritos naquele ano. A análise desses documentos auxiliou na identificação de pontos na sistemática atual de

¹⁵ A estrutura do QSE é apresentada no Anexo C desta dissertação.

realização do Encceja Nacional que merecem atenção por parte da gestão da Daeb e do Inep, a fim de se pensar em melhorias para o processo.

Quanto ao atendimento da política no tocante à certificação dos participantes, foram analisadas as taxas de aprovação dos participantes a partir dos desempenhos (notas)¹⁶ obtidos por eles nas áreas avaliadas pelo Exame, constantes dos microdados da edição 2017 do Encceja Nacional Regular. A pesquisadora utilizou o software estatístico R para possibilitar a leitura e análise dos dados. Foram avaliados, portanto, os percentuais de participantes que atingiram a pontuação mínima de 100 pontos nas provas objetivas e de 5,0 pontos na redação e que tiveram aproveitamento total no exame e daqueles participantes que conseguiram o aproveitamento parcial no exame, ou seja, que conseguiram tirar 100 pontos em uma, duas ou três áreas do conhecimento. Essa análise permitiu avaliar o potencial de certificação do instrumento a fim de verificar se a política está em consonância com o seu segundo objetivo específico.

Na última categoria de análise, foi ponderada a adequação pedagógica do instrumento ao público-alvo a partir da análise de itens aplicados no Encceja Nacional 2017 das áreas de Ciências da Natureza e Ciências Naturais¹⁷, bem como o posicionamento dos participantes nas escalas de proficiência dessas áreas e a descrição/interpretação dos níveis.

Ressalta-se que a análise das provas das demais áreas de conhecimento avaliadas no Encceja não se faz necessária para compor essa categoria de análise. Sendo assim, a proposição deste estudo foi analisar uma parte dos cadernos de questões, de caráter ilustrativo. Optou-se por fazer a análise das áreas de Ciências da Natureza e Ciências Naturais por terem maior proximidade com o campo de atuação da pesquisadora, o que pressupõe uma maior facilidade de compreensão dos termos e conteúdos abordados.

3.3 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados e discutidos os resultados obtidos para cada uma das categorias de análise do Quadro 11, buscando reconhecer desafios e

¹⁶ O desempenho do participante na prova objetiva, calculado com base na TRI, varia de 60 a 180 pontos.

¹⁷ Em função da área de formação da pesquisadora.

potencialidades do Encceja. Na primeira subseção, são abordadas as principais características do público que busca a certificação do Encceja. Na segunda e terceira subseções, são levantados aspectos relativos ao atendimento da política quanto à logística de aplicação e à certificação dos participantes. Por fim, na última subseção, é investigada a adequação pedagógica dos itens do Encceja considerando as características do público-alvo.

É importante salientar que nos quatro eixos analíticos são utilizados como referência os dados do Encceja Nacional Regular 2017, por ser a edição que apresenta todas as informações necessárias para a realização desta pesquisa publicizadas no portal do Inep.

3.3.1 Perfil socioeconômico e educacional dos inscritos no Encceja

No Capítulo 2, especificamente na subseção 2.3.1, foi inicialmente delineado o perfil do público demandante do Encceja Nacional Regular, considerando as edições 2014, 2017 e 2018: predominância de pessoas na faixa etária de 21 a 59 anos interessadas na certificação do ensino médio, que trabalham ou já trabalharam, cerca de 44% delas se autodeclararam pardas, havendo um equilíbrio entre o quantitativo de homens e mulheres.

As características apresentadas permitem aproximar o público do Encceja ao dos cursos de EJA quanto à presença de “universos muito distintos nos planos etários, culturais e das expectativas em relação à escola” (DI PIERRO; HADDAD, 2000, p. 15) o que indica, portanto, que a própria política do Encceja pode se valer de alguma forma das pesquisas já realizadas sobre esse público.

Neste eixo analítico, é realizada a complementação das características levantadas anteriormente a partir da análise dos percentuais de respostas dos inscritos do Encceja Nacional Regular 2017 a determinadas perguntas do QSE: questões relacionadas à renda mensal, à escolaridade, à frequência à escola regular, à frequência a cursos de EJA, à execução de atividade remunerada e à motivação para participar do Encceja.

A primeira categoria explorada é a renda familiar mensal. Tendo por base as marcações dos inscritos de 2017 para a questão Q006 –*Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?* –observa-se a seguinte distribuição das respostas:

Tabela 12 - Renda familiar mensal

Renda familiar mensal (R\$)	%
Nenhuma renda	5,5
Até 1 salário mínimo	25,8
De 1 a 1,5 salário mínimo	29,8
De 1,5 a 2 salários mínimos	14,9
De 2 a 3 salários mínimos	14,8
Acima de 3 salários mínimos	9,2

Fonte: Brasil (2017e).

A renda familiar mensal de 55,6% dos respondentes é de até um salário mínimo e meio; 29,7% têm renda mensal que varia entre 1,5 e 3 salários mínimos; e 80.320 respondentes (5,5%) não possuem nenhuma renda. A partir desses dados é possível afirmar que o público do Encceja é constituído majoritariamente por jovens e adultos que são membros de famílias de baixa renda. Essa informação é condizente com o que se esperava desses sujeitos e dialoga com a situação econômica daqueles que frequentam cursos de EJA descrita por Oliveira (1999) e Di Pierro e Haddad (2000). Isso evidencia que de fato esse público faz jus à gratuidade da inscrição no exame, a qual está assegurada nos termos do primeiro parágrafo do art. 37 da LDB.

Outro dado que está intimamente associado ao da renda familiar e sustento dos indivíduos é a quantidade de pessoas que moram na mesma residência. Ao responderem a questão Q001 - *Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)*—51,75% dos inscritos declararam morar com 1 a 3 pessoas e 41,01% com 4 a 7 pessoas. Os 7,24% restantes indicaram as opções: moro sozinho, 8 a 10 pessoas ou mais de 10 pessoas. Além da renda familiar baixa, é perceptível que muitas pessoas que se inscrevem no Encceja encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ao apresentar muitas vezes renda familiar mensal per capita (por pessoa) abaixo de meio salário mínimo.

A segunda categoria estudada é a escolaridade e a frequência à escola regular pelos inscritos. A trajetória escolar dos jovens e adultos que se inscreverem no Encceja apresentam dados importantes sobre a relação deles com a vida estudantil. Na Tabela 13 são apresentados os percentuais de resposta para a questão Q020 - *Se você já frequentou a escola regular, em que série você deixou de estudar?*

Tabela 13 - Série que deixou de frequentar a escola

Série	Percentual (%)
Não frequentei	1,5
1ª série do ensino fundamental (antigo primário, 1º grau)	1,3
2ª série do ensino fundamental (antigo primário, 1º grau)	0,6
3ª série do ensino fundamental (antigo primário, 1º grau)	0,8
4ª série do ensino fundamental (antigo primário, 1º grau)	3,2
5ª série do ensino fundamental (antigo ginásio, 1º grau)	6,0
6ª série do ensino fundamental (antigo ginásio, 1º grau)	6,4
7ª série do ensino fundamental (antigo ginásio, 1º grau)	8,2
8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio, 1º grau)	16,3
1ª série do ensino médio (antigo 2º grau)	26,8
2ª série do ensino médio (antigo 2º grau)	18,5
3ª série do ensino médio (antigo 2º grau)	10,4

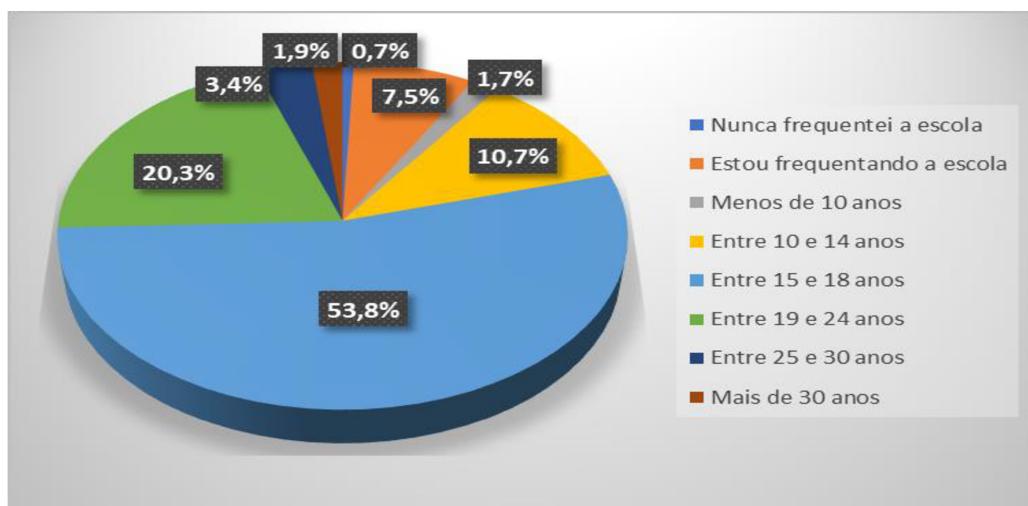
Fonte: Brasil (2017e).

Mais de 50% do público do Encceja interrompeu os estudos durante o Ensino Médio com uma parcela significativa no 1º ano (antiga 1ª série do ensino médio). Isso significa que essa parcela de respondentes apresentou pelo menos oito anos de escolarização e concluiu o ensino fundamental. Essa informação sobre os índices de abandono corrobora com os dados do censo escolar apresentados pelo Inep sobre as taxas de rendimento dos estudantes (aprovação, reprovação e abandono) nos últimos anos, que apontam que o maior gargalo está no 1º ano do ensino médio (BRASIL, 2019e), por ser uma série que marca mudanças de etapa de ensino.

Nota-se, ainda, que cerca de 37% deixaram de frequentar a escola nos anos finais do ensino fundamental com uma maior concentração no 9º ano (antiga 8ª série). Os dados do Encceja parecem, então, apontar para uma maior procura pelo exame por quem estava mais próximo de concluir uma etapa de ensino.

O Gráfico 2 apresenta as faixas etárias em que esses respondentes abandonaram a educação básica a partir da frequência de respostas à questão Q021 - *Se você deixou de frequentar a escola regular, quantos anos você tinha?* – A partir desse gráfico, reconhece-se um pequeno contingente (7,5%) que frequentava os bancos escolares. Por outro lado, é possível perceber que uma parcela expressiva dos inscritos no exame (91,8%) não estava frequentando a escola convencional no momento da inscrição para o Encceja 2017, mas a frequentaram em algum período de sua trajetória escolar. Essa informação enfatiza a percepção de que esse público não está sendo contemplado por nenhuma outra política pública educacional no momento de realização do exame, o que reforça a importância dessa política de certificação do Encceja.

Gráfico 2 - Idade com que abandonou a escola



Fonte: Brasil (2017e).

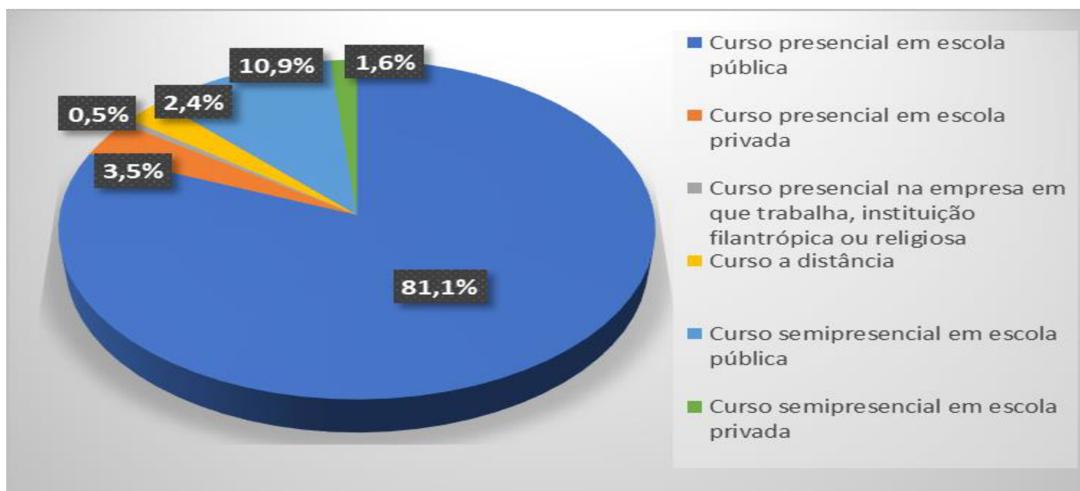
No Gráfico 2, observa-se que a maior parte do público do Encceja interrompeu seus estudos no ensino médio, entre 15 e 18 anos, corroborando com as informações presentes na Tabela 13. Como a maioria dos respondentes apresenta renda mensal baixa, conforme Tabela 12, isso pode explicar a necessidade de ingressar cedo no mercado de trabalho para ajudar na renda familiar, correspondendo a um dos motivos de ter deixado a escola de ensino regular ou EJA.

Há também grupos etários acima de 18 anos. Essas marcações de respostas podem estar relacionadas aos respondentes que frequentaram turmas presenciais de EJA, dialogando com as informações do Gráfico 3. A formulação da pergunta possibilitava essas respostas. Entende-se que o termo “escola regular”, considerado nesse QSE, foi adotado como “instituição escolar” e não como modalidade da educação básica (ensino regular). Nas questões Q020 e Q021, não há essa distinção entre ensino regular e EJA, englobando, portanto, os dois públicos.

Ademais, ainda sobre a trajetória escolar desses inscritos, em relação à frequência a cursos de EJA, salienta-se que cerca de 40% dos respondentes declararam na Q032 que estavam cursando ou haviam cursado a modalidade EJA em algum momento. Isso pode indicar que o público do Encceja coincide, em parte, com o público que cursa EJA. Para esse grupo de respondentes foi apresentada a questão Q033 - *Como é ou era o curso de EJA que você frequenta ou frequentou?* – e os respectivos percentuais de respostas estão ilustrados no Gráfico 3. Sugere-se ainda que as respostas desses sujeitos estão incluídas nas opções de marcação

disponibilizadas para as questões Q020 e Q021 apresentadas a todos os inscritos. Isso reforça o entendimento da nomenclatura “escola regular” adotada no QSE como “instituição escolar”.

Gráfico 3 - Formato do curso da EJA para os que retornam aos estudos



Fonte: Brasil (2017e).

Conforme ilustra o Gráfico 3, a maior parte dos sujeitos assinalou “curso presencial em escola pública”. Portanto, aqueles jovens ou adultos que regressam ao universo escolar preferem a modalidade presencial às demais, ressaltando a importância da escola convencional para esse público. Segundo Rummert (2007, p. 39) a EJA “percebida enquanto possibilidade de elevação de escolaridade e de qualificação dos trabalhadores, é apresentada como geradora de oportunidades diferenciadas de trabalho”. Isso explica o porquê de muitos jovens e adultos sentirem-se motivados a frequentar cursos de EJA ou a realizar exames de certificação de EJA, como o Encceja.

Esse era, portanto, o perfil esperado em relação à trajetória escolar para os inscritos no Encceja, jovens e adultos que estariam fora dos bancos escolares, ensino regular ou EJA, mas que frequentaram o universo escolar em algum momento da sua vida. Essa afirmação diverge, em parte, da fala de Rummert (2007, p. 45) sobre o Encceja de que o exame pretende “certificar jovens e adultos que não frequentaram a escola regular básica, mas necessitam comprovar serem portadores dos conhecimentos equivalentes aos níveis de ensino da Educação Básica”.

Quando se avalia o histórico de reprovação dos respondentes na Tabela 14, sobre a questão Q018 - *Você já reprovou alguma vez?* - observa-se que 73,5%

reprovaram pelo menos uma vez durante o período que frequentaram a escola. Essa questão também é abrangente, assim como as questões Q020 e Q021, não diferenciando os públicos do ensino regular e da EJA.

Tabela 14 - Reprovação escolar dos inscritos no Encceja

Quantidade de vezes que já reprovou	%
Não, nunca	26,5
Sim, uma vez	33,9
Sim, duas vezes	24,1
Sim, três vezes ou mais	15,5

Fonte: Brasil (2017e).

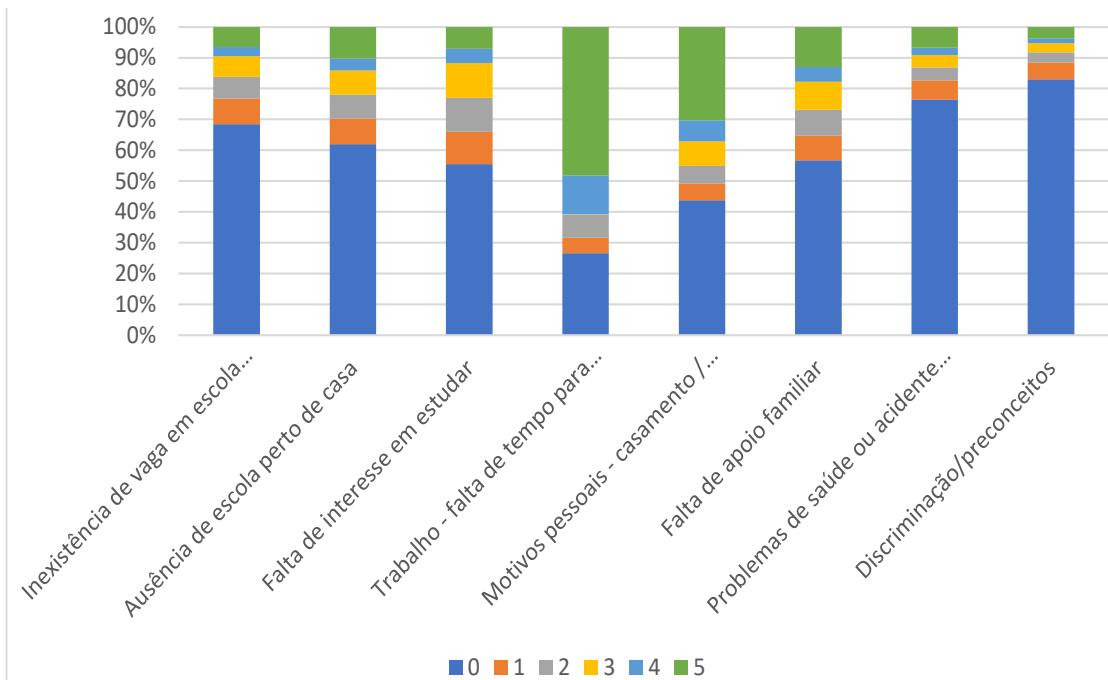
Com base na Tabela 13, Gráfico 2 e Tabela 14, conclui-se que o público do Encceja envolve pessoas que apresentam um histórico de reprovação e de abandono do sistema de ensino básico, em especial na etapa do ensino médio. Isso revela que a escola não tem conseguido atender esse contingente de jovens e adultos ao utilizar propostas pedagógicas que não condizem com as expectativas desse público, promovendo o seu esvaziamento (FRIEDRICH *et al.*, 2010). Essa argumentação está alinhada ao que Ferreira e Rodrigues (2016) discutiram em seu trabalho sobre a marginalização e exclusão desse público ao longo dos tempos, resultando no “alto índice de evasão escolar e analfabetismo” (p. 181). Alternativamente, muitos deles recorrem aos exames de certificação, como o Encceja, ressaltando mais uma vez a sua importância para esse público.

Além disso, desde a década de 1980, vem ocorrendo um acolhimento nos programas de escolarização de adultos de um “grupo social constituído por jovens de origem urbana, cuja trajetória escolar anterior foi malsucedida” e “buscam superar as dificuldades em cursos aos quais atribuem o caráter de aceleração e recuperação” (DI PIERRO; HADDAD, 2000, p. 15).

Observa-se também um percentual significativo de pessoas que declararam não ter reprovado nenhuma vez, o que pode representar aqueles que simplesmente abandonaram a escola ou não tiveram oportunidade de escolarização.

Analisando-se as razões que levaram os inscritos do Encceja a abandonar a escola, no Gráfico 4, as respostas dos alunos às questões Q042 a Q049 - *Em que medida os motivos a seguir influenciaram no fato de você não ter frequentado ou ter abandonado a escola regular (0 significa que não influenciou e 5 influenciou muito)* -, demonstram que fatores socioculturais e econômicos influenciaram nessa decisão.

Gráfico 4 - Motivos para o abandono escolar



Fonte: Brasil (2017e).

Confirma-se que, para o público do Encceja, o principal motivo para o abandono escolar é o trabalho associado à falta de tempo para estudar. O segundo motivo está relacionado ao casamento e aos filhos. Na sequência, a falta de apoio familiar é elencada como o terceiro fator externo que colaborou para que abandonassem a escola. Nota-se que a falta de interesse em estudar pouco influenciou na decisão de abandonar a escola.

A terceira categoria analisada é a execução de atividade remunerada. Sabe-se que a maior parte dos inscritos do Encceja 2017, cerca de 79%, assinalaram que estavam trabalhando ou já haviam trabalhado. Nessa parcela, registra-se que os respondentes desempenhavam atividades diversas, com uma concentração maior na área das atividades comerciais, bancárias, de transporte e outros serviços (36,3%), seguida da área das atividades industriais (12,5%) e, em terceiro lugar, das atividades informais (12,1%).

Para esse grupo de inscritos foram apresentadas também as questões Q015 e Q016. A Tabela 15 abrange os percentuais para a jornada de trabalho exercida ao responderem à questão: *Quantas horas semanais você trabalha?*

Tabela 15 - Quantidade de horas trabalhadas por semana

Horas trabalhadas por semana	%
Sem jornada fixa, até 10 horas semanais	29,3
De 11 a 20 horas semanais	6,1
De 21 a 30 horas semanais	5,2
De 31 a 40 horas semanais	20,9
Mais de 40 horas semanais	34,8
Não dispõe de informação	3,8

Fonte: Brasil (2017e).

Há uma parcela significativa de respostas nas opções “sem jornada fixa, até 10 horas semanais” e “mais de 40 horas semanais”, que somam 64,1%. Nesse caso, existe a dificuldade de se conciliar trabalho e estudo, o que prejudica suas vidas escolares.

Essa Tabela dialoga bastante com as categorias de trabalho desempenhadas pelo público do Encceja. O trabalho relacionado às atividades comerciais, por exemplo, costuma demandar muito tempo no decorrer da semana. Já aqueles que trabalham como autônomos ou em atividades informais não têm uma jornada fixa.

Arroyo (2007, p. 12) faz uma ressalva em relação ao trabalho informal desempenhado por jovens e adultos da EJA e a quantidade de horas trabalhadas: “uma coisa é o tempo de um trabalhador que sabe a hora que entra, a hora que sai e das oito horas de trabalho, e outra coisa é o tempo de um sobrevivente em situações informais de trabalho”. Isso pode indicar instabilidade financeira e na vida pessoal de maneira geral, o que reflete em suas trajetórias escolares. Arroyo complementa “ele não tem tempo, ou melhor, ele não controla seu tempo, ou ele tem que criar o seu tempo (ARROYO, 2007, p. 12).

A Tabela 16 apresenta os percentuais de resposta à questão Q016 - *Com que idade você começou a trabalhar?* – Observa-se a concentração de respostas nas faixas etárias “antes dos 14 anos” e “entre 14 e 16 anos”.

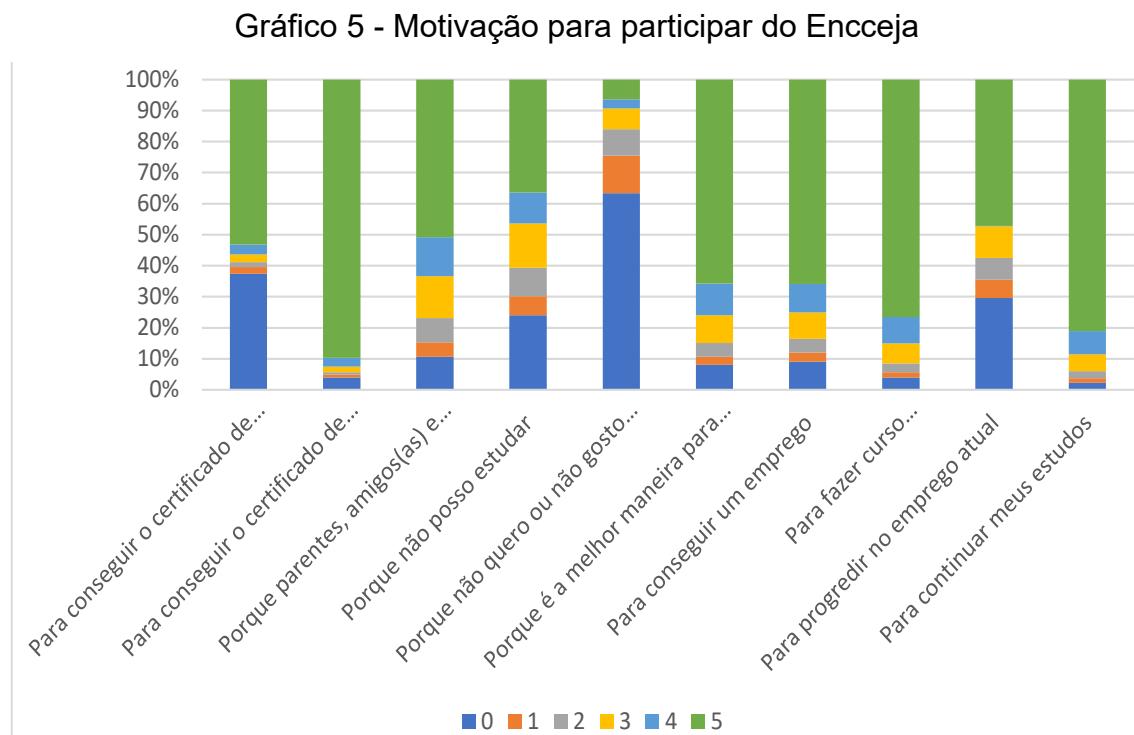
Tabela 16 - Idade de início da atividade remunerada

Idade que iniciou atividade remunerada	%
Antes dos 14 anos	28,7
Entre 14 e 16 anos	38,3
Entre 17 e 18 anos	18,0
Após 18 anos	11,2
Não dispõe de informação	3,8

Fonte: Brasil (2017e).

Os dados da trajetória escolar e da idade de início de atividade remunerada corroboram a informação presente no Gráfico 4 de que o trabalho foi o principal motivo do abandono da escola convencional. Mais de 60% do público do Encceja teve que trabalhar antes dos 17 anos, período que estavam cursando o intervalo entre 9º ano do ensino fundamental e a 2ª série do ensino médio. Os dados trazidos até o momento indicam que o público do Encceja corresponde ao que se espera dele: baixa renda familiar, muitas horas de trabalho, em alguns casos um trabalho instável, histórico escolar de reprovações e pessoas que precisaram abandonar a escola muito cedo para trabalhar. Esse desenho do perfil do público do Encceja mostra que as políticas educacionais não estão sendo efetivas para essa população.

Na última categoria, avaliou-se os motivos que levaram os jovens e adultos a se inscreverem no Encceja, correspondendo às questões de Q022 a Q031 - *Indique o grau de importância dos motivos que levaram você a participar do Encceja (0 indica o fator menos relevante e 5 o fator mais relevante)*, conforme o Gráfico 5.



Fonte: Brasil (2017e).

A variedade das respostas apresentada nesse Gráfico indica que as motivações para participação no Encceja são diversas, então ele é efetivo em diferentes campos. Sua abrangência é significativa.

Ao se inscrever no Encceja, percebe-se o desejo de continuar o percurso escolar, inclusive além da educação básica, de grande parte dos respondentes (81%). O trabalho pode também desempenhar um efeito motivador para o retorno aos estudos: 43,6% indicaram que se inscreveram no Encceja com a pretensão de progredir no emprego atual, 76,5% de fazer curso profissionalizante e se preparar para o trabalho e 65,9% na expectativa de conseguir um emprego. Em razão da necessidade de trabalhar, muitos viram no Encceja a melhor forma de conciliar o trabalho e os estudos (65,7%). Esses são, portanto, dados muito significativos em termos de avaliação dessa política que, conforme mencionado no capítulo anterior, tem pouca estabilidade e pouco reconhecimento na agenda das políticas públicas governamentais do Estado.

Por fim, confirma-se o perfil esperado para os inscritos no Encceja no Capítulo 2: jovens e adultos trabalhadores de famílias de baixa renda e que estão fora do ambiente escolar há algum tempo, mas que chegaram a frequentar a escola durante a sua trajetória e a abandonaram, principalmente, por necessidade de trabalho associada a falta de tempo para estudar.

Conhecer esse perfil e refletir sobre ele configura-se como um importante exercício que deve anteceder a elaboração de estratégias que ajudem a potencializar a ação do instrumento estudado.

3.3.2 Atendimento da política quanto à logística de aplicação

Como visto anteriormente, no período entre 2008 e 2018, a oferta do exame pelo Inep no território nacional foi marcada pela intermitência das edições¹⁸. Durante esse intervalo de tempo, as edições de 2009, 2011, 2012, 2015 e 2016 dessa modalidade não foram aplicadas. De 2009 a 2016, o Encceja Nacional previa a certificação apenas do ensino fundamental, pois a certificação do ensino médio havia sido remanejada para o novo Enem.

Em agosto de 2016, foi noticiado no portal G1 que o Encceja Nacional havia ficado fora do calendário de avaliações e exames da Educação Básica do Inep pelo segundo ano consecutivo em razão da ausência de planejamento e de disponibilização de recursos para a aplicação do exame (MARIZ, 2016). Maria Inês

¹⁸ Não houve interrupção das edições do Encceja aplicadas no exterior.

Fini, presidente do Inep na época, reconheceu que, quando assumiu o instituto, no final de maio de 2016, não havia previsão orçamentária para o Encceja daquele ano e se comprometeu a aplicar um exame renovado no ano seguinte (MARIZ, 2016).

Em 2017, tanto o Enem quanto o Encceja passaram por mudanças em seus escopos. O Enem deixou de certificar o ensino médio, finalidade devolvida ao Encceja, passou a ser aplicado em dois domingos consecutivos e inovou com a aplicação piloto da prova em Libras. O Encceja Nacional, ao restabelecer a certificação do ensino médio, voltou a compor o macrocronograma de avaliações e exames da Educação Básica do instituto. Uma novidade foi divulgada para a edição: além das Secretarias Estaduais de Educação, foram incluídos os institutos federais de educação, ciência e tecnologia no rol das instituições certificadoras, ampliando assim as opções para solicitação do certificado pelo inscrito.

Neste eixo analítico, é realizada a análise comparativa dos documentos orientadores do Saeb 2017, Enem 2017 e do Encceja Nacional Regular 2017, os três principais programas gerenciados pela Daeb/Inep. É importante esclarecer que foi tido como referência apenas o ano de 2017 como forma de uniformizar a análise dos dados, em relação aos eixos anteriores. Serão avaliadas portarias/editais e notícias veiculadas no Portal do Inep e em outras páginas da internet, evidenciando especialmente para o Encceja: cronograma; abrangência e cobertura da aplicação; atendimento especializado e específico; processo de produção de itens, entre outros aspectos.

O primeiro aspecto explorado é o cronograma adotado em 2017, conforme os documentos normativos publicados com as diretrizes, procedimentos e prazos para os três programas. O Quadro 09 apresenta o cronograma resumido das principais etapas.

Quadro 9 - Cronograma das principais etapas das edições 2017 do Saeb, Enem e Encceja Nacional Regular
(Continua)

Etapas	Saeb 2017	Enem 2017	Encceja 2017
Publicação do(s) documento(s) orientador(es)	Portaria MEC nº 564/2017, de 20 de abril de 2017 Portaria Inep nº 447/2017, de 24 de maio de 2017	Portaria MEC nº 468/2017, de 03 de abril de 2017.	Edital Inep nº 43/2017, de 25 de julho de 2017
Retificação do(s)	1 ^a retificação em 01/06/17:	Não	1 ^a retificação em

(Conclusão)

Etapas	Saeb 2017	Enem 2017	Encceja 2017
documento(s) orientador(es)	alteração do mês de divulgação dos resultados preliminares 2 ^a retificação em 03/09/17: alteração da data de divulgação dos resultados finais	houve	03/08/17: primeira alteração da data de aplicação 2 ^a retificação em 13/09/17: ajustes dos horários de aplicação das provas 3 ^a retificação em 19/09/17: segunda alteração da data de aplicação
Período de Inscrição	Por ser uma avaliação de sistema é obrigatória para toda a rede pública de ensino	08/05 a 19/05/17	07/08 a 18/08/17
Aplicação das provas	23/10 a 03/11/17	05/11 e 12/11/17	08/10/17: data inicial conforme Edital nº43/2017 Data alterada para 22/10/17 após 1 ^a retificação Data alterada para 19/11/17 após 3 ^a retificação
Divulgação dos resultados	Resultados preliminares: de maio/18 para junho/18 Resultados finais para escola: de agosto/18 para setembro/18 Resultados finais municípios/estados: de agosto/18 para novembro/18	18/01/18	05/02/18 - ensino médio 30/03/18 - ensino fundamental

Fonte: Brasil (2017a; 2017f; 2017g) adaptado pela autora.

Observa-se no Quadro 09 que a edição 2017 do Enem não sofreu nenhuma alteração em seu cronograma. O Saeb 2017 teve um ajuste nas datas de divulgação dos resultados preliminares e dos resultados finais. Já o cronograma do Encceja Nacional Regular passou por modificações de caráter logístico.

A 1^a retificação do edital nº 43/2017 envolveu a alteração da data da prova, de 08/10 para 22/10/17, e contemplou também algumas mudanças nas regras da aplicação, segundo divulgado pelo próprio Inep pelo seu portal. A 2^a retificação do edital envolveu, segundo nota do Inep, o adiamento do horário do Encceja Nacional para garantir que todos os inscritos pudessem acessar os locais de prova com mais comodidade e segurança, já que o exame seria aplicado durante o período de vigência do horário de verão em vários estados. Por fim, a 3^a retificação envolveu novamente a mudança da data de realização da prova, dessa vez do dia 22/10 para

o dia 19/11/2017. Segundo o Inep, essa alteração de data foi necessária em função de um atraso na homologação da licitação, o que inviabilizou a distribuição dos participantes nos locais de prova dentro do cronograma (BRASIL, 2017h).

Essa questão do cronograma, discutida desde o Capítulo 2, indica a fragilidade na institucionalização da política no Inep, assim como foi evidenciada em anos anteriores. Saviani (2008, p. 1) destaca duas limitações históricas para as políticas educacionais brasileiras: a “tradicional escassez dos recursos financeiros” na manutenção dos programas educacionais públicos; e a descontinuidade das medidas educacionais em razão da “sequência interminável de reformas”. Frisa-se que ambas as limitações foram facilmente observadas durante o estudo do histórico e das mudanças significativas no Encceja. Além disso, as políticas públicas de EJA, como visto anteriormente, estão sujeitas à marginalização e à secundarização no âmbito das políticas educacionais. Esses condicionantes ratificam porque a política de certificação do Encceja tem enfrentado recorrente instabilidade no interior das políticas do MEC e do Inep.

Quanto à abrangência e cobertura da aplicação do Encceja no território nacional, são apresentados, na Tabela 17, os quantitativos de municípios de aplicação que foram disponibilizados durante inscrição para seleção pelos interessados nas edições 2014, 2017 e 2018 do Encceja.

Tabela 17 - Municípios de aplicação no Encceja Nacional 2014, 2017 e 2018

Região	Nº de municípios que aplicaram Encceja			Percentual em relação ao total de municípios da região		
	2014	2017	2018	2014 (%)	2017 (%)	2018 (%)
Norte	50	69	71	11	15	15,8
Nordeste	48	93	100	3	5	5,6
Sudeste	247	190	208	15	11	12,5
Sul	126	149	150	11	13	12,6
Centro-Oeste	58	63	63	12	13	13,5
Total	529	564	592	9	10	10,6

Fonte: Brasil (2014b; 2017a; 2018d) adaptado pela autora.

Observa-se na Tabela 17 um aumento gradual de municípios de aplicação nas regiões—com exceção da região sudeste de 2014 a 2017. Apesar de a região passar por um aumento dos municípios de aplicação 2017 a 2018, o quantitativo

neste ano foi inferior a 2014. Outra exceção é a região centro-oeste de 2017 a 2018, permanecendo com o mesmo quantitativo.

Para estabelecer os municípios de aplicação do Encceja, todos os anos o Inep revisa os critérios adotados para seleção dos municípios, a fim de aperfeiçoar esse processo, considerando a concentração de inscritos em sua última aplicação, sem desprezar as especificidades de algumas regiões do país. Os municípios de aplicação para o Encceja são selecionados pelo Inep com base em critérios técnicos que identificam potenciais participantes nos municípios (BRASIL, 2018h).

Segundo nota técnica do Inep, cinco critérios para seleção de municípios de aplicação foram adotados para a edição de 2018 do exame: a quantidade de matrículas no ensino fundamental (ensino regular e EJA), a quantidade de matrículas no ensino médio (ensino regular e EJA), o quantitativo de inscritos residentes¹⁹ por município e a taxa de abstenção nos municípios, considerando a média nacional na edição anterior, além de fatores subjetivos alheios a esses critérios (BRASIL, 2018h).

Para subsidiar as definições para a edição 2018 do Encceja, foram utilizados, portanto, dados advindos do censo da educação básica e da última edição 2017 do Encceja. Em relação às informações do censo escolar sobre matrículas no ensino regular e na EJA, acredita-se que estas não sejam suficientes para indicar o público potencial para o exame, pois se a intenção for acompanhar o comportamento e movimentação desse público nos municípios, é necessário analisar também as taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono) e de fluxo escolar.

Observa-se também que não há critério que pense em contemplar, de forma objetiva, pessoas com mais de 15 anos que não estavam frequentando os ambientes escolares, ensino regular ou cursos de EJA, e não haviam concluído o ensino fundamental ou ensino médio nos municípios brasileiros, pois, como visto no eixo analítico sobre o perfil socioeconômico e educacional dos inscritos no exame, a maioria dos inscritos está fora dos bancos escolares, correspondendo, portanto, a uma demanda potencial para o Encceja.

¹⁹ Os inscritos residentes correspondem aos inscritos que moram em determinado município e indicam o próprio município quando este é disponibilizado para marcação no sistema de inscrição ou o município mais próximo quando o município de residência não aparece como opção.

O Encceja, além de promover a inclusão social de pessoas que estão fora do contexto escolar, também procura promover a inclusão das pessoas com deficiência em atendimento à Política de Acessibilidade e Inclusão do Inep. Essa política “visa abranger o maior número possível de interessados na execução dos exames elaborados pela instituição, proporcionando acesso aos programas educacionais brasileiros” (BRASIL, 2020a, recurso online). Por isso, as questões de acessibilidade e de inclusão dessas pessoas merecem destaque na logística de aplicação do Encceja, e interferem inclusive nos custos da aplicação.

Analizando os dados quanto às solicitações aprovadas para atendimento especializado e específico na Tabela 18, verifica-se que houve uma ampliação da demanda e da oferta por esse tipo de atendimento e da solicitação por diferentes auxílios e recursos de acessibilidade de 2017 para 2018.

Tabela 18 - Atendimento especializado e específico no Encceja 2017

	Encceja 2017	Encceja 2018	Aumento (%)
Auxílios e recursos de acessibilidade	18.216	21.996	20,8
atendimento especializado	5.669	6.745	19,0
atendimento específico	7.775	10.724	37,9
atendimento por nome social	0	26	100,0

Fonte: Brasil (2017i; 2018e) adaptado pela autora.

A partir da relação dos inscritos confirmados –as informações de onde eles solicitaram fazer a prova, que atendimentos e recursos necessitam e o endereço de residência– o consórcio aplicador, por meio de um sistema, faz o ensalamento seguindo critérios que possibilitam que o participante realize a prova no local mais próximo da sua residência (BRASIL, 2019f).

Em 2017, após o procedimento de ensalamento, os inscritos no Encceja Nacional 2017 foram distribuídos em 87.454 salas de prova, conforme Tabela 19.

Tabela 19 - Número de inscrições confirmadas, municípios de aplicação, locais de prova e salas de prova para o Encceja 2017 e Enem 2017

	Encceja Nacional Regular 2017	Enem Regular 2017
inscrições confirmadas	1.575.560	6.731.341
municípios de aplicação	564	1.725
locais de prova	3.642	12.432
salas de prova	87.454	182.339

Fonte: Brasil (2017i; 2017j) adaptado pela autora.

Em termos quantitativos, nota-se que a abrangência nacional do Encceja é satisfatória comparando-se aos dados do Enem. Apesar de o número de inscritos no Enem 2017 ter sido 4,3 vezes maior que o quantitativo do Encceja 2017, o número de salas de prova foi apenas 2,08 vezes maior. Então, a relação de inscritos por sala de prova foi de 36,91 para o Enem e de 18,01 para o Encceja. Apesar desse esforço do Inep em garantir a aplicação a mais jovens e adultos no país, altos índices de abstenção ainda acompanham o exame, de acordo com as informações apresentadas no Capítulo 2.

Outro aspecto da logística de aplicação do exame que tem destaque é a rede certificadora. Em 2017, houve a ampliação do número de instituições certificadoras. Além das 27 Secretarias Estaduais de Educação, foram incorporados 401 campus de Institutos Federais, com exceção dos estados de Tocantins, Alagoas e Ceará, pois não houve adesão da rede federal de ensino nesses estados. O Inep disponibilizou, durante a inscrição, 428 opções de unidades certificadoras. Um novo termo de adesão foi firmado entre o Inep e as instituições certificadoras, apenas para renovar o pacto já estabelecido entre os partícipes, com prazo indeterminado para sua validade. A região sudeste foi a região com o maior número de unidades certificadoras, 113 no total (BRASIL, 2017a).

Segundo o Inep, o custo per capita (por pessoa) com a aplicação das provas do Encceja Nacional Regular 2017 foi de R\$ 48,52²⁰, lembrando que o exame é totalmente custeado pelo governo federal (BRASIL, 2017i). Apesar do orçamento previsto para essa aplicação, novamente o exame foi alvo de notícias, dessa vez em relação à reutilização de itens de diferentes edições anteriores do Encceja, evidenciando a baixa produção de itens para o exame. Na reportagem, o Inep reconheceu “dificuldades com a definição de calendários e com a disponibilidade de recursos para os processos de produção e pré-testagem de itens” (FAJARDO; MOREIRA, 2017, recurso online). Isso pode revelar que a questão orçamentária é mais um sinal de instabilidade institucional da política, um dos pontos elencados por Saviani (2008).

Em decorrência disso, para a montagem das provas das quatro modalidades do Encceja 2017, o Inep recorreu a repetição de alguns itens anteriormente

²⁰ Esse foi o valor padrão para aqueles inscritos que não solicitaram atendimento especializado e/ou específico. Conforme demanda de auxílios e recursos de acessibilidade, os valores per capita sofreram acréscimos proporcionais.

aplicados como “itens-âncora dos pré-testes, de modo a garantir a equalização de parâmetros psicométricos” e seguiu critérios para o uso desses itens como “o monitoramento de sua exposição pública, com a adoção de períodos de quarentena e intercalações entre as aplicações regulares e nos presídios, no Brasil e no exterior” (FAJARDO; MOREIRA, 2017, recurso online). O Inep ainda informou que as provas anteriores a 2017 não poderiam ser publicizadas a fim de se garantir “a segurança e a isonomia do processo” (FAJARDO; MOREIRA, 2017, recurso online).

Cada prova objetiva do Encceja é composta por 30 itens (ou questões). Cada questão refere-se a uma habilidade da matriz. Na Tabela 20 são apresentadas as habilidades das matrizes contempladas nas provas de Ciências Naturais e de Ciências da Natureza da modalidade Encceja Nacional Regular, áreas que estão sendo estudadas nesta pesquisa em razão da formação da pesquisadora, e a quantidade de questões dessas habilidades nas referidas provas.

Tabela 20– Quantidade de itens segundo a habilidade da matriz nas provas de Ciências Naturais e de Ciências da Natureza do Encceja Nacional Regular 2017

(Continua)

Habilidade	Ciências Naturais - EF	Ciências da Natureza - EM
H1	1	1
H2	0	1
H3	1	1
H4	1	0
H5	1	1
H6	1	1
H7	2	1
H8	1	1
H9	2	0
H10	1	0
H11	1	1
H12	0	1
H13	2	0
H14	1	1
H15	2	2
H16	1	
H17	2	2
H18	1	1
H19	1	2
H20	2	2
H21	0	1
H22	1	0
H23	1	2
H24	1	1
H25	1	1
H26	1	0

(Conclusão)

Habilidade	Ciências Naturais - EF	Ciências da Natureza - EM
H27	1	1
H28	0	1
H29	0	1
H30	0	1

Fonte: Brasil (2017d) adaptado pela autora.

A partir da Tabela 20 observa-se a ausência de questões de algumas habilidades e a repetição de outras habilidades em ambas as provas de 2017, indicando a carência de itens nas seguintes habilidades da matriz dessas duas áreas do conhecimento no banco nacional de itens: H2, H12, H21, H28, H29 e H30 para Ciência Naturais no ensino fundamental; e H4, H9, H10, H13, H22 e H26 para Ciências da Natureza e suas Tecnologias no ensino médio. Isso merece mais atenção em um estudo específico.

Os problemas relativos à reutilização de itens de edições passadas e à ausência de itens de determinadas habilidades podem ter sua origem no ano de 2006. Catelli Junior e Serrao (2014) revelam que a dificuldade do Inep em manter o exame funcionando adequadamente vem desde esse período:

as sistemáticas mudanças internas na organização do Inep, as alternâncias na sua presidência, os embates com a Secad/MEC e a oposição pública ao exame gerou certo recuo na perspectiva de tornar o Encceja instrumento aplicado em grande escala ainda em 2006, fazendo com que se afrouxasse o compromisso da instituição com a aplicação do exame, inclusive com falta de investimento na criação e desenvolvimento de um sólido banco de itens (CATELLI JUNIOR; SERRAO, 2014, p. 102).

Complementa-se, ainda, que no período em que o Encceja Nacional foi aplicado apenas para fins de certificação do ensino fundamental (edições de 2010, 2013 e 2014), houve a interrupção temporária da produção de itens para a etapa do ensino médio. Consequentemente isso repercutiu em 2017, com a retomada da montagem das provas do ensino médio no Encceja, justificando em parte o Inep ter optado pelo reaproveitamento de alguns itens de edições antigas.

É importante ressaltar que a produção de itens de prova é um processo complexo, que exige uma grande disponibilidade de recursos, além de um calendário definido com várias etapas: a publicação de um edital de chamada pública, a capacitação dos colaboradores pelas equipes técnicas do Inep, os eventos de elaboração e revisão de itens. Após essas etapas, os itens passam por um

pré-teste, que é a aplicação para “uma amostra populacional com características semelhantes à do público-alvo” (BRASIL, 2019f, recurso online). A partir das respostas, são feitas análises psicométricas e pedagógicas. As questões que atenderem a todos os critérios ficam disponíveis para a montagem de provas futuras. As demais são descartadas ou encaminhadas para melhorias (BRASIL, 2019f).

O item finalizado passa a integrar o Banco Nacional de Itens (BNI): “um repositório de questões à disposição do Inep para uso em futuras provas dos exames e avaliações da educação básica” (BRASIL, 2019f, recurso online). Durante a seleção dos itens para a composição de uma prova, são levados em conta os índices psicométricos obtidos no pré-teste. Também são considerados o conteúdo abordado, temática e habilidade (BRASIL, 2019f).

Pensando na disponibilização de itens com parâmetros adequados para as futuras montagens das provas do exame, todas as etapas do processo de produção de itens precisam estar previstas em cronograma - eventos de elaboração e de revisão de itens, bem como montagem e aplicação de pré-testes para o Encceja. Na atual configuração da Cgec, coordenação da Daeb responsável por estas atividades de manutenção do BNI, não há equipes pedagógicas separadas por exames ou por etapas. Uma mesma equipe pedagógica participa de todo o processo de produção de itens²¹. É possível perceber, então, que a falta de institucionalização da política pode se reverberar justamente em perca de espaço do Encceja dentro de alguns setores como esse.

Ainda durante a finalização da escrita da presente dissertação de mestrado, o MEC publicou a Portaria nº 458/2020, de 05 de maio de 2020, que instituiu normas complementares necessárias ao cumprimento da Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica, a qual inclui três programas do Inep: o Saeb, o Enem e o Encceja (BRASIL, 2020b). Em relação ao Encceja, a publicação dessa Portaria revogou, a partir de 1º de junho de 2020, a Portaria MEC nº 3.415/2004 (BRASIL, 2004) e, automaticamente, a Portaria Inep nº 147/2008 (BRASIL, 2008a), os dois principais documentos normativos que regulamentavam o formato atual do Encceja. A Portaria nº 458/2020 restringiu também a função do Encceja à certificação, ocultando os seis objetivos específicos da política elencados na Portaria nº

²¹ Informação que advém da experiência profissional da pesquisadora com o processo de montagem de provas.

3.415/2004 (BRASIL, 2020b). Com a revogação desta última, a Portaria nº 147/2008 perdeu o seu efeito, pois esta regulamentava o art. 3º da 3.415/2004 e estabelecia toda a fundamentação teórico-metodológica do exame: as matrizes de competências e habilidades, as escalas de proficiência e os critérios específicos para a aferição dos resultados.

Essa medida governamental coaduna a situação de instabilidade vivenciada pela política de certificação do Encceja no interior das políticas educacionais do MEC/Inep, pois provavelmente a configuração atual do instrumento, em termos pedagógicos, sofrerá alterações. Essa informação está alinhada ao que Rua (2014) destacou sobre uma das “regularidades” das políticas públicas: a descontinuidade administrativa. Para Rua (2014, p. 115) “cada mudança dos titulares dos cargos, como regra, provoca alterações nas políticas em andamento. Essas podem ser alterações de rumo, de prioridade etc., e podem ocorrer até mesmo sem visibilidade alguma no curto e médio prazo”.

Em síntese, apesar de o Encceja ter sido reintegrado ao calendário de ações da Daeb/Inep, de ter ocorrido a ampliação da rede certificadora, da cobertura da aplicação das provas e uma maior observância das questões de acessibilidade no exame, verifica-se ainda uma “manutenção precária do Encceja” (CATELLI JUNIOR; GISI; SERRAO, 2013, p. 740) no âmbito das ações da Daeb/Inep, principalmente no que se refere ao processo de produção de itens. Foi possível constatar que o Encceja, apesar do seu potencial certificador, não tem recebido a devida atenção por parte do instituto, quando se compara a outros programas conduzidos pela Daeb/Inep.

3.3.3 Atendimento da política quanto à certificação dos participantes²²

É importante lembrar que o Encceja possibilita dois caminhos de certificação: o certificado de conclusão de escolaridade aos participantes que atingiram, em uma mesma edição, o desempenho mínimo nas quatro provas - que corresponde a certificação total; e a declaração parcial de proficiência para aqueles que alcançaram a pontuação mínima em uma, duas ou três provas do exame e podem ser contemplados com a certificação parcial.

²² Pessoas que se inscreveram e compareceram no dia de realização das provas.

Inicialmente, neste eixo analítico são apresentados os percentuais dos participantes que conquistaram a certificação total e daqueles que obtiveram a certificação parcial por prova no Encceja 2017, para se avaliar a representatividade dos participantes certificados no exame.

Em seguida, é realizada a análise comparativa das taxas de aprovação dos participantes que conquistaram a certificação total no Encceja 2017 quanto à renda familiar mensal, à escolaridade e à execução de atividade remunerada, fatores de contexto estudados na subseção anterior. O objetivo é, então, o de verificar em que medida esses fatores interferem nas chances dos participantes em obter a certificação mediante o Encceja.

O aproveitamento total dos participantes do nível médio do Encceja 2017 também é comparado ao aproveitamento obtido pelos participantes do Enem 2016, que à época também foi utilizado como exame certificador para se avaliar o potencial de certificação dos dois instrumentos.

A Tabela 21 apresenta o quantitativo de participantes que obtiveram o mínimo de 100 pontos nas provas objetivas da edição 2017, considerando o total de participantes por área de conhecimento. No caso específico da área de Linguagens, foram ponderados apenas os quantitativos de participantes que obtiveram simultaneamente: 100 pontos na prova objetiva e 5,0 pontos na prova de redação. Observa-se que o melhor aproveitamento dos participantes no ensino fundamental foi em História e Geografia e no ensino médio, em Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Em cada área de conhecimento, verifica-se que houve proporções significativas de pessoas que conseguiram aprovação. Desses participantes aprovados, nota-se que 43,72% e 48,35% conseguiram a pontuação mínima em todas as provas do ensino fundamental e do ensino médio, respectivamente, e poderiam solicitar os seus certificados (certificação total).

Tabela 21 - Participantes aprovados nas áreas de conhecimento avaliadas na edição 2017 do Encceja Nacional Regular (Continua)

Etapa de Ensino	Disciplina	Total de participantes	participantes aprovados	% Aprovados
Ensino Fundamental	CN	81.110	65.356	80,58
	MT	80.707	55.487	68,75
	LC	82.751	49.525	59,85
	CH	82.675	72.472	87,66
	Todas	70.404	30.780	43,72

(Conclusão)

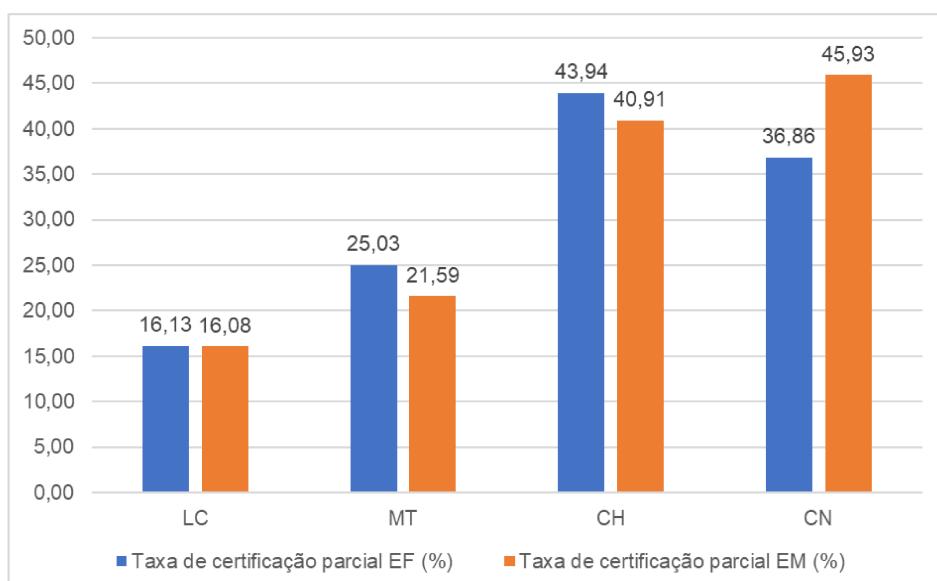
Etapa de Ensino	Disciplina	Total de participantes	participantes aprovados	% Aprovados
Ensino Médio	CN	443.882	418.477	94,28
	MT	416.878	291.541	69,93
	LC	431.024	277.708	64,43
	CH	433.141	386.622	89,26
	Todas	366.612	177.251	48,35

Fonte: Brasil (2017d) adaptado pela autora.

Observa-se, portanto, que uma parcela significativa de participantes conseguiu concluir o ensino fundamental ou ensino médio por meio do Encceja. Isso revela que o instrumento tem contribuído para a elevação da escolaridade básica do público demandante, pois os dados de 2017 parecem indicar o número de pessoas que anualmente estão passando com sucesso pelo exame, o que ratifica a sua importância.

É importante salientar que para as pessoas que não foram aprovadas em todas as provas, mas obtiveram êxito em uma, duas ou três áreas de conhecimento, há a possibilidade da certificação parcial. Nesse caso, o termo “reprovação” é bastante relativo para o Encceja, pois há o percentual daqueles que poderiam solicitar a declaração parcial de proficiência, conforme é possível observar no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Aproveitamento parcial no Encceja 2017²³



Fonte: Brasil (2017d).

²³ Foram subtraídos dos percentuais gerais de aprovados, os percentuais dos participantes que obtiveram a certificação total em cada prova.

Verifica-se, no Gráfico 6, que houve percentuais relevantes de pessoas com notas mínimas para conseguir a declaração parcial de proficiência em cada uma das provas do ensino fundamental e do médio. A área de Linguagens apresentou um índice menor, em razão da necessidade de o participante além de conseguir a nota mínima na prova objetiva teria que obter o desempenho mínimo na prova de redação.

Os contemplados com a certificação parcial podem, portanto, utilizar resultados anteriores ou se inscrever em futuras edições do exame nas áreas em que não atingiram a pontuação mínima e tentar pleitear o certificado. Por meio dos microdados disponibilizados pelo Inep, não é possível fazer o acompanhamento desses participantes ao longo dos anos, pois as informações pessoais não são divulgadas e as demais informações encontram-se anonimizadas. Por esse motivo, nas análises subsequentes, serão utilizados apenas os dados relativos aos participantes que receberam a certificação total na edição 2017 do Encceja.

A Tabela 22 traz os quantitativos de presentes e aprovados em todas as provas do Encceja 2017 segundo à renda familiar mensal. É possível perceber a participação significativa de pessoas que possuíam renda familiar mensal de 1 a 3 salários mínimos e os quantitativos consideráveis de aprovados nessa faixa.

Tabela 22 - Presentes e aprovados quanto à renda familiar mensal no Encceja 2017

Renda familiar mensal	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Presentes	Aprovados	Presentes	Aprovados
nenhuma renda	3.850	1.392	14.764	5.464
até 1 salário mínimo	18.448	6.667	80.288	30.471
de 1 a 3 salários mínimos	41.882	19.370	227.568	114.400
acima de 3 salários mínimos	6.224	3.351	43.990	26.915

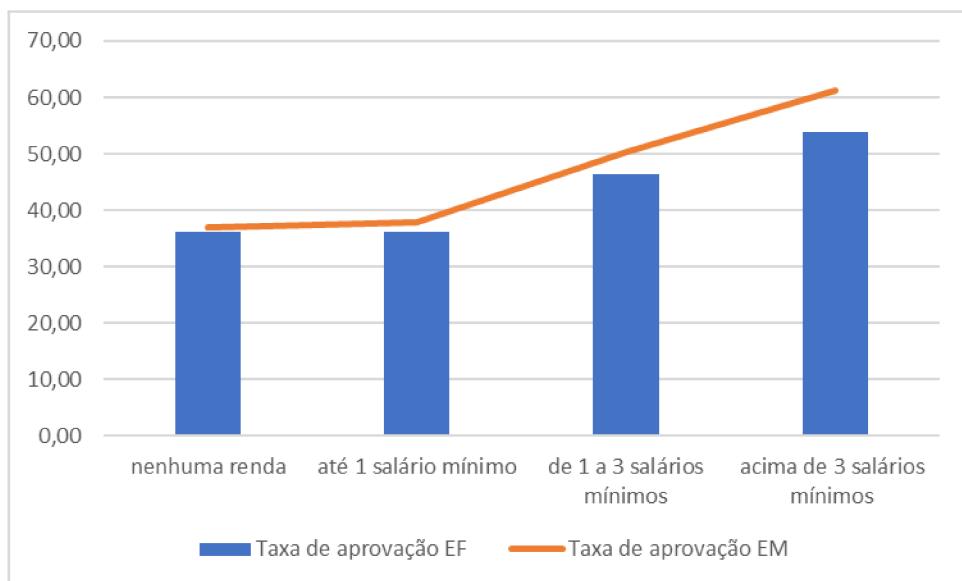
Fonte: Brasil (2017d).

O Gráfico 7 complementa as informações da Tabela 22 e ilustra as taxas de aprovação dos participantes quanto à renda familiar mensal. Percebe-se que há um crescimento considerável do rendimento dos participantes do exame à medida que a renda familiar mensal aumenta. Essa diferença pode estar relacionada ao fato de que uma renda maior facilita o acesso à informação por meio das tecnologias digitais.

Sabe-se que as TIC possibilitam aos indivíduos o acesso a diversas informações dos mais variados contextos. Nesse sentido, segundo a PNADc 2018, a

renda das famílias impacta o acesso das pessoas a bens tecnológicos e a internet. A pesquisa aponta que famílias que apresentam uma condição financeira melhor, além do celular, utilizam outros meios de acesso à internet como televisão e microcomputadores (PNAD..., 2020).

Gráfico 7 - Aproveitamento total quanto à renda familiar mensal no Encceja 2017



Fonte: Brasil (2017d).

A Tabela 23 apresenta os quantitativos de presentes e aprovados no Encceja 2017 de acordo com a série que esses participantes deixaram de frequentar na escola convencional. Houve uma maior participação de pessoas que tiveram um percurso escolar entre o 6º e o 9º ano para o ensino fundamental e entre a 1ª e a 2ª série para o ensino médio com proporções significativas de aprovados. No ensino fundamental, observa-se um pequeno contingente de participantes que abandonaram a escola durante o ensino médio: esse é um dado inusitado, e entende que pode se tratar de um equívoco na resposta dos alunos, pois essa marcação no sistema de inscrição foi possível porque não houve restrição de séries para cada etapa de ensino.

Tabela 23 - Presentes e aprovados quanto à escolaridade no Encceja 2017

(Continua)

Série em que abandonou a escola regular	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Presentes	Aprovados	Presentes	Aprovados
Não frequentou escola	1.477	478	4.013	1.403
2º ano (antiga 1ª série)	832	264	4.208	1.561

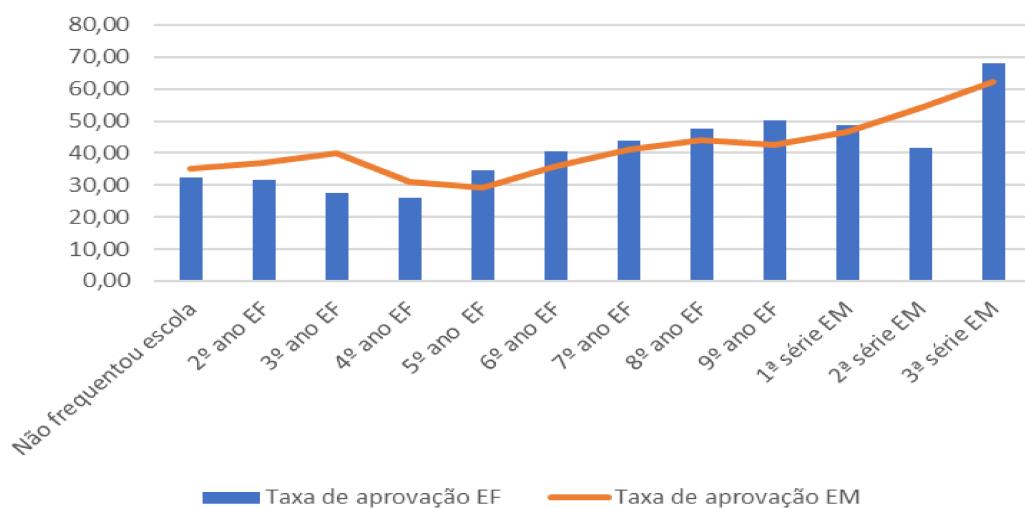
(Conclusão)

Série em que abandonou a escola regular	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Presentes	Aprovados	Presentes	Aprovados
3º ano (antiga 2ª série)	573	158	1.852	739
4º ano (antiga 3ª série)	1.508	394	1.443	447
5º ano (antiga 4ª série)	7.206	2.502	6.394	1.862
6º ano (antiga 5ª série)	12.640	5.137	12.227	4.397
7º ano (antiga 6ª série)	13.798	6.060	13.459	5.533
8º ano (antiga 7ª série)	17.089	8.124	18.269	8.052
9º ano (antiga 8ª série)	14.896	7.461	55.850	23.706
1ª série (antigo 1º ano do EM)	221	108	119.859	56.066
2ª série (antigo 2º ano do EM)	67	28	86.181	46.741
3ª série (antigo 3º ano do EM)	97	66	42.854	26.743

Fonte: Brasil (2017d).

Em complementação à Tabela 23, o Gráfico 8 ilustra as taxas de aprovação dos participantes quanto a sua escolaridade, demonstrando uma forte articulação entre o bom desempenho no Encceja e uma maior escolarização dos participantes: quanto mais anos de estudo possui o participante maior é a taxa de aprovação em todas as áreas de conhecimento no exame. Aumentam-se, portanto, as chances desse participante obter o seu certificado do ensino fundamental ou do ensino médio.

Gráfico 8 - Aproveitamento quanto à escolaridade dos participantes no Encceja 2017



Fonte: Brasil (2017d).

Os dados apresentados no Gráfico 8 convergem para o que alguns estudiosos da área indicaram em sua pesquisa:

Os poucos dados a que tivemos acesso parecem indicar que o Encceja atende majoritariamente aqueles que já estiveram vários anos na escola e estão próximos de concluir uma etapa, ou seja, os

mais escolarizados procuram o exame na perspectiva de se qualificar melhor para o mercado de trabalho e abrir novas possibilidades para si (CATELLI JUNIOR; GISI; SERRAO, 2013, p. 740).

Isso pode ser explicado pela maneira como o Encceja foi concebido. As matrizes do exame, apesar de significarem referenciais mais adequados às possibilidades de o jovem ou adulto ler e interagir com os problemas cotidianos, foram criadas com o apoio do conhecimento escolar (BRASIL, 2003b). Nesse sentido, espera-se que as chances de aprovação no exame aumentem para aqueles que tiveram uma passagem mais longa pelo universo escolar em razão de ter se municiado com hábitos de estudos, autonomia, conhecimentos básicos de todas os componentes curriculares ou áreas da educação básica.

Por outro lado, chamam atenção as taxas de aprovação daqueles que declararam não ter frequentado a escola regular: dos que buscaram a certificação total por meio do Encceja, 32,6% tiveram êxito nas provas do ensino fundamental e 35,96% nas provas do ensino médio. Apesar de ser um contingente pequeno, esses dados sinalizam que o Encceja também pode atender àqueles que não tiveram oportunidade de frequentar a escola regular. Esses cidadãos que não passaram pelo processo regular de escolarização “têm constituído diferentes saberes, por esforço próprio, em resposta às necessidades da vida” (BRASIL, 2003b, p. 11), o que poderia explicar o seu êxito no exame.

A Tabela 24 apresenta dados sobre o número presentes e aprovados em todas as provas, bem como as taxas de aprovação, quanto à execução de atividade remunerada de acordo com a faixa etária do público.

Tabela 24 - Aproveitamento quanto à execução de atividade remunerada por faixa etária no Encceja 2017

Faixa etária	Trabalhavam			Não trabalhavam		
	Presentes	Aprovados	% Ap	Presentes	Aprovados	% Ap
15 - 17 anos	2.537	906	35,71	12.443	4.386	35,25
18 - 24 anos	113.514	56.220	49,53	56.658	26.370	46,54
25 - 29 anos	61.097	31.750	51,97	8.166	3.252	39,82
30 - 39 anos	85.556	42.148	49,26	9.645	3.664	37,99
a partir de 40 anos	80.377	36.723	45,69	7.020	2.611	37,19

Fonte: Brasil (2017d).

Na Tabela 24, nota-se uma expressiva participação de trabalhadores em todas as provas a partir dos 18 anos e que estes tiveram desempenho um pouco

melhor em relação aos que não trabalhavam, especialmente o grupo etário de 25 a 29 anos. Segundo Oliveira (1999) o adulto trabalhador:

traz consigo uma história mais longa (e provavelmente mais complexa) de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e sobre as outras pessoas. Com relação a inserção em situações de aprendizagem, essas peculiaridades da etapa de vida em que se encontra o adulto fazem com que ele traga consigo diferentes habilidades e dificuldades (em comparação com a criança) e, provavelmente, maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios processos de aprendizagem (OLIVEIRA, 1999, p. 60).

Apesar da cobrança de conhecimentos desenvolvidos majoritariamente em ambientes escolares, no Encceja, os saberes obtidos a partir de experiências e trajetórias de vida parecem ter auxiliado os adultos trabalhadores no exame. Essa informação também dialoga com o que foi observado no Gráfico anterior para aqueles que não frequentaram o ambiente escolar e obtiveram êxito nas provas.

Os dados da Tabela 24 podem ainda indicar que o grupo etário de 18 a 29 anos, população alvo da meta 8 do PNE, tem participado do exame e logrado êxito nas provas, sinalizando a efetividade do Encceja na elevação da escolaridade média desse público enquanto instrumento estratégico para se alcançar a referida meta.

A Tabela 25 apresenta os dados sobre o número de inscritos, presentes e aprovados, bem como as taxas de aprovações, em todas as provas das edições do Enem 2016, quando ainda certificava o ensino médio, e do Encceja médio 2017. É importante destacar que os dados do Enem 2016 constantes nesta Tabela referem-se apenas àqueles inscritos que indicaram o interesse em obter o certificado do ensino médio com os resultados do Enem.

Tabela 25 - Aproveitamento total no Enem 2016 e no Encceja Médio 2017

	Enem 2016	Encceja Médio 2017
Inscritos	991.271	872.960
Presentes	569.936	366.612
Aprovados	53.087	177.251
Taxa de aprovação (%)	9,31	48,35

Fonte: Brasil (2016; 2017d).

A partir dos dados da Tabela 25, é possível perceber uma proximidade entre os números de inscritos dos dois exames e uma proporção menor de pessoas

presentes no Encceja. No entanto, ao se atentar para os números de aprovados e suas respectivas taxas de aprovação, nota-se uma diferença significativa entre os dois exames e um ponto favorável ao Encceja quanto à sua capacidade de certificar os aptos à obtenção do certificado de conclusão do ensino médio.

Além da nota técnica produzida em 2010 por um grupo de servidores da Daeb/Inep, fato que foi comentado no Capítulo 2, os baixos percentuais de participantes aprovados para fins de certificação nas provas do Enem também subsidiaram a decisão do Inep em 2017 em retirar a finalidade de certificação do ensino médio do Enem, com a publicação da Portaria Ministerial nº 468/2017 (BRASIL, 2017k), e devolvê-la para o seu de origem, o Encceja.

Outro motivo era que o Enem “estaria muito mais próximo de medir a excelência acadêmica do que a de aferir o domínio de certas competências, conhecimentos e habilidades esperadas para uma pessoa que estivesse pleiteando o certificado do ensino médio” (SERRAO, 2014, p. 188). Além disso, o Enem desempenhava múltiplas finalidades – seleção para ingresso no ensino superior, autoavaliação, classificação para fins de certificação– tornando as provas mais difíceis para o público em questão. Nesse sentido, o Encceja tem sido um instrumento de avaliação mais adequado às suas finalidades do que o Enem.

Conclui-se que a prova do Encceja é o exame aplicado pelo Inep mais adequado para certificação do público demandante, principalmente para aqueles que estão mais próximos da finalização de uma etapa de ensino. Em relação à certificação, foi possível observar proporções significativas de pessoas que poderiam solicitar a declaração parcial de proficiência nas áreas em que obtiveram a pontuação mínima e pessoas que poderiam solicitar o certificado de conclusão do ensino fundamental ou médio. Isso evidencia o potencial de certificação da política em consonância com o seu segundo objetivo específico. Essa possibilidade de o participante receber a certificação parcial é uma das potencialidades do exame.

3.3.4 Adequação pedagógica do instrumento à população-alvo

Como visto no Capítulo 2, na subseção sobre os aspectos pedagógicos, exames como o Encceja são mais significativos para o participante jovem ou adulto por serem “mais adequados às possibilidades de ler e interagir com os problemas cotidianos, com o apoio do conhecimento escolar” (BRASIL, 2003b, p. 14).

Neste eixo analítico, são analisadas as provas de Ciências Naturais e de Ciências da Natureza e suas tecnologias. É realizada uma categorização dos conteúdos abordados nas questões para se verificar a diversidade de temáticas nas provas. Em um segundo momento são apresentados alguns exemplos de questões e a abordagem utilizada na situação-problema.

Em seguida, é apresentada a descrição das escalas de proficiência das provas objetivas de Ciências Naturais e Ciências da Natureza e para cada nível da escala são descritas as operações mentais desenvolvidas pelos participantes associadas aos conteúdos curriculares.

O Exame nessas áreas do conhecimento procura organizar os conteúdos

em torno de situações concretas, próximas e relevantes para a vida pessoal e comunitária do cidadão; propõe a investigação de problemas, através de procedimentos e atitudes científicas, e, ainda de formas criteriosas para se interpretar os fenômenos naturais e os produtos tecnológicos do cotidiano (BRASIL, 2003c, p. 45).

No Quadro 10 estão apresentadas as habilidades contempladas e os conteúdos abordados na prova de Ciências Naturais do Encceja 2017.

Quadro 10 - Habilidades e conteúdos abordados na prova de Ciências Naturais

(Continua)

Nº da questão	Habilidade da matriz	Conteúdo abordado na questão
01	H5	Vacina HPV
02	H7	Relações ecológicas - mutualismo
03	H18	Métodos anticoncepcionais - preservativo
04	H9	Níveis tróficos de uma cadeia alimentar
05	H20	Leitura da bula de um medicamento
06	H26	Eclipse solar
07	H9	Desequilíbrio em uma cadeia alimentar
08	H11	Distribuição da rede de coleta de esgoto por região brasileira
09	H17	Recomendações alimentares para paciente com diabetes melito (tipo2)
10	H22	Mudanças de estado físico da água
11	H13	Uso de EPIs para evitar contaminação pelo vírus ebola
12	H20	Identificação nas embalagens do símbolo da presença de transgênico
13	H25	Representação científica do planeta Terra
14	H10	Problemas ambientais relacionados à utilização de mercúrio em garimpos
15	H14	Procedimentos para se evitar a contaminação pelos vírus das hepatites A e B - manicures e podólogos

(Conclusão)

Nº da questão	Habilidade da matriz	Conteúdo abordado na questão
16	H8	Produção de gás metano - aterro sanitário
17	H3	Funcionamento de uma turbina a vapor-d' água
18	H27	Fenômenos associados à existência de placas tectônicas
19	H7	Características do bioma Cerrado
20	H13	Medidas para se evitar transmissão da dengue e malária
21	H16	Interpretação do resultado de um exame parasitológico
22	H15	Controle da Hipertensão
23	H24	Uso de recipiente de cerâmica para conservar calor
24	H15	Pâncreas e a produção de insulina
25	H19	Medidas para se evitar a transmissão do sarampo
26	H17	Pirâmide alimentar
27	H23	Consequências da canalização de córregos e rios para construção de ruas e avenidas
28	H4	Conservação dos alimentos enlatados após abertos
29	H1	Fenômeno óptico - visualização de objetos
30	H6	Novas tecnologias para produção de tecidos e órgãos para transplante

Fonte: Brasil (2017d) adaptado pela autora.

O Quadro 11 estão apresentadas as habilidades e os conteúdos abordados na prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Encceja 2017.

Quadro 11- Habilidades e conteúdos abordados na prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Encceja 2017
(Continua)

Nº da questão	Habilidade da matriz	Conteúdo abordado na questão
01	15	Mecanismo de transmissão da gripe
02	19	Concepções de força e velocidade de acordo com física newtoniana
03	30	Ações de prevenção relativas à Chikungunya
04	18	Relações ecológicas: Parasitismo (Controle biológico)
05	3	Toxicidade relacionada aos “metais pesados”
06	20	Estudo da termodinâmica
07	7	Funções inorgânicas
08	5	Círculo elétrico
09	12	Agentes polinizadores
10	23	Parâmetros da água para consumo humano
11	2	Transformação de energia
12	28	Leveduras: fermentação biológica
13	11	Biologia: mosquitos da dengue geneticamente modificados
14	24	Fatores que influenciam as reações químicas
15	16	Incidência de radiação solar nas regiões brasileiras
16	8	Reciclagem de materiais
17	20	Força de atrito
18	25	Fontes de energia
19	14	Herança genética restrita ao sexo
20	23	Funções orgânicas

(Conclusão)

Nº da questão	Habilidade da matriz	Conteúdo abordado na questão
21	17	Reações químicas
22	16	Sistemas de forças
23	17	Ação dos detergentes
24	15	Mecanismos de transporte de substâncias na célula
25	6	Estudo da Cinemática
26	1	Dispersão da luz
27	29	Seleção natural
28	21	Mudanças de estado físico
29	27	Biomas brasileiros
30	19	Movimento circular

Fonte: Brasil (2017d) adaptado pela autora.

Observa-se, nos dois quadros, que a maior parte dos assuntos se apoiam no conhecimento escolar. Para o Encceja, a maneira como esse conteúdo será abordado na questão é o que define o estilo da prova, que corresponderá a situação-problema. A principal característica das questões é privilegiar recortes temáticos, problemas, habilidades que sejam familiares e que possibilitem uma aproximação com a vida cotidiana dos jovens e adultos trabalhadores que realizam as provas e dos temas escolares com a realidade extraescolar.

Essa característica do Encceja dialoga com o que Oliveira (2007, p. 97) afirma ao ressaltar a necessidade para jovens e adultos trabalhadores de “uma abordagem dos conteúdos relacionando-os, tanto quanto possível, a situações da vida cotidiana das populações trabalhadoras pouco ou nada escolarizadas, ausentes das escolas - regulares ou não - por longo período”. Pois, para a EJA, segundo a autora, “a reflexão sobre a questão dos conteúdos a serem trabalhados assume uma dimensão que lhe é específica” (OLIVEIRA, 2007, p. 97).

No entanto, ressalta-se que contextualizar os conteúdos de Ciências:

não significa usar os exemplos do cotidiano, da vida e do mundo, para ilustrar o conhecimento científico, mas ao contrário, significa lançar mão do conhecimento científico acumulado para compreender os fenômenos naturais, conhecer o mundo, o ambiente, para compreender o próprio corpo, a dinâmica da natureza, do céu, da Terra (BRASIL, 2003c, p. 42).

Nesse sentido, o jovem ou adulto desenvolve e aprimora conhecimentos ao participar da vida social, econômica e cultural e esses contextos precisam ser considerados no teste numa perspectiva científica.

Algumas situações-problema da edição 2017 puderam ser resolvidas somente a partir de leitura e interpretação das informações do contexto, como é exemplificado no Quadro 12. A questão solicitou a associação das informações contidas em um trecho da bula de um medicamento ao tópico efeitos colaterais, condizente com a ação solicitada na habilidade H20 - Interpretar informações contidas em rótulos, embalagens, bulas, receitas, manuais de instrumentos e equipamentos simples.

Quadro 12 - Questão 05 da prova de Ciências Naturais do Encceja 2017

Questão 05 de Ciências Naturais
Na bula de um medicamento, leem-se as seguintes informações:
Reação em 10% dos pacientes que utilizam o medicamento
Diarreia
Naúsea
Cansaço (fadiga) [incluindo astenia (perda ou diminuição da força muscular)]
Dor de cabeça
Insônia
Boca seca
Vômitos
Sensação de tremor
Qual o tópico da bula que contém essas informações?
a) Posologia. b) Indicações. c) Contraindicação. d) Efeitos colaterais.

Fonte: Brasil (2017d).

Outras situações-problema exigiram do participante a recorrência a conhecimentos e informações não presentes no contexto, mas que podiam ser respondidos a partir da experiência de vida dos respondentes, como foi o caso da questão 28 no Quadro 13.

Quadro 13 - Questão 28 da prova de Ciências Naturais do Encceja 2017

Questão 28 de Ciências Naturais
Alimentos enlatados, se bem-acondicionados e fechados, duram muito tempo em temperatura ambiente. Entretanto, depois de abertos, devem ser guardados na geladeira pra melhor conservação.
Esse procedimento conserva o alimento por mais tempo, pois
a) aumenta a umidade. b) reduz o contato com a luz. c) evita a ocorrência de oxidação. d) retarda o crescimento de microrganismos.

Fonte: Brasil (2017d).

Um terceiro grupo de questões, o mais recorrente nas provas analisadas, exigiu do participante conhecimentos relacionados à experiência cotidiana, mas era necessário recorrer ao conhecimento científico, conforme exemplificado no Quadro 14. Apesar de o participante saber para que serve o antiácido, precisava reconhecer que a dissolução em água desse antiácido dependia da área de contato apresentada de acordo com a sua forma (comprimido ou pó). Determinadas habilidades da matriz não possibilitam que os conteúdos sejam trabalhados de maneira menos científica, como é o caso da H24 da matriz do ensino médio.

Quadro 14 - Questão 14 da prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Encceja 2017

Questão 14 de Ciências da Natureza
Para aliviar o mal-estar digestivo, dois irmãos colocaram água do filtro em dois copos. Em um deles, foi colocado um antiácido na forma de comprimido e, no outro, na forma de pó. Apesar de os antiácidos possuírem mesma composição e mesma massa, um deles dissolveu mais rápido que o outro.
A diferença no tempo da reação deve-se ao(à)
a) catalisador. b) temperatura. c) concentração. d) área de contato.

Fonte: Brasil (2017d).

Por fim, alguns itens cobraram conhecimentos eminentemente escolares como foi o caso da questão 04 da prova do ensino médio, no Quadro 15. Nesta questão o participante precisava relacionar o conceito de controle biológico à estratégia de controle correspondente, ação contemplada pela habilidade H18.

Quadro 15 - Questão 04 da prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Encceja 2017

Questão 04 de Ciências da Natureza
Na região sucroalcooleira de Ribeirão Preto (SP), vários produtores de cana-de-açúcar resolveram utilizar o controle biológico no combate da cigarrinha-da-folha, um inseto que vem destruindo as plantações atacadas.
Um exemplo dessa estratégia de controle é a
a) aplicação de inseticidas. b) pulverização de fungo verde. c) aração do solo antes do plantio. d) utilização de armadilhas luminosas.

Fonte: Brasil (2017d).

A tentativa da proposta do Encceja tem sido superar a concepção de provas fundamentadas no ensino enciclopedista, centradas em conteúdos fragmentados muitas vezes associados ao privilégio da memória (BRASIL, 2003b). Entretanto, a partir da análise dos itens de Ciências Naturais e de Ciências da Natureza e, de acordo com o que é solicitado nas habilidades das respectivas matrizes, foi possível perceber que boa parte das questões utilizadas na edição 2017 exigiu do participante uma maior proximidade dos conhecimentos construídos no universo escolar.

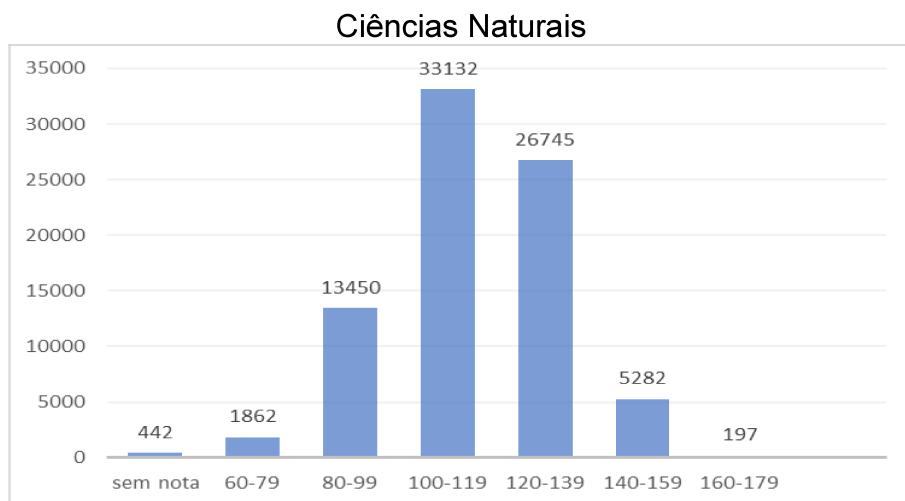
O Inep disponibiliza, em seu portal, os livros das áreas avaliadas no Encceja para que os inscritos possam ter referência do que estudar para as provas. No entanto, esse material encontra-se desatualizado, datando de 2003, período anterior à reformulação das matrizes de referência que ocorreu em 2006. Faz-se necessária, portanto, a atualização desse material para que seja condizente com o que é abordado no exame e os inscritos possam se preparar para as provas.

Apesar de ser uma demanda antiga dos participantes, considerando o cenário atual, essa atualização somente será possível quando forem publicadas as novas matrizes de competências e habilidades do exame, pois, em razão da publicação da Portaria nº 458/2020 (BRASIL, 2020b), as matrizes que estavam vigentes foram desconsideradas. Em momento oportuno, o Inep promoverá reuniões técnicas com a presença de especialistas para reformulação das matrizes, prevendo o seu alinhamento com a BNCC e esta pode corresponder a uma proposta a ser avaliada em outro estudo. Necessariamente o material de estudo seguirá o que será estabelecido nas novas matrizes balizadoras do Encceja.

No anexo IV da Portaria Inep nº 147/2008 (BRASIL, 2008a) constam as descrições dos níveis das escalas de proficiência das provas objetivas do Encceja. Como visto no Capítulo 2, essas escalas foram definidas para cada área do conhecimento, tendo como referência os resultados de um pré-teste, e variam de 60 a 180 pontos, com desvio-padrão de 20 pontos. A pontuação mínima para certificação encontra-se no ponto 100. Para cada nível da escala foram estabelecidos requisitos em termos de aprendizado para que os sistemas de ensino possam aferir os resultados obtidos pelos participantes do Encceja (BRASIL, 2008a).

No Gráfico 9, são apresentados os quantitativos de participantes por faixa de proficiência com base nos resultados obtidos na prova de Ciências Naturais para a etapa do ensino fundamental.

Gráfico 9 - Faixas de proficiência para os participantes que realizaram a prova de



Fonte: Brasil (2017d).

Nessa prova, os participantes concentraram-se na escala de proficiência nos níveis 100 e 120, indicando, em termos de aprendizado, que o jovem ou adulto:

Nível 100 Identifica processos e substâncias utilizados na produção e conservação dos alimentos e em outros produtos de uso comum, avaliando riscos e benefícios neles envolvidos; relaciona saúde com hábitos alimentares, atividade física e uso de medicamentos, considerando diferentes momentos do ciclo de vida humano; relaciona diferentes explicações propostas para um mesmo fenômeno natural na perspectiva histórica do conhecimento científico; associa processos, procedimentos e transformações ao conhecimento científico e tecnológico; diagnostica situações do cotidiano em que ocorrem desperdícios de energia ou matéria, propondo formas de minimizá-las e seleciona propostas em prol da saúde física e mental dos indivíduos ou coletividade, em diferentes condições etárias, culturais ou socioambientais.

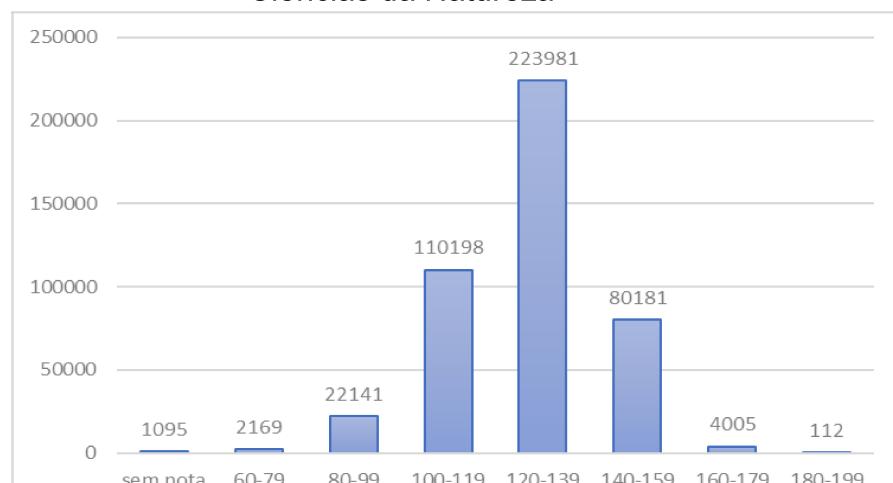
Nível 120 Identifica processos e substâncias utilizados na produção e conservação dos alimentos e em outros produtos de uso comum, avaliando riscos e benefícios neles envolvidos; reconhece argumentos pró ou contra o uso de tecnologias; relaciona comportamento de variáveis em fenômenos naturais, em experimentação, em sistemas ou em processos de intervenção humana; relaciona diferentes seres vivos aos ambientes que habitam, considerando características adaptativas; associa a qualidade de vida, em diferentes faixas etárias e em diferentes regiões, a fatores sociais e ambientais; associa problemas de saúde a sintomas, testes diagnósticos simples ou possíveis consequências

da automedicação; interpreta informações técnicas apresentadas em diferentes linguagens e códigos; analisa propostas de uso de materiais e recursos energéticos, tendo em vista o desenvolvimento sustentável, considerando características e disponibilidades regionais (de subsolo, vegetação, rios, ventos, oceanos etc.) e avalia riscos e benefícios de procedimentos para solução de problema real, considerando o interesse coletivo (BRASIL, 2008a, p. 41).

No Gráfico 10, são apresentados os quantitativos de participantes por faixa de proficiência com base nos resultados obtidos por eles na prova de Ciências da Natureza para a etapa do ensino médio.

Gráfico 10 - Faixas de proficiência para os participantes que realizaram a prova de

Ciências da Natureza



Fonte: Brasil (2017d).

Na prova de Ciências da Natureza, os participantes concentraram-se na escala de proficiência no nível 120. Isso significa em termos de aprendizado que o jovem ou adulto:

Nível 120 Interpreta indicadores e resultados de experimentos, utilizando dados técnicos apresentados em linguagem mais elaboradas; relaciona informações e propriedades relevantes apresentadas em diferentes contextos (tecnológicos, ambientais, de saúde e econômicos) e formas; associa processos e problemas relativos ao organismo, à saúde, à comunicação e ao transporte com o conhecimento científico e tecnológico; aplica o método científico na seleção e comparação de testes de controle, materiais, produtos e procedimentos; analisa propostas de intervenção ambiental e avalia sistemas naturais e tecnológicos em termos energéticos e propostas de alcance individual e coletivo em termos de melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2008a, p. 41).

Nos Gráficos 9 e 10, os participantes localizados a partir do nível 100 foram considerados habilitados para certificação parcial naquela prova ou foram contemplados com a certificação total, considerando as demais provas. Observa-se que quantitativos expressivos de participantes conseguiram os requisitos mínimos para serem considerados habilitados nas áreas avaliadas ao desenvolverem aquelas operações mentais esperadas na conclusão da respectiva etapa de ensino.

O Encceja corresponde, portanto, a uma alternativa à educação escolar presencial para conclusão da escolaridade básica. É fato que a lógica da certificação envolve o aligeiramento do processo educacional e das práticas pedagógicas (FERREIRA; RODRIGUES, 2016; ALMEIDA, 2016; RUMMERT, 2007), porém, a certificação na perspectiva da avaliação de competência pode oferecer oportunidade para a inserção social (FERREIRA; RODRIGUES, 2016).

Apesar de o Encceja ser considerado uma opção pedagógica mais adequada ao público demandante, a construção dos itens não dispensa o conhecimento escolar, e tampouco renuncia ao conhecimento científico. O diferencial das questões do Encceja está na apresentação das situações-problema que estejam mais próximas dos possíveis contextos dos inscritos.

A partir da análise dos aspectos logísticos, aspectos pedagógicos e do processo de certificação, iniciada no Capítulo 2 e concluída no presente capítulo, foi possível elencar os seguintes desafios para a política de certificação do Encceja: a) a necessidade de o Inep conhecer as particularidades do público que busca a certificação por meio do instrumento e refletir sobre elas; b) o exame não apresenta um cronograma institucionalizado e consolidado, o que dificulta a organização das principais etapas e procedimentos necessários para sua realização; c) o baixo investimento no processo de produção de itens, impactando na montagem do instrumento; d) apesar de toda a logística envolvida no exame, altas taxas de abstenção o acompanham desde a sua concepção; e e) dificuldades no acompanhamento dos participantes que conseguiram a certificação parcial no exame.

As principais potencialidades encontradas foram: a) o instrumento corresponde a um caminho conciliador entre os estudos e o trabalho, considerando a realidade do público demandante; b) o aprimoramento dos critérios técnicos para identificação de potenciais participantes nos municípios brasileiros; c) a possibilidade da certificação parcial, em que o participante pode solicitar o aproveitamento de

edições anteriores e pleitear o certificado ou realizar o aproveitamento na unidade escolar, dando prosseguimento aos estudos; e d) as provas estão em consonância com o público demandante por certificação, tornando-se uma opção pedagógica mais adequada.

Foi possível identificar também algumas limitações da política: a) apesar de ter sido criado com seis objetivos específicos, o exame tem servido apenas para fins de certificação; e b) o desenho atual da política possibilita uma única aplicação anual em todo o território nacional. De fato, a função do Encceja ficou limitada à certificação de competências com a publicação da Portaria nº 458/2020 (BRASIL, 2020b), conforme explanado anteriormente.

No próximo capítulo, é apresentado um Plano de Ação Educacional (PAE) que busca propor ações que propiciem a superação dos desafios encontrados e a valorização das potencialidades evidenciadas e possibilitem ampliar as possibilidades para o exame.

4 AMPLIANDO POSSIBILIDADES PARA O ENCCEJA

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais os desafios e as potencialidades da atual configuração do Encceja como estratégia de certificação de conclusão dos ensinos fundamental e médio no território nacional? Esse objetivo foi desdobrado nos objetivos específicos de descrever o Encceja, seu histórico e mudanças significativas; analisar aspectos de sua sistemática atual, identificando desafios e potencialidades do instrumento; e propor ações que se configurem como instrumental de apoio ao Inep no sentido de ampliar as possibilidades do Exame.

Este estudo justifica-se pela importância social desempenhada pelo Encceja ao oferecer uma oportunidade de validação de conhecimentos a jovens e adultos residentes no Brasil e no exterior que, por diferentes razões, interromperam suas trajetórias escolares.

No Capítulo 2, foi feita a descrição da trajetória da política do Encceja desde a sua concepção, o contexto histórico e mudanças significativas e da atual configuração do Encceja.

No Capítulo 3, foi analisado o desenho atual da política para detectar desafios e potencialidades. A pesquisa documental foi sistematizada em 04 categorias de análise: i) perfil socioeconômico e educacional dos inscritos no Encceja; ii) atendimento da política quanto à logística de aplicação; iii) atendimento da política quanto à certificação dos participantes; e iv) adequação pedagógica do instrumento ao público-alvo. A análise dos dados possibilitou a identificação de 05 desafios e 04 potencialidades para o exame.

No Quadro 16 estão especificados os desafios e as potencialidades encontrados por eixo de análise e as ações propositivas que propiciem a superação desses desafios e a valorização das potencialidades evidenciadas e possibilitem ampliar as possibilidades para o exame. Com o propósito de facilitar uma melhor compreensão dos resultados do estudo, foi elaborado o Quadro 16 para demonstrar a relação dos eixos de análise com os dados de pesquisa para cada ação propositiva.

Quadro 16 - Dados da pesquisa e ações propositivas por eixo de análise

Questão de Pesquisa	Eixo de análise	Dados de pesquisa	Ação propositiva	Nº
Quais os desafios e as potencialidades da atual configuração do Encceja como estratégia de certificação de conclusão dos ensinos fundamental e médio no território nacional?	Perfil socioeconômico e educacional dos inscritos no Encceja	Desafio: necessidade de conhecer o perfil demandante e refletir sobre ele	Apresentação e discussão do perfil dos jovens e adultos que realizam o Encceja e de outros tópicos pertinentes ao exame.	1
		Potencialidade: melhor forma de conciliar estudos e trabalho	Investimento na divulgação e instrução dos inscritos sobre a possibilidade de o exame corresponder a uma alternativa favorável na conciliação dos estudos e trabalho.	2
		Desafio: ausência de um cronograma institucionalizado	Elaboração de um calendário estratégico para o exame.	3
		Desafio: baixo investimento na produção de itens	Definição de um calendário com as principais etapas do processo além da disponibilidade de recursos.	3
		Desafio: redução dos índices de abstenção nas provas	Fortalecimento da disseminação de informações sobre o exame.	2
	Atendimento da política quanto à logística de aplicação	Potencialidade: aprimoramento dos critérios técnicos para identificação de potenciais participantes nos municípios	Inclusão de novos critérios para seleção de municípios de aplicação.	4
		Desafio: Monitoramento/acompanhamento dos participantes que conseguiram a certificação	Solicitação dos quantitativos de jovens e adultos efetivamente certificados mediante os dois tipos de certificação às instituições certificadoras.	5
		Potencialidade: a possibilidade da certificação parcial ao participante	Investimento na divulgação e instrução dos inscritos quanto a possibilidade da certificação parcial.	2
	Adequação do instrumento a população-alvo	Potencialidade: proposta pedagógica mais adequada	Manutenção e aprimoramento da capacitação oferecida pelo Inep aos colaboradores.	6

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Percebe-se que três ações propositivas foram indicadas com o nº 2 e duas ações com o nº 3 por serem muito próximas ou desdobramentos de uma mesma ação.

Na próxima seção são detalhadas as ações propositivas que podem ser implementadas pelos gestores do Inep para que o Encceja seja aplicado de maneira sistemática, com taxas de participação satisfatórias e pronta disponibilização dos resultados.

4.1 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PAE

A partir dos dados coletados, foi possível traçar um PAE com seis propostas para os desafios e potencialidades identificados.

É importante esclarecer que o PAE aqui proposto serve como instrumental de apoio para os gestores dos setores que lidam com o Encceja no Inep, pois a pesquisadora é servidora do Quadro pessoal do Inep e não exerce cargo em comissão no instituto, sendo uma limitação da pesquisa. O PAE traz, portanto, indicações para a gestão.

Apesar de o recorte temporal deste estudo ser até a edição 2018 do Encceja Nacional Regular, pelo fato de corresponder à última edição com dados sobre o balanço da aplicação divulgados no portal do Inep, ressalta-se que o exame foi aplicado normalmente em 2019, seguindo um cronograma semelhante ao da edição 2018.

Isso pode ser resultado da publicação do Decreto nº 9.432/2018 que instituiu a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica da qual o Encceja passou a fazer parte (BRASIL, 2018c). Essa publicação, que foi anterior a mudança de governo, sinalizou para o Inep uma continuidade na oferta do exame e um possível encaminhamento para a definição de um cronograma próprio. Isso foi reforçado com a publicação da Portaria nº 458/2020 em que se espera que o Inep assuma a pauta do Encceja e o ofereça regularmente com aplicação anual, conforme o Art 3º dessa Portaria (BRASIL, 2020b).

Por outro lado, essa portaria, como dito anteriormente, restringiu a função do Encceja à certificação e revogou a Portaria nº 147/2008 (BRASIL, 2008a), que estabelecia as matrizes de referências até então usadas. Nesse sentido, em termos

pedagógicos, espera-se que seja formulado um novo construto para as provas. Será necessário aguardar a divulgação de novas matrizes balizadoras do exame.

Em decorrência da pandemia de Covid-19, assim como para outras avaliações e exames do Inep, haverá adiamento da edição 2020 do Encceja, inicialmente prevista para o mês de agosto deste ano. Por isso, a proposta deste PAE procurou pensar no planejamento da edição 2022 que será planejada em 2021.

Assim, o presente PAE foi criado com base na ferramenta de gestão 5W2H. O 5W2H representa as iniciais de sete perguntas em inglês que se iniciam com as letras W e H: What (O quê?), Why (Por que?), Where (Onde?), When (Quando?), Who (Quem?), How (Como?), How Much (Quanto?). Segundo Seleme e Stadler (2010), essas perguntas geram respostas que podem ajudar a esclarecer o problema a ser resolvido ou organizar as ideias para sua resolução. A utilização dessa ferramenta gerencial possibilita ainda que um processo em execução seja dividido em etapas para que possíveis falhas sejam detectadas e analisadas (SELEME; STADLER, 2010).

O Quadro 17 apresenta as ações propositivas listadas no Quadro anterior com as especificações da ferramenta 5W2H que podem ser executadas pelo Inep.

Quadro 17 - Ações que podem ser executadas pelo Inep

(Continua)

Nº	What O que?	Why Por que?	Where Onde?	When Quando?	Who Quem?	How Como?	How much Quanto?
1	Apresentação e discussão do perfil dos jovens e adultos que realizam o Encceja e de outros tópicos pertinentes ao exame.	Para se pensar a melhor forma de atender os interessados no exame e potencializar a ação do instrumento estudado, faz-se necessária a divulgação das informações sobre a população-alvo e a avaliação contínua da política dentro do Inep.	Auditório do Inep	A partir do segundo semestre de 2021, com periodicidade anual. O evento deverá estar previsto na agenda de trabalho dos servidores e apresentar uma carga horária de 8h	Daeb DGP DTDIE Gabinete da presidência	Realização de um seminário interno anual organizado nas temáticas: panorama da última edição do exame (número de inscritos, taxa de participação, taxa de aprovação); perfil socioeconômico e educacional do público; e avaliação da política e proposta de melhorias para a próxima edição.	Previsão na Lei orçamentária anual
2	Fortalecimento da disseminação de informações sobre o exame.	Considerando as especificidades do perfil do público que busca o Encceja, a facilitação do acesso às informações relativas ao exame por meio dos mais variados meios de divulgação pode auxiliar na redução das taxas de abstenção. Além disso, os inscritos podem ser instruídos sobre duas potencialidades do exame: a possibilidade da certificação parcial; e a de o exame corresponder a uma alternativa favorável na	Inep	A partir de 2021, de forma contínua.	Daeb DTDIE Assessoria de Comunicação	Produção de material de divulgação para ser inserido no aplicativo “Encceja Conectado”, no Portal do Inep, nas redes sociais e em propagandas televisivas. Temáticas abordadas: cronograma do exame; acompanhamento da inscrição e do local de prova; tipos de certificação e importância do Encceja no atendimento desse público.	Previsão na Lei orçamentária anual

(Continuando)

		conciliação dos estudos e trabalho.					
3	Elaboração de um calendário estratégico para o exame	Para que o Encceja seja aplicado de forma sistemática, faz-se necessário um cronograma pré-definido e consolidado com as datas das principais etapas do exame, inclusive do processo de produção de itens, para que o público demandante possa se organizar, assim como o próprio Inep, como órgão executor do programa. Com o cronograma definido, será possível fazer a previsão orçamentária para cada etapa, especialmente para a produção de itens.	Inep	A partir de 2021, reuniões mensais no terceiro trimestre	Daeb DTDIE DGP Gabinete da presidência	Realização de três reuniões mensais com a presença dos gestores dos setores indicados para definição do cronograma que balizará o planejamento e a implementação da próxima edição do Encceja. Nessas reuniões poderão ser abordadas as seguintes temáticas: datas das principais etapas do exame e previsão orçamentária para cada uma delas.	Sem custos adicionais.
4	Inclusão de novos critérios para seleção de municípios de aplicação	Considerando que a maioria dos inscritos está fora dos bancos escolares, faz-se necessário o levantamento da população a partir de 15 anos que ainda não concluiu o ensino fundamental ou médio e daqueles sujeitos que abandonaram a escola nos municípios brasileiros no ano de 2020/2021, correspondendo a uma demanda potencial para o Encceja 2022.	Inep	Último trimestre de 2021	DGP	O levantamento dos dados em questão, para se implementar na edição do Encceja 2022, deverá ser realizado a partir dos dados do último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2020/2021 e do último censo escolar realizado pelo Inep em 2020.	Sem custos adicionais.

(Conclusão)

	Solicitação dos quantitativos de jovens e adultos efetivamente certificados mediante os dois tipos de certificação às instituições certificadoras.	O Inep não dispõe dessas informações que são necessárias para avaliação contínua da política.	Sistema certificação	Primeiro semestre de 2021	Daeb DTDIE Instituições Certificadoras	Criação e disponibilização de um módulo no sistema de certificação já utilizado pelas instituições certificadoras para que estas possam informar os quantitativos de participantes certificados via certificação total e via certificação parcial.	Previsão na lei orçamentária anual
5	Manutenção e aprimoramento da capacitação oferecida pelo Inep aos colaboradores do Encceja.	As capacitações realizadas pelos servidores do Inep aos colaboradores do Encceja têm sido positivas na promoção de instrumentos mais adequados pedagogicamente. Por isso, é necessário que sejam mantidas no calendário da Cgec/Daeb e até repensadas buscando o seu aprimoramento.	Plataforma Moodle	A partir de 2021, anualmente, dois meses antes dos eventos de elaboração e de revisão de itens.	Cgec/Daeb DTDIE	Realização de uma capacitação a distância anual por área do conhecimento aos colaboradores do exame em plataforma já disponibilizada para este fim. A capacitação poderá abordar as seguintes temáticas: diretrizes para a elaboração e revisão de itens visando a melhoria do processo; avaliação da última prova aplicada e do desempenho obtidos pelos participantes.	Sem custos adicionais.

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Além das informações presentes no Quadro 17, nas próximas subseções é realizado um detalhamento de cada uma das ações propositivas do referido PAE.

4.1.1 Realização de seminários internos sobre o Encceja

Conhecer e refletir sobre as questões relativas às particularidades do público que se inscreve no Encceja é fundamental para se pensar em melhorias para a política e precisam ser levadas em conta.

A ação propositiva é realizar um seminário interno anual previsto no calendário do Inep e na carga horária dos servidores e com duração de um dia (8h). A ideia é compartilhar o panorama da última edição do exame quanto ao número de inscritos, das taxas de participação e de aprovação nas provas, entre outros aspectos; apresentar e discutir o perfil socioeconômico e educacional dos inscritos no Encceja e acompanhar se houve alterações ao longo dos anos; fazer a avaliação da política, de como as informações sobre o exame estão sendo divulgadas e pensar em propostas de melhorias para a próxima edição. No Quadro 18 está apresentada uma proposta de pauta para esse seminário.

Quadro 18 - Proposta de programação para o seminário interno sobre o Encceja

A Realização do Encceja: Desafios e perspectivas Local do evento: Auditório do Inep Programação	
07:30 - 08:30	Credenciamento
08:30 - 08:45	Abertura (Presidente do Inep)
08:45 - 10:15	Palestra 1: Panorama da última edição do Encceja - servidor(a) da DGP
10:15 - 10:30	Coffee break
10:30 - 12:00	Palestra 2: Painel de monitoramento da certificação via Encceja - servidor(a) da Daeb
12:00 - 12:30	Discussão e perguntas
12:30 - 14:30	Intervalo para almoço
14:30 - 16:00	Palestra 3: Perfil socioeconômico e educacional dos inscritos do Encceja - servidor(a) da Daeb
16:00 - 16:15	Coffee break
16:15 - 17:45	Palestra 4: Disseminação de informações sobre o Encceja - servidor(a) da DTDIE
17:45 - 18:15	Discussão e perguntas
18:15 - 18:30	Considerações Finais (Gestor de uma das diretorias)

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Propõe-se a criação de uma comissão organizadora do evento com a participação de dois integrantes de cada uma das diretorias que trabalham com o Encceja (DGP, Daeb e DTDIE). Essa comissão ficará responsável por agendar o evento escolhendo a melhor data para sua realização, convidar os palestrantes, divulgar o evento no âmbito do Inep, organizar o material do credenciamento e coordenar a equipe de ceremonial na recepção dos inscritos, entrega do material do credenciamento e anúncio dos palestrantes.

É fundamental também prever no orçamento anual do Inep para o ano 2021 os gastos com o material do credenciamento (bloco de anotações, canetas, crachás, pastas), *coffee break* nos turnos matutinho e vespertino e a equipe de ceremonial. O seminário poderá ser realizado no auditório do Inep, que apresenta sistema de som, computadores, projetores de imagens, microfones, não sendo necessária, portanto, a locação desses equipamentos.

Sugere-se que os palestrantes/expositores sejam servidores das diretorias envolvidas com a realização do Encceja por estarem familiarizados com as temáticas e que estes fiquem responsáveis por prepararem os slides das apresentações. A divulgação do evento poderá ser realizada por meio da página intranet do instituto e via e-mail institucional.

Pretende-se realizar o cadastramento prévio dos inscritos na página intranet para mensuração do quantitativo. Por não ser um evento exclusivo aos servidores da Daeb, DTDIE e DGP, servidores de outros setores do Inep também poderão se inscrever. A expectativa é que 150 servidores participem do seminário. Os participantes receberão certificados com carga horária de 08 horas que poderão ser utilizadas no programa de capacitação do órgão.

4.1.2 Elaboração de um calendário estratégico para o exame

Para que o Encceja tenha estabilidade institucional, como exame de certificação nacional de jovens e adultos, é imprescindível um cronograma pré-definido e consolidado com as datas das principais etapas do exame (inscrição, aplicação das provas e divulgação dos resultados) e das subetapas necessárias para que o exame seja realizado com êxito. A partir da definição dessas datas, será possível estipular e disponibilizar recursos suficientes para o alcance dessas etapas. O item (ou questão) é o insumo pedagógico mais importante para a estabilidade do

exame, pois se há poucos itens disponíveis para a montagem do instrumento, sua aplicação fica comprometida. Considerando as quatro modalidades do Encceja com oito provas objetivas com 30 questões, para cada ciclo de montagem são necessários 960 itens. Por isso, é necessário investir expressivamente na produção contínua de itens.

Esse cronograma deverá levar em consideração os calendários das demais avaliações e exames realizados pelo Inep para que não haja sobreposição de ações. A elaboração do cronograma poderá ocorrer mediante a realização de reuniões mensais preparatórias para a próxima edição do exame com os gestores das diretorias envolvidas. Esses encontros permitirão o alinhamento necessário para que todas as etapas do programa sejam realizadas com êxito.

Essas reuniões deverão ser agendadas pelo Gabinete da presidência do Inep com a seguinte pauta: definição e validação do cronograma do exame, previsão de recursos para todas as etapas, críticas e sugestões relativos à logística de aplicação das provas.

Propõe-se que as inscrições para o Encceja Nacional sejam realizadas no mês de abril; a aplicação das provas no mês de agosto; e a divulgação dos resultados no mês de novembro de cada ano. Dessa forma, os participantes que foram aprovados e certificados no ensino médio com os resultados do Encceja poderão se inscrever no Enem do ano seguinte para tentar uma vaga no ensino superior. Já os participantes que não conseguiram a aprovação em todas as áreas poderão dar prosseguimento aos seus estudos nas escolas que oferecem cursos presenciais ou a distância de EJA ou aguardar a próxima edição do Encceja.

4.1.3 Fortalecimento da disseminação de informações sobre o Encceja

Como destacado anteriormente, o Encceja Nacional Regular apresenta uma alta taxa de abstenção. A presente ação propositiva tem a intenção de promover o fortalecimento da disseminação de informações sobre o exame, que pode incidir na diminuição dessa taxa. Esse fortalecimento deverá ocorrer mediante o investimento na divulgação do exame em diversos meios, desde a propaganda televisiva em rede nacional, perpassando as redes sociais e um aplicativo voltado para o Encceja. Essa é uma das ações propositivas que exigirá uma disponibilização expressiva de

recursos e uma das mais difíceis de se prever os custos. Por isso é necessário estar prevista na lei orçamentária anual de 2021.

Na intenção de facilitar o acesso à informação, profissionais da DTDIE estão desenvolvendo o aplicativo “Encceja Conectado”, de fácil manuseio, considerando o público em questão, por meio do qual será possível acompanhar o cronograma do exame, a inscrição, verificar o local de provas, consultar os resultados obtidos nas provas e tirar dúvidas (BRASIL, 2020c). De acordo com a PNADc TIC 2018, 79,3% das pessoas com 10 anos ou mais têm telefone celular; e o grupo etário em que a posse de celular é mais frequente é o de 30 a 34 anos, correspondendo a 90,3% (PNAD..., 2020). Sabendo que os celulares fazem parte do cotidiano de muitos inscritos no Encceja, a criação de um aplicativo certamente estreitará a comunicação do Inep com esse público, possibilitando uma orientação mais adequada aos inscritos. Como a maior parte deles trabalha, o aplicativo trará mobilidade e uma maior flexibilidade, pois o inscrito poderá acessar informações sobre o exame de qualquer lugar e a qualquer momento, o que outras estratégias de divulgação não alcançam.

Sabendo que o público do Encceja majoritariamente trabalha, está fora do contexto escolar e não tem sido contemplado por nenhuma outra política pública educacional, faz-se necessário enfatizar a importância do Encceja no atendimento desse público. Como existe a flexibilidade no Encceja de aproveitamento de resultados anteriores e de futuras edições do exame, faz-se necessário reforçar esse recurso oferecido aos interessados.

A proposição consiste, portanto, na produção de material sobre esses assuntos mais específicos do exame, para serem inseridos pela Assessoria de Comunicação no portal do Inep e nas redes sociais, pela DTDIE, no aplicativo Encceja Conectado, ou contratação de atores para as propagandas televisivas a fim de orientar e instruir os inscritos quanto a essas potencialidades do exame.

A Cgec/Daeb poderá coordenar uma equipe específica responsável por produzir o material para os meios de comunicação para não sobrecarregar a equipe pedagógica. É importante lembrar que o material a ser encaminhado para cada meio deva ter um tipo de linguagem específica e demandará, portanto, uma equipe capacitada e multidisciplinar para a produção desse conteúdo. O Inep poderá contratar ou instituir uma equipe de servidores que possuam esse tipo de

experiência. A atuação dessa equipe será permanente, com momentos com mais demandas, pois a disseminação de informações é um processo contínuo.

No Quadro 19, são apresentadas algumas estratégias de divulgação que podem ser utilizadas para atingir o público do exame:

Quadro 19 - Estratégias de divulgação para o exame

Meio de divulgação	Estratégia de divulgação
TV aberta	Vídeos com respostas às dúvidas dos participantes, vídeos com o passo-a-passo de alguns procedimentos como inscrição, solicitação do certificado ou declaração.
Aplicativo “Encceja Conectado”	Criação de interfaces, ícones chamativos, lembretes/notificações para datas importantes do exame.
Portal do Inep	Ícones sobre o Encceja na página inicial para deixar o menu mais acessível ao público, notícias relacionadas ao exame, perguntas frequentes.
Redes Sociais do Inep (Instagram, Facebook e Twitter)	Respostas às dúvidas dos participantes, criação de hashtags para dar visibilidade a certos assuntos, posts e vídeos curtos para orientar os inscritos.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Além da divulgação do cronograma do exame, procedimentos de inscrição, acompanhamento da inscrição e visualização dos resultados, essa equipe também produzirá conteúdos relacionados à importância do exame no cenário educacional, diferenças entre os tipos de certificação (total e parcial) e documentos certificadores (certificado e declaração parcial de proficiência).

4.1.4. Inclusão de novos critérios de seleção de municípios de aplicação

Como visto anteriormente, o Inep adota cinco critérios técnicos para seleção de municípios de aplicação. Os critérios atuais contemplam o número de matrículas no ensino fundamental (ensino regular e EJA), o número de matrículas no ensino médio (ensino regular e EJA), o quantitativo de inscritos residentes por município e a taxa de abstenção nos municípios considerados na edição anterior do exame, além de fatores subjetivos alheios a esses critérios.

Sabendo que o público do Encceja é constituído majoritariamente por pessoas que estão fora da escola, entende-se que esses critérios não conseguem corresponder, de forma fiel, a esse público e propõe-se a inclusão de dois novos critérios para a seleção de municípios e identificação de pessoas possivelmente

interessadas em realizar a próxima edição do exame. O primeiro critério seria o levantamento do quantitativo de pessoas a partir de 15 anos que ainda não concluíram a educação básica e se encontram fora do contexto escolar por município; e o segundo critério seria o levantamento do quantitativo de estudantes a partir de 15 anos que abandonaram ou reprovaram na escola no ano de 2020 por município.

Esses levantamentos deverão ser realizados pela DGP, diretoria responsável pelas questões logísticas do exame, ao realizar a revisão desses critérios para a próxima edição do Encceja: o primeiro a partir das bases de dados do último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (previsto para 2021²⁴) onde constam informações do nível de instrução por faixa etária da população por município; e o segundo a partir das taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono) do último censo escolar do Inep (2020) para acompanhar a movimentação desse público nos municípios.

A ideia é executar um cruzamento de dados entre a lista de municípios de aplicação da edição anterior e daqueles que não constavam dessa lista e apresentaram um número significativo de inscritos com os municípios que tenham os maiores registros de pessoas com idade a partir de 15 anos, que não concluíram o ensino fundamental ou ensino médio, para verificar se há correspondência ou não das informações.

A proposição busca ampliar e/ou adequar, principalmente, o número de municípios de aplicação nos estados das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste por possuírem taxas significativas de pessoas que ainda não concluíram o ensino fundamental ou ensino médio, de acordo com a PNADc 2018, correspondendo a uma parcela potencial de inscritos no Encceja Nacional Regular.

Após produzir esse levantamento dos municípios a partir do atendimento dos sete critérios elencados, a DGP poderá realizar quatro ações: manutenção, exclusão, inclusão ou substituição de municípios. Em seguida, uma lista consolidada com as opções dos municípios de aplicação deverá ser encaminhada à DTDIE, diretoria responsável pela manutenção dos sistemas de informação, para que seja disponibilizada no sistema de inscrição para que jovens e adultos possam selecionar

²⁴ “Em função das orientações do Ministério da Saúde relacionadas ao quadro de emergência de saúde pública causado pela Covid-19, o IBGE adiará a realização do Censo Demográfico para 2021” (CENSO..., 2020, recurso online).

o município onde desejam as provas da próxima edição do Encceja. Essa lista também configurará como um dos anexos do edital que será publicado e regulamentará a realização das provas.

4.1.5 Monitoramento dos quantitativos de participantes certificados

Como explicado anteriormente, o Inep não dispõe de informações sobre os quantitativos de participantes efetivamente certificados nos estados, principalmente daqueles que conseguiram a certificação parcial. Essa informação é importante para se avaliar o processo de certificação dos participantes.

O Inep consegue apenas prever a quantidade de participantes habilitados para a certificação total e parcial em uma mesma edição do exame. Quem, em princípio, faz o controle da emissão de certificados e declarações parciais de proficiência são as instituições certificadoras. O Inep disponibiliza planilhas com os dados cadastrais e resultados de desempenho dos participantes às unidades certificadoras por meio de um sistema eletrônico.

Para o monitoramento dos participantes que receberam o certificado a partir do aproveitamento de resultados de mais de uma edição do Encceja, via certificação parcial, a Daeb deverá solicitar à DTDIE a criação de um módulo/interface no sistema já utilizado pelas instituições certificadoras onde estas deverão informar esses quantitativos. Ressalta-se que, para o desenvolvimento desta ação, é necessária previsão orçamentária para 2021.

Um comunicado oficial deverá ser enviado às instituições certificadoras apresentando o novo recurso do sistema, de preenchimento obrigatório, e um tutorial para auxiliar no acesso. A intenção é lançar essa funcionalidade no segundo trimestre de 2021 com o primeiro preenchimento dessas informações por parte das instituições certificadoras no prazo de 30 dias corridos, a partir da data de lançamento. As Secretarias Estaduais de Educação e os institutos federais de educação deverão informar em campo próprio no sistema os quantitativos de declarações parciais de proficiência e certificados emitidos com utilização dos resultados das três últimas edições (2017, 2018 e 2019). Essa atividade fará parte da rotina das instituições certificadoras e deverá ser realizada regularmente no início do segundo semestre de cada ano.

Propõe-se a sistematização e o tratamento adequado desses dados para que eles sejam compartilhados com os profissionais do Inep envolvidos com o Encceja nos seminários internos, que deverão ser realizados anualmente. A ideia é apresentar um painel de monitoramento das certificações via Encceja em âmbito nacional e estadual para se avaliar o impacto da política de certificação do Encceja na elevação da escolaridade média da população, especialmente dos grupos específicos previstos na meta 08 do PNE.

4.1.6 Capacitação a distância dos colaboradores do Encceja

As capacitações dos colaboradores que participam das oficinas de elaboração e de revisão de itens para o Encceja já são realizadas regularmente pela Cgec/Daeb, o que tem refletido na produção de um instrumento mais adequado pedagogicamente ao público demandante. A ideia é mantê-las no cronograma da coordenação e buscar o aperfeiçoamento permanente do processo.

Essas capacitações podem ser presenciais ou realizadas remotamente via plataforma Moodle. No caso de serem presenciais, elas demandam mais recursos financeiros e dedicação por parte da equipe pedagógica. Esse tipo de capacitação envolve custos com deslocamentos (passagens aéreas e terrestres), hospedagem e alimentação dos colaboradores.

Já a capacitação a distância, com atividades assíncronas, possibilita uma maior flexibilidade na organização do tempo para a leitura do material e realização das atividades do curso, tanto para os cursistas quanto para os servidores da Cgec que atuarão no curso. Nesse caso, a capacitação a distância é mais exequível em termos financeiros e de recursos humanos, já que as equipes pedagógicas da Cgec, como relatado anteriormente, também participam de processos relacionados ao Enem.

A proposição da ação é a de realizar capacitação a distância anual dos colaboradores do Encceja organizada por área do conhecimento em plataforma já disponibilizada para este fim. Propõe-se a elaboração de três módulos para a capacitação: i) diretrizes para a elaboração e revisão de itens visando a melhoria do processo, ii) apresentação das especificidades do público do Encceja e iii) adequação pedagógica do instrumento a partir da análise de questões aplicadas e desempenhos obtidos pelos participantes.

Os servidores da Cgec/Daeb deverão ser os responsáveis por produzir o conteúdo dos módulos conforme a área do conhecimento avaliada no Encceja e serão mediadores nos fóruns de discussão. Os servidores da DTDIE deverão fazer o suporte técnico para inserção desse conteúdo na plataforma e acompanharão o seu funcionamento, resolvendo qualquer problema de ordem técnica relacionado ao sistema.

O curso deverá ser obrigatório para os colaboradores e pré-requisito para participação destes em futuras oficinas de elaboração e revisão de itens para o Encceja. A capacitação terá duração de 10 dias e será necessário que o cursista se dedique 2 horas diárias para o curso, totalizando uma carga horária final de 20 horas. Os participantes receberão certificados.

Neste capítulo, foram apresentadas ações propositivas para a gestão do Inep com vistas a uma maior integração e alinhamento entre os servidores do instituto envolvidos na realização do exame, à capacitação contínua de colaboradores, ao monitoramento do processo de certificação e ao fortalecimento da disseminação de informações sobre o exame. Propostas que pretendem ampliar as possibilidades para o exame.

No último capítulo, são tecidas as considerações finais da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente caso de gestão buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais os desafios e as potencialidades da atual configuração do Encceja como estratégia de certificação de conclusão dos ensinos fundamental e médio no território nacional?

Para tanto, o segundo capítulo buscou descrever a política de certificação do Encceja, sua inserção nas políticas de EJA, seu histórico e mudanças significativas, sua sistemática atual de realização considerando aspectos logísticos, pedagógicos e o processo de certificação. Foi possível perceber que a política do Encceja, desde a sua concepção, foi marcada pela falta de regularidade das aplicações, altas taxas de abstenção, ausência de um cronograma pré-definido, apresentando-se como um programa pouco consolidado dentro do Inep. Todavia, mesmo com todo esse cenário de incertezas, o programa foi assumindo importância nos últimos anos angariando inscritos e adesões por parte das instituições certificadoras e se destacando no campo das políticas públicas educacionais voltadas para a EJA.

No capítulo 3, buscou-se analisar a sistemática atual de realização do Encceja, do perfil dos participantes e do processo de certificação, a fim de se detectar desafios e potencialidades do instrumento. Inicialmente, refletiu-se sobre a natureza das políticas públicas de EJA a luz do referencial teórico utilizado. Na seção seguinte, foi apresentada a proposta metodológica e como a pesquisa documental nortearia a análise dos aspectos atuais do Encceja. A pesquisa documental foi organizada em quatro eixos analíticos. No primeiro eixo, confirmou-se o perfil do público esperado no Encceja –jovens e adultos trabalhadores de baixa renda e que estão fora do ambiente escolar –, e que o exame é um caminho conciliador entre estudos e trabalho.

No segundo eixo, destacou-se a fragilidade da institucionalização da política no âmbito do MEC/Inep, a posição secundária do Encceja em relação a outros programas dentro do Inep e a necessidade de incluir novos critérios para seleção de municípios de aplicação para ampliar o público potencial para o exame. No terceiro eixo, a análise das taxas de aprovação dos participantes permitiu avaliar o potencial de certificação do instrumento e reconheceu-se o mecanismo de certificação parcial como uma das potencialidades do exame. Os resultados da pesquisa revelaram que a maior parte das pessoas que buscam o Encceja abandonou a escola em uma

série próxima à conclusão de uma das etapas de ensino da educação básica. Então, para esse público demandante, o exame, em seu formato atual, tem se configurado como uma opção pedagógica adequada o que foi evidenciado no último eixo.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que os desafios detectados são de ordem estrutural, muitos deles enraizados na política desde a sua concepção, destacando-se a ausência de um cronograma institucionalizado para o exame, o baixo investimento na produção de itens e a necessidade de se reduzir os índices de abstenção nas provas. Já as potencialidades identificadas estão mais relacionadas à natureza da política, sobressaindo-se a possibilidade da certificação parcial ao participante e de o exame corresponder a uma proposta pedagógica mais adequada ao público demandante.

A identificação desses desafios e potencialidades possibilitou a elaboração de um PAE para a gestão do Inep com seis ações propositivas: realização de seminários internos sobre o Encceja; elaboração de um cronograma estratégico para o exame; fortalecimento da disseminação de informações sobre o exame; monitoramento dos quantitativos de participantes certificados; inclusão de novos critérios de seleção de municípios de aplicação; e capacitação a distância dos colaboradores do Encceja.

Apesar de todas as críticas aos exames de EJA, quanto ao fato de serem estratégias aligeiradas do processo educacional e das práticas pedagógicas, percebe-se também que os cursos presenciais de EJA não têm conseguido corresponder às expectativas desse público. O que mais ficou evidente com a pesquisa é que os jovens e adultos trabalhadores que buscam realizar o Encceja, e que estão fora do ambiente escolar há algum tempo, não estão sendo contemplados por nenhuma outra política pública voltada para EJA, o que amplia enormemente a importância do exame para esse público. Exames de certificação, como o Encceja, correspondem a um caminho alternativo para aqueles que buscam validar/comprovar os conhecimentos adquiridos tanto em ambientes escolares quanto extraescolares.

Entende-se, para o público da EJA, que é tão heterogêneo, a necessidade de coexistirem propostas de escolarização que apresentem equivalência quanto à conclusão da escolaridade básica. Portanto, há duas possibilidades para esse público concluir a escolaridade básica, conforme está previsto na LDB: cursos e

exames. Isso possibilita que essa população possa escolher aquela proposta que for mais adequada à sua realidade.

O estabelecimento das categorias de análise para a pesquisa documental foi um grande desafio para a pesquisadora, principalmente na identificação de quais documentos poderiam subsidiar a análise da logística de aplicação do exame. Outro momento desafiador foi pensar em propostas exequíveis para o PAE, que pudessem ser realizadas pela gestão do Inep e prever prazos para a realização delas, em razão da situação de grande complexidade que toda a sociedade está enfrentando, a pandemia de Covid-19, e que precisa ser superada com a ajuda dos diferentes setores de pesquisa e de forma sistêmica.

Um dos tópicos abordados de maneira geral na pesquisa foi a constituição das matrizes de referência e da estrutura dos itens do Encceja. Optou-se por fazer uma análise específica apenas da área de conhecimento que a pesquisadora apresenta proximidade e familiaridade em razão da sua formação acadêmica e da equipe pedagógica em que atua. Um indicativo para pesquisas futuras pode ser a análise das demais áreas do conhecimento avaliadas no Encceja. Pode-se pensar também na análise da adequação pedagógica do instrumento à BNCC a partir da correlação das competências e habilidades das matrizes do Encceja e a dos objetivos de aprendizagem da BNCC, a fim de verificar se há um alinhamento entre as propostas.

O Encceja carece de continuidade, uma vez que as políticas educacionais existentes para EJA não têm sido suficientes para atender o contingente de jovens e adultos que está fora do contexto escolar e que ainda não terminou sua escolaridade básica. Espera-se, portanto, que as ações propositivas apresentadas no PAE desta pesquisa possam servir de diretrizes à gestão do Inep para que, de alguma forma, o Encceja converta-se em um programa permanente do Inep para a EJA e receba a visibilidade e atenção necessárias. Que essas ações propiciem também reflexões sobre o exame e seus caminhos, subsidiando o Inep no aprimoramento desse instrumento no sentido de ampliar suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de. EJA: uma educação para o trabalho ou para a classe trabalhadora? **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 4, n. 8, p. 129-147, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/3095>. Acesso em: 06 nov. 2019.

ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? **REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos**, Belo Horizonte, v. 1, n. 0, p. 5-19, ago. 2007. Disponível em: <http://nedeja.uff.br/wp-content/uploads/sites/223/2020/05/Balano-da-EJA-MiguelArroyo.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 20 dez. 1996a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, na forma prevista no art. 60, par. 7º, do ato das disposições constitucionais transitórias, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 250, p. 28442, 26 dez. 1996b. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/12/1996&jornal=1&pagina=30&totalArquivos=241>. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB/CNE nº 11/2000**. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Relator conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica, 10 maio 2000a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 1/2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Brasília: Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica, 05 jul. 2000b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ministério da Avaliação cria avaliação para jovens e adultos**. Brasília, DF: Inep: 11 jul. 2002a. Disponível em: http://bve.cibec.inep.gov.br/artigo-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/ministerio-da-educacao-cria-avaliacao-para-jovens-e-adultos/21206. Acesso em: 12 maio 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Documento Básico Encceja**. Brasília, DF: Inep, 2002b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/Encceja+-+Exame+Nacional+de+Certifica%C3%A7%C3%A3o+de+Compet%C3%A3cias+de+Jovens+e+Adultos+documento+b%C3%A1sico/ff4776d4-0904-43fe-9422-fbc6aeda3b67?version=1.1>. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.270, de 14 de agosto de 2002. Institui o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 157, p. 12, 15 ago. 2002c. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=12&data=15/08/2002>. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 111, de 04 de dezembro de 2002. Regulamenta a realização do Encceja 2003. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 236, p. 16, 06 dez. 2002d. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=06/12/2002&jornal=1&pagina=16&totalArquivos=88>. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Portaria nº 2.134, de 7 de agosto de 2003. Dispõe sobre a realização de estudos sobre o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 152, p. 34, 08 ago. 2003a. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=34&data=08/08/2003>. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. **Documento Básico**: Livro Introdutório: Ensino Fundamental e Médio. Brasília, DF: MEC: Inep, 2003b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/material_estudo/livro_introdutorio/introdutorio_completo.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Ciências**: Ciências da Natureza e suas Tecnologias: Livro do Professor: Ensino Fundamental e Médio. Brasília, DF: MEC: Inep, 2003c. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/material_estudo/livro_professor/ciencias_fund.pdf. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 3.415, de 21 de outubro de 2004. Institui o Exame Nacional de Avaliação na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 204, p. 16, 21 out. 2004. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=16&data=22/10/2004>. Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. Portaria nº 44, de 10 de março de 2005. Regulamenta a realização do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja - para o ano de 2005. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 48, p. 9, 11 mar. 2005. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=9&data=1> 1/03/2005. Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, n. 118, p. 7, 21 jun. 2007a. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=21/06/2007&jornal=1&pagina=7&totalArquivos=192>. Acesso em: 14 fev. 2020

BRASIL. Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, n. 219, p. 18, 21 jun. 2007b. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/11/2007&jornal=1&pagina=18&totalArquivos=432>. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 147, de 04 de setembro de 2008. Regulamenta o art. 3.º da Portaria Ministerial nº 3.415/2004, no que tange à fundamentação teórico-metodológica do Encceja. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, n. 174, p. 19, 09 set. 2008a. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/exterior/2008/portaria_n147_04_08.pdf. Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 100, de 4 de julho de 2008. Estabelece a sistemática de realização do Encceja 2008 no Brasil. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, n. 128, p. 44, 07 jul. 2008b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/2008/portaria.pdf. Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, n. 113, p. 66, 16 de jun. 2010a. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=66&data=16/06/2010>. Acesso: 18 out. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota técnica nº 000013/2010:** Separação dos exames Encceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) Ensino Médio/Brasil e

Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Brasília, DF: Inep, 2010b. (acesso restrito).

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Edital nº 02, de 10 de setembro de 2010. Dispõe sobre as diretrizes, procedimentos e prazos da edição 2010 do Encceja. **Diário Oficial da União:** Seção 3, Brasília, DF, n. 175, p. 42, 16 de jun. 2010c. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/2010/edital_n2_10092010.pdf. Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Teoria de resposta ao item avalia habilidade e minimiza o “chute” de candidatos.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 22 dez. 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/389-ensino-medio-2092297298/17319-teoria-de-resposta-ao-item-avalia-habilidade-e-minimiza-o-chute>. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Edital nº 01, de 11 de janeiro de 2013. Dispõe sobre as diretrizes, procedimentos e prazos da edição 2013 do Encceja. **Diário Oficial da União:** Seção 3, Brasília, DF, n. 9, p. 53, 14 jan. 2013. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/nacional/2013/edital_encceja_nacional_2013.pdf. Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Ed. Extra, Brasília, DF, n. 120-A, p. 1, 26 jun. 2014a. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 11 mar. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Edital nº 04, de 28 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre as diretrizes, procedimentos e prazos da edição 2014 do Encceja. **Diário Oficial da União:** Seção 3, Brasília, DF, n. 43, p. 46, 05 mar. 2014b. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/nacional/2014/edital_n4_28022014_encceja_nacional.pdf. Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do ENCCEJA 2014.** Brasília, DF: Inep, 2014c. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/microdados/encceja/microdados_encceja_2014.zip. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Parecer Técnico GAB/DAEB/INEP nº 000007/2015.** Analisa o impacto da não realização do Encceja no Brasil e no Exterior e propõe reformulação de procedimento para realização da edição 2015 do Exame. Brasília, DF: Inep, 13 fev. 2015a. (acesso restrito).

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório Pedagógico:** Enem 2011-2012. Brasília, DF: Inep, 2015b. Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/Relat%C3%BCrio+Pedag%C3%BCo>

B3gico+Enem+2011-2012/b29257e3-2a6c-44a3-992a-02130c379ba9?version=1.2.
Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do Enem 2016**. Brasília, DF: Inep, 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/microdados/microdados_enem2016.zip. Acesso em: 06 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Edital nº 43, de 24 de julho de 2017. Dispõe sobre as diretrizes, procedimentos e prazos da edição 2017 do Encceja. **Diário Oficial da União**: Seção 3, Brasília, DF, n. 141, p. 43, 25 jul. 2017a. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/nacional/2017/edital_n43_de_24072017_encceja_nacional_2017.pdf. Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 986, de 21 de dezembro de 2017. Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 245, p. 49, 22 dez. 2017b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/inep/regimento_interno/portaria_n986_de_21-12-2017.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Balanço Aplicação Encceja 2017**. Brasília, DF: Inep, 2017c. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/encceja/2017/balanco_aplicacao_encceja_2017.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do ENCCEJA 2017**. Brasília, DF: Inep, 2017d. Disponível em: http://download.inep.gov.br/microdados/encceja/microdados_encceja_2017.zip. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística do Encceja 2017**. Brasília, DF: Inep, 2017e. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_encceja/Sinopse_ENCCEJA_2017.zip. Acesso em: 01 ago. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Edital nº 13, de 7 de abril de 2017. Dispõe sobre as diretrizes, procedimentos e prazos da edição 2017 do Enem. **Diário Oficial da União**: Seção 3, Brasília, DF, n. 69, p. 47, 10 abr. 2017f. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2017/edital_enem_2017.pdf. Acesso: 09 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 447, de 24 de maio de 2017. Estabelece diretrizes para o planejamento e a operacionalização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2017. **Diário Oficial da União**: Seção 1,

Brasília, DF, n. 99, p. 21, 25 maio 2017g. Disponível em:
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=21&data=25/05/2017>. Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Encceja tem data alterada e será aplicado em novembro**. Brasília, DF: Inep, 2017h. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/encceja-tem-data-alterada-e-sera-aplicado-em-novembro/21206. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Press Kit Digital Encceja 2017**. Brasília, DF: Inep, 2017i. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2017/press%20kit%20encceja_final.pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Press Kit Digital Enem 2017**. Brasília, DF: Inep, 2017j. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2017/press_kit_projet_o_final.pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. Portaria nº 468, de 3 de abril de 2017. Dispõe sobre a realização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 65, p. 40, 04 abr. 2017k. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=40&data=04/04/2017>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **A Base Nacional Comum Curricular**: Introdução. [2017?]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>. Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística do Encceja 2018**. Brasília, DF: Inep, 2018a. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_encceja/Sinopse_ENCCEJA_2018.zip. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação - 2018**. Brasília, DF: Inep, 2018b. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/publicacoes/item/download/15_43f943e1c8b9aa756af3875d8561a10. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018. Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 125, p. 1, 2 jul. 2018c. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=02/07/2018&totalArquivos=212>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Edital nº 15, de 13 de março de 2018. Dispõe sobre as diretrizes, procedimentos e prazos da edição 2018 do Encceja. **Diário Oficial da União**: Seção 3, Brasília, DF,

n. 50, p. 60, 14 mar. 2018d. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/nacional/2018/edital_n15_de_13032018_encceja_nacional_2018.pdf. Acesso em: 06 abr. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Balanço Digital Encceja 2018**. Brasília, DF: Inep, 2018e. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/documentos/2018/BALANCO_DIGITAL_ENCCEJA_2018.pdf. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados do ENCCEJA 2018**. Brasília, DF: Inep, 2018f. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/microdados/encceja/microdados_encceja_2018.zip. Acesso em: 01 nov. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Guia de Certificação ENCCEJA**. Brasília, DF: Inep, 2018g. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/documentos/2019/Guia_de_Certificacao_Encceja.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota técnica nº 13/2018/CGGM/DGP**. Estabelece os critérios para seleção dos municípios de aplicação para o Encceja Nacional 2018. Brasília, DF: Inep, 23 fev. 2018h. (acesso restrito).

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matrizes e Escalas - Saeb**. [2019a]. Disponível em:
<http://provabrasil.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb/matrizes-e-escalas>. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **O que é o Encceja?** [2019b]. Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/encceja>. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas do Enem 2009 a 2016**. [2019c]. Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-do-enem>. Acesso em: 08 out. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matrizes de Referência - Encceja**. [2019d]. Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/encceja/outros-documentos>. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Inep divulga taxas de rendimento escolar; números mostram tendência histórica de melhora**. Brasília, DF: Inep, 10 maio 2019e. Disponível em:
http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-taxas-de-rendimento-escolar-numeros-mostram-tendencia-historica-de-melhora/21206. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Saiba como é o processo de elaboração das provas do Enem.** Brasília, DF: Inep, 4 nov. 2019f. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/saiba-como-e-o-processo-de-elaboracao-das-provas-e-questoes-do-enem/21206. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Aperfeiçoamento de recursos de acessibilidade em exames e avaliações é tema de videoconferência.** Brasília, DF: Inep, 02 abr. 2020a. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/aperfeicoamento-de-recursos-de-acessibilidade-em-exames-e-avaliacoes-sao-tema-de-videoconferencia/21206. Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 458, de 5 de maio de 2020. Institui normas complementares necessárias ao cumprimento da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, n. 85, p. 57, 06 maio 2020b. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-458-de-5-de-maio-de-2020-255378342>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **2020 será de inovações tecnológicas nos exames e avaliações do Inep.** Brasília, DF: Inep, 02 jan. 2020c. Disponível em: http://inep.gov.br/artigo2/-/asset_publisher/GngVoM7TApe5/content/2020-sera-de-inovacoes-tecnologicas-nos-exames-e-avaliacoes-do-inep/21206?inheritRedirect=false. Acesso em: 05 jun. 2020.

CATELLI JUNIOR., Roberto *et al.* O Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja: seus impactos nas políticas de EJA e nas trajetórias educacionais de jovens e adultos. In: CATELLI JUNIOR, Roberto; HADDAD, Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão (org.). **Educação de Jovens e Adultos:** insumos, processos e resultados. São Paulo: Ação Educativa, 2014. p. 35-579. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2014/10/relatorio_final_INEP_EJA.pdf. Acesso: 13 out. 2019.

CATELLI JUNIOR, Roberto; GISI, Bruna; SERRAO, Luis Felipe Soares. Encceja: cenário de disputas na EJA. **Rev. bras. Estud. Pedagog. (online)**, Brasília, DF, v. 94, n. 238, p. 721-744, set./dez. 2013. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/356/347>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CATELLI JUNIOR, Roberto; SERRAO, Luis Felipe. O Encceja no cenário das políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: CATELLI JUNIOR, Roberto; HADDAD, Sergio; RIBEIRO, Vera Masagão (org.). **A EJA em xeque:** desafios das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI. São Paulo: Global, 2014. p. 77-158.

CENSO é adiado para 2021; coleta presencial de pesquisas é suspensa. **Agência IBGE Notícias**, [s.l.], Editoria Series Especiais, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27160-censo-e-adiado-para-2021-coleta-presencial-de-pesquisas-e-suspensa>. Acesso em: 01 jun. 2020.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 78-100, 2012. Disponível em: <http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/24/22>. Acesso em: 30 jun. 2020.

DI PIERRO, Maria Clara; HADDAD, Sergio. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

DI PIERRO, Maria Clara; HADDAD, Sérgio. Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio-ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n96/1678-7110-ccedes-35-96-00197.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

FAJARDO, Vanessa; MOREIRA, Artilhes. Encceja vai ter questões já usadas em edições antigas por falta de recurso. **Portal G1**, [s.l.], 20 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/encceja-vai-ter-questoes-ja-usadas-em-edicoes-antigas-por-falta-de-recursos.ghtml>. Acesso em 19 abr. 2020.

FERREIRA, Valdivina Alves; RODRIGUES, Marcilene Ferreira. Educação de Jovens e Adultos e a avaliação de competência para certificação. **Série-estudos**, Campo Grande, v. 21, n. 41, p. 172-183, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/950>. Acesso em: 29 ago. 2019.

FRIEDRICH, Márcia et al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a11v1867.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

GATTO, Carmen Isabel. **O processo de definição das diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos**: participação democrática das agências do campo recontextualizador oficial. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16924>. Acesso em: 29 maio 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2020.

GOIS, Antônio. MEC Suspende “provão dos supletivos”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Cotidiano, p. C4, 8 set. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0809200311.htm>. Acesso em: 08 mar. 2020.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. Políticas e financiamento na EJA: as mudanças na política de financiamento da educação e possíveis efeitos na EJA. **EccoS - Revista Científica**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 379-395, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=1064>. Acesso em: 12 out. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Educação 2018: PNAD Contínua. [2019]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf. Acesso: 02 out. 2019

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral**: Tabela 5919: População por nível de instrução. 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5919#notas-tabela>. Acesso em: 02 out. 2019.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; WAHRENDORFF, Ricardo. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae, 2008.

MARIZ, Renata. **Encceja Nacional fica fora do calendário pelo segundo ano consecutivo**. 25 ago. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/encceja-nacional-fica-fora-do-calendario-pelo-segundo-ano-consecutivo-19989925>. Acesso em: 29 set. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, n. 12, dez. 1999. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE12/RBDE12_06_MARTA_K_OHL_DE_OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 03 mar. 2020.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA. **Educar em Revista**, v. 29, p. 83-100, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n29/07.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2019.

PNAD Contínua TIC 2018: Internet chega a 79,1% dos domicílios do país. **Agência IBGE Notícias**, [s.l.], Editoria Estatísticas Sociais, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais>. Acesso em: 01 jun. 2020.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES; UAB, 2014.

RUMMERT, Sonia Maria. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. **Sísifo - Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n. 2, p. 35-49, jan./abr. 2007. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/sisifo0203_rummert.pdf. Acesso em: 24 out. 2019.

SANTANA, Andréia da Cunha Malheiros. A constituição do Estado Avaliativo e o aumento das avaliações externas: propagando um ensino desigual para todos. In: ROTHEN, João Carlos; SANTANA, Andréia da Cunha Malheiros (org.). **Avaliação da educação: referências para uma primeira conversa.** 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2018. p. 37-50.

SAVIANI, Dermeval. Política Educacional Brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/108/96>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SELEME, Robson; STADLER, Humberto. **Controle da qualidade:** as ferramentas essenciais. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2010.

SERRAO, Luis Felipe Soares. **Exames para certificação de escolaridade:** os casos do Encceja e do Enem. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01122014-103636/en.php>. Acesso em: 19 maio 2019.

ANEXO A - Matriz de Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Encceja - Ensino Médio

CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS – ENSINO MÉDIO

(Continua)

EIXOS COGNITIVOS COMPETÊNCIAS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	I - Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.	II - Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.	III - Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas para tomar decisões e enfrentar situações-problema.	IV – Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas para construir argumentação consistente.	V - Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.
M1 Compreender as ciências naturais e as tecnologias a elas associadas como construções humanas, percebendo seus papéis nos processos de produção e no desenvolvimento econômico e social da humanidade.	_____	H1 - Identificar características de ondas sonoras ou de ondas eletromagnéticas, relacionando-as a seus usos nos mais diferentes contextos.	H2 - Associar a solução de problemas de comunicação, transporte, saúde, ou outro, com o correspondente desenvolvimento científico e tecnológico.	H3 - Confrontar diferentes interpretações de senso comum e científicas sobre práticas sociais (formas de produção e hábitos pessoais), reconhecendo a evolução da linguagem científica ao longo do tempo e em diferentes culturas.	H4 - Analisar propostas de intervenção nos ambientes considerando a qualidade de vida humana ou medidas de conservação, recuperação e utilização sustentável da biodiversidade.
M2 Identificar a presença e aplicar as tecnologias associadas às ciências naturais em diferentes contextos relevantes para sua vida pessoal.	_____	H5 - Dimensionar circuitos elétricos domésticos ou em outros ambientes, considerando informações dadas sobre corrente, tensão, resistência e potência.	H6 - Relacionar informações para compreender manuais de instalação ou utilização de aparelhos ou sistemas tecnológicos de uso comum..	H7 - Selecionar testes de controle, outros parâmetros ou critérios para a comparação de materiais e produtos, tendo em vista a defesa do consumidor, saúde do trabalhador e a qualidade de vida.	_____
M4 Associar alterações ambientais a processos produtivos e sociais, e instrumentos ou ações científico-tecnológicos a degradação e preservação do ambiente.	H8 - Identificar etapas nos processos de obtenção, utilização ou reciclagem de recursos naturais e matérias-primas	H9 - Compreender a importância da água para a vida em diferentes ambientes em termos de suas propriedades químicas, físicas e biológicas, identificando fatos que causam perturbações em seu ciclo.	H10 - Analisar perturbações ambientais, identificando fontes, transporte e/ou destinos dos poluentes ou prevendo efeitos nos sistemas naturais, produtivos e sociais.	H11 - Reconhecer aspectos éticos, vantagens e desvantagens da biotecnologia (transgênicos, clones, melhoramento genético, cultura de células), considerando as estruturas e processos biológicos neles envolvidos	H12 - Relacionar atividades sociais e econômicas – comércio, industrialização, urbanização, mineração e agropecuária – com as principais alterações nos ambientes brasileiros, considerando os interesses contraditórios envolvidos.
M5 Compreender organismo humano e saúde, relacionando conhecimento científico, cultura, ambiente e hábitos ou outras características individuais.	H13 - Interpretar indicadores de saúde e desenvolvimento humano, como mortalidade, natalidade, longevidade, nutrição, saneamento, renda e escolaridade, apresentados em gráficos, tabelas e/ou textos.	H14 - Reconhecer os mecanismos da transmissão da vida, prevendo a manifestação de características dos seres vivos, em especial, do ser humano.	H15 - Associar os processos vitais do organismo humano (defesa, manutenção do equilíbrio interno, relações com o ambiente, sexualidade etc.) a fatores de ordem ambiental, social ou cultural dos indivíduos, seus hábitos ou outras características pessoais.	_____	_____

(Conclusão)

EIXOS COGNITIVOS COMPETÊNCIAS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	I - Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.	II - Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.	III - Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas para tomar decisões e enfrentar situações-problema.	IV – Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas para construir argumentação consistente.	V - Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.
M6 Entender métodos e procedimentos próprios das ciências naturais e aplicá-los a diferentes contextos.	H16 - Relacionar informações apresentadas em diferentes formas de linguagem e representação usadas nas Ciências, como texto discursivo, gráficos, tabelas, relações matemáticas ou linguagem simbólica.	_____	_____	H17 - Relacionar as propriedades física, químicas ou biológicas de produtos, sistemas e procedimentos às finalidades a que se destinam, os problemas ambientais e/ou os eventuais riscos à saúde decorrentes de sua aplicação.	H18 - Selecionar métodos ou procedimentos próprios das Ciências Naturais que contribuam para diagnosticar ou solucionar problemas de ordem social, econômica ou ambiental.
M7 Apropriar-se de conhecimentos da física para compreender o mundo natural e para interpretar, avaliar e planejar intervenções científico-tecnológicas no mundo contemporâneo.	H19 - Reconhecer características físicas e parâmetros de movimentos de veículos, corpos celestes e outros objetos em diferentes linguagens e formas de representação.	_____	H20 - Utilizar leis físicas para interpretar processos naturais e tecnológicos que envolvem trocas de calor, mudanças de pressão e densidade ou interações físicas que provoquem movimentos de objetos.	H21 - Avaliar sistemas naturais e tecnológicos em termos da potência útil, dissipação de calor e rendimento, identificando as transformações de energia ou os processos pelos quais elas ocorrem.	H22 - Comparar possibilidades de geração de energia para uso social em determinado ambiente, identificando as diferentes opções em termos de seus impactos ambiental, social e econômico.
M8 Apropriar-se de conhecimentos da química para compreender o mundo natural e para interpretar, avaliar e planejar intervenções científico-tecnológicas no mundo contemporâneo.	H23 - Utilizar códigos e nomenclatura da química para caracterizar materiais, substâncias e transformações químicas.	H24 - Caracterizar materiais ou substâncias, identificando propriedades, etapas, rendimentos e implicações sociais, econômicas ou ambientais de sua obtenção ou produção.	H25 - Avaliar implicações sociais, ambientais e/ou econômica na produção ou no consumo de eletricidade, dos combustíveis ou de recursos minerais, identificando transformações químicas ou de energia envolvidas nesses processos.	_____	H26 – Analisar propostas de intervenção ambiental aplicando conhecimento químico, observando riscos e benefícios.
M9 Apropriar-se de conhecimentos da biologia para compreender o mundo natural e para interpretar, avaliar e planejar intervenções científico-tecnológicas no mundo contemporâneo.	_____	H27 - Associar características adaptativas dos grandes grupos de animais ou de plantas com o seu modo de vida ou seus limites de distribuição nos diferentes ambientes, em especial nos ambientes brasileiros.	H28 - Interpretar experimentos ou técnicas que utilizam vírus, bactérias, protozoários, algas ou fungos, analisando implicações para a indústria alimentícia, a agricultura, os ciclos biogeoquímicos, a saúde individual ou coletiva, ou produção de medicamentos.	H29 - Comparar argumentos em debate, ao longo do tempo, sobre a evolução dos seres vivos.	H30 - Avaliar propostas de alcance individual ou coletivo, identificando aquelas que visam à preservação e à implementação da saúde individual, coletiva ou do ambiente.

Fonte: BRASIL, [2019b].

ANEXO B - Matriz de Ciências Naturais do Encceja - Ensino Fundamental

(Continua)

		CIÊNCIAS – ENSINO FUNDAMENTAL				
EIXOS COGNITIVOS		I - Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.	II - Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.	III - Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas para tomar decisões e enfrentar situações-problema.	IV – Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas para construir argumentação consistente.	V - Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.
F1 Compreender a ciência como atividade humana, histórica, associada a aspectos de ordem social, econômica, política e cultural.			H1 - Relacionar diferentes explicações propostas para um mesmo fenômeno natural, na perspectiva histórica do conhecimento científico.	H2 - Estabelecer relações entre transformações culturais e conhecimento científico e tecnológico.		
F2 Compreender conhecimentos científicos e tecnológicos a serviço da humanidade, identificando riscos e benefícios neles envolvidos.		H3 - Identificar, em representações variadas, fontes e transformações de energia que ocorrem em processos naturais e tecnológicos.	H4 - Identificar processos e substâncias utilizados na produção e conservação dos alimentos, e outros produtos de uso comum, avaliando riscos e benefícios neles envolvidos.	H5 - Associar a solução de problemas da comunicação, transporte, saúde (como epidemias) ou outro, com o correspondente desenvolvimento científico e tecnológico.	H6 - Reconhecer argumentos pró ou contra o uso de determinadas tecnologias para solução de necessidades humanas, relacionadas à saúde, moradia, transporte, agricultura etc.	
F3 Compreender a natureza como um sistema dinâmico e o ser humano, em sociedade, como um de seus agentes de transformação.		H7 - Relacionar diferentes seres vivos aos ambientes que habitam, considerando características adaptativas.	H8 - Identificar, em situações reais, perturbações ambientais ou medidas de recuperação.	H9 - Relacionar transferência de energia e ciclo de matéria a diferentes processos (alimentação, fotossíntese, respiração e decomposição).	H10 - Relacionar, no espaço ou no tempo, mudanças na qualidade do solo, da água ou do ar às intervenções humanas.	
F4 Compreender a saúde como bem pessoal e ambiental que deve ser promovido por meio de diferentes agentes, de forma individual e coletiva.		H11 - Identificar variações em indicadores de saúde e de desenvolvimento humano, a partir de dados apresentados em gráficos, tabelas ou textos.	H12 - Associar a qualidade de vida, em diferentes faixas etárias e em diferentes regiões, a fatores sociais e ambientais que contribuem para isso.	H13 - Relacionar a incidência de doenças ocupacionais, degenerativas e infectocontagiosas a condições que favorecem a sua ocorrência.		H14 - Selecionar alternativas de condições de trabalho e/ou normas de segurança em diferentes contextos, valorizando o conhecimento científico e o bem estar físico e mental de si próprio e daqueles com quem convive.

(Conclusão)

EIXOS COGNITIVOS COMPETÊNCIAS DE CIÊNCIAS	I - Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.	II - Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.	III - Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas para tomar decisões e enfrentar situações-problema.	IV – Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas para construir argumentação consistente.	V - Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.
F5 Compreender o próprio corpo e a sexualidade como elementos de realização humana, valorizando e desenvolvendo a formação de hábitos de auto-cuidado, de auto-estima e de respeito ao outro.	H15 - Reconhecer funções e localização de diferentes órgãos ou sistemas do corpo humano, suas disfunções ou doenças a eles relacionados.	H16 - Associar problemas de saúde a sintomas, testes diagnósticos simples ou possíveis consequências da automedicação.	H17 - Relacionar saúde com hábitos alimentares, atividade física e uso de medicamentos e outras drogas, considerando diferentes momentos do ciclo de vida humano.	H18 - Analisar o funcionamento de métodos anticoncepcionais, reconhecendo a importância de alguns deles na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.	H19 - Selecionar propostas em prol da saúde física e mental dos indivíduos ou coletividade, em diferentes condições etárias, culturais ou socio-ambientais.
F6 Aplicar conhecimentos de ciência e tecnologia e procedimentos de investigação científica em diferentes contextos.	H20 - Interpretar informações contidas em rótulos, embalagens, bulas, receitas, manuais de instrumentos e equipamentos simples.	H21 - Avaliar produtos de uso cotidiano (limpeza, higiene, alimentos, medicamentos ou outros) de mesma finalidade, baseando-se em suas propriedades.	H22 - Relacionar comportamento de variáveis em observação ou experimentação de fenômenos naturais.	H23 - Avaliar riscos e benefícios de procedimentos para solução de problema real, considerando o interesse coletivo.	H24 - Diagnosticar situações do cotidiano em que ocorrem desperdícios de energia ou matéria, propondo formas de minimizá-las.
F8 Compreender o Sistema Solar, enfatizando a Terra em sua constituição geológica e planetária própria, situando o ser humano no espaço e no tempo em relação ao Universo.	H25 - Empregar linguagem científica (nomes, gráficos, símbolos e representações) para descrever a constituição ou a dinâmica da Terra e do Sistema solar.	H26 - Relacionar diferentes fenômenos cíclicos como dia e noite, estações do ano, climas, fases da lua, marés e eclipses aos movimentos da Terra e da Lua.	_____	H27 - Relacionar características do planeta Terra com fenômenos naturais ou induzidos pela atividade humana.	_____
F9 Avaliar a disponibilidade e os processos para obtenção e utilização de recursos materiais e energéticos.	_____	H28 - Relacionar diferentes recursos naturais – seres vivos, materiais ou energia – a bens de consumo utilizados no cotidiano.	H29 - Compreender o significado e a importância da água e de seu ciclo em sua relação com condições sócio-ambientais.	_____	H30 - Analisar propostas de uso de materiais e recursos energéticos, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Brasil, [2019b].

ANEXO C - Estrutura do QSE - Encceja Nacional 2017

(Continua)

Dados do Questionário Socioeconômico - Encceja NACIONAL 2017		
Q001	Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)	A Moro sozinho
		B Uma a três
		C Quatro a sete
		D Oito a dez
		E Mais de dez
Q002	A casa onde você mora é? (Marque apenas uma resposta)	A Própria
		B Alugada
		C Cedida
Q003	Sua casa está localizada em? (Marque apenas uma resposta)	A Zona rural
		B Zona urbana
		C Comunidade indígena
		D Comunidade quilombola
Q004	Qual é o nível de escolaridade do seu pai? (Marque apenas uma resposta)	A Da 1 ^a à 4 ^a série do Ensino Fundamental (antigo primário)
		B Da 5 ^a à 8 ^a série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
		C Ensino Médio (antigo 2º grau)
		D Ensino Superior
		E Especialização
		F Não estudou
		G Não sei
Q005	Qual é o nível de escolaridade da sua mãe? (Marque apenas uma resposta)	A Da 1 ^a à 4 ^a série do Ensino Fundamental (antigo primário)
		B Da 5 ^a à 8 ^a série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
		C Ensino Médio (antigo 2º grau)
		D Ensino Superior
		E Especialização
		F Não estudou
		G Não sei
Q006	Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? (Marque apenas uma resposta)	A Nenhuma renda
		B Até R\$ 937,00
		C De R\$ 937,01 a R\$ 1.405,50
		D De R\$ 1.405,51 a R\$ 1.874,00
		E De R\$ 1.874,01 a R\$ 2.342,50
		F De R\$ 2.342,51 a R\$ 2.811,00
		G De R\$ 2.811,01 a R\$ 3.748,00
		H De R\$ 3.748,01 a R\$ 4.685,00
		I De R\$ 4.685,01 a R\$ 5.622,00
		J De R\$ 5.622,01 a R\$ 6.559,00
		K De R\$ 6.559,01 a R\$ 7.496,00
		L De R\$ 7.496,01 a R\$ 8.433,00
		M De R\$ 8.433,01 a R\$ 9.370,00
		N De R\$ 9.370,01 a R\$ 11.244,00
		O De R\$ 11.244,01 a R\$ 14.055,00
		P De R\$ 14.055,01 a R\$ 18.740,00
		Q De Mais de R\$ 18.740,00
Q007	Qual a sua renda mensal, aproximadamente? (Marque apenas	A Nenhuma renda
		B Até R\$ 937,00

(Continuando)

	uma resposta)	C	De R\$ 937,01 a R\$ 1.405,50
		D	De R\$ 1.405,51 a R\$ 1.874,00
		E	De R\$ 1.874,01 a R\$ 2.342,50
		F	De R\$ 2.342,51 a R\$ 2.811,00
		G	De R\$ 2.811,01 a R\$ 3.748,00
		H	De R\$ 3.748,01 a R\$ 4.685,00
		I	De R\$ 4.685,01 a R\$ 5.622,00
		J	De R\$ 5.622,01 a R\$ 6.559,00
		K	De R\$ 6.559,01 a R\$ 7.496,00
		L	De R\$ 7.496,01 a R\$ 8.433,00
		M	De R\$ 8.433,01 a R\$ 9.370,00
		N	De R\$ 9.370,01 a R\$ 11.244,00
		O	De R\$ 11.244,01 a R\$ 14.055,00
		P	De R\$ 14.055,01 a R\$ 18.740,00
		Q	De Mais de R\$ 18.740,00
Q008	Você trabalha ou já trabalhou? (Marque apenas uma resposta)	A	Sim
		B	Não
Q009	Em que você trabalha atualmente (agosto/2017)? (Marque apenas uma resposta)	A	Na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca
		B	Na indústria
		C	Na construção civil
		D	No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços
		E	Como funcionário(a) do governo federal, estadual ou municipal
		F	Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior
		G	Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador/a de carros, catador/a de lixo)
		H	Trabalho em minha casa informalmente (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.)
		I	Faço trabalho doméstico em casa de outras pessoas (cozinheiro/a, mordomo/governanta, jardineiro, babá, lavadeira, faxineiro/a, acompanhante de idosos/as etc.)
		J	No lar (sem remuneração)
		K	Outro
		L	Não trabalho
Q010	Indique o grau de importância de cada um dos motivos abaixo na sua decisão de trabalhar: Ajudar nas despesas com a casa	0	0 indica nenhuma importância e 5 maior importância
		1	
		2	
		3	
		4	
		5	
Q011	Indique o grau de importância de cada um dos motivos abaixo na sua decisão de trabalhar: Sustentar minha família (esposo/a, filhos/as etc.)	0	0 indica nenhuma importância e 5 maior importância
		1	
		2	
		3	
		4	

(Continuando)

		5	
Q012	Indique o grau de importância de cada um dos motivos abaixo na sua decisão de trabalhar: Ser independente (ganhar meu próprio dinheiro)	0	0 indica nenhuma importância e 5 maior importância
		1	
		2	
		3	
		4	
		5	
		0	
Q013	Indique o grau de importância de cada um dos motivos abaixo na sua decisão de trabalhar: Adquirir experiência	1	0 indica nenhuma importância e 5 maior importância
		2	
		3	
		4	
		5	
		0	
		1	
Q014	Indique o grau de importância de cada um dos motivos abaixo na sua decisão de trabalhar: Custear/ pagar meus estudos	2	0 indica nenhuma importância e 5 maior importância
		3	
		4	
		5	
		A	Sem jornada fixa, até 10 horas semanais
		B	De 11 a 20 horas semanais
		C	De 21 a 30 horas semanais
Q015	Quantas horas semanais você trabalha? (Marque apenas uma resposta)	D	De 31 a 40 horas semanais
		E	Mais de 40 horas semanais
		A	Antes dos 14 anos
		B	Entre 14 e 16 anos
		C	Entre 17 e 18 anos
		D	Após 18 anos
		A	Atrapalhou meus estudos
Q016	Com que idade você começou a trabalhar? (Marque apenas uma resposta)	B	Possibilitou meus estudos
		C	Possibilitou meu crescimento pessoal
		D	Não atrapalhou meus estudos
		E	Não trabalhei durante meus estudos
		A	Não, nunca
		B	Sim, uma vez
		C	Sim, duas vezes
Q017	Como você avalia ter estudado e trabalhado durante seus estudos? (Marque apenas uma resposta)	D	Sim, três vezes ou mais
		A	Conseguir um emprego
		B	Progredir no emprego atual
		C	Conseguir um emprego melhor
		D	Adquirir mais conhecimento, ficar atualizado
		E	Atender à expectativa de meus familiares sobre meus estudos
		F	Não pretendo voltar a estudar
Q019	Qual principal motivo faria você voltar a estudar ou continuar estudando? (Marque apenas uma resposta)	A	Não frequentei
		B	1ª série do ensino fundamental (antigo primário, 1º grau)
		C	2ª série do ensino fundamental (antigo primário, 1º grau)
		D	3ª série do ensino fundamental (antigo primário, 1º grau)
		E	4ª série do ensino fundamental (antigo
Q020	Se você já frequentou a escola regular, em que série você deixou de estudar? (Marque apenas uma resposta)		

(Continuando)

		primário, 1º grau)
	F	5ª série do ensino fundamental (antigo ginásio, 1º grau)
	G	6ª série do ensino fundamental (antigo ginásio, 1º grau)
	H	7ª série do ensino fundamental (antigo ginásio, 1º grau)
	I	8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio, 1º grau)
	J	1ª série do ensino médio (antigo 2º grau)
	K	2ª série do ensino médio (antigo 2º grau)
	L	3ª série do ensino médio (antigo 2º grau)
Q021	A	Nunca frequentei a escola
	B	Estou frequentando a escola
	C	Menos de 10 anos
	D	Entre 10 e 14 anos (inclusive)
	E	Entre 15 e 18 anos (inclusive)
	F	Entre 19 e 24 anos (inclusive)
	G	Entre 25 e 30 anos (inclusive)
	H	Mais de 30 anos
	0	0 indica o fator menos relevante e 5 o fator mais relevante
Q022	1	
	2	
	3	
	4	
	5	
Q023	0	0 indica o fator menos relevante e 5 o fator mais relevante
	1	
	2	
	3	
	4	
	5	
Q024	0	0 indica o fator menos relevante e 5 o fator mais relevante
	1	
	2	
	3	
	4	
	5	
Q025	0	0 indica o fator menos relevante e 5 o fator mais relevante
	1	
	2	
	3	
	4	
	5	
Q026	0	0 indica o fator menos relevante e 5 o fator mais relevante
	1	
	2	
	3	
	4	
	5	
Q027	0	0 indica o fator menos relevante e 5 o fator mais relevante
	1	
	2	

(Continuando)

	quero ou não gosto de estudar	3 4 5	
Q028	Indique o grau de importância dos motivos que levaram você a participar do Encceja: Por que é a melhor maneira para conciliar meus estudos e trabalho	0 1 2 3 4 5	0 indica o fator menos relevante e 5 o fator mais relevante
Q029	Indique o grau de importância dos motivos que levaram você a participar do Encceja: Para conseguir um emprego	0 1 2 3 4 5	0 indica o fator menos relevante e 5 o fator mais relevante
Q030	Indique o grau de importância dos motivos que levaram você a participar do Encceja: Para fazer curso profissionalizante e me preparar para o trabalho	0 1 2 3 4 5	0 indica o fator menos relevante e 5 o fator mais relevante
Q031	Indique o grau de importância dos motivos que levaram você a participar do Encceja: Para progredir no emprego atual	0 1 2 3 4 5	0 indica o fator menos relevante e 5 o fator mais relevante
Q032	Você cursa ou já cursou a Educação de Jovens e Adultos <i>à</i> EJA? (Marque apenas uma resposta)	A B	Sim Não
Q033	Como é ou era o curso de EJA que você frequenta ou frequentou? (Marque apenas uma resposta)	A B C D E F	Curso presencial em escola pública Curso presencial em escola privada Curso presencial na empresa em que trabalha, instituição filantrópica ou religiosa Curso a distância (via rádio, televisão, internet, correio, com apostilas) Curso semi-presencial em escola pública Curso semi-presencial em escola privada
Q034	Caso tenha deixado de cursar a EJA indique o(s) motivo(s)? Não se aplica	A B	Sim Não
Q035	Caso tenha deixado de cursar a EJA indique o(s) motivo(s)? Trabalho/ não tinha tempo de estudar	A B	Sim Não
Q036	Caso tenha deixado de cursar a EJA indique o(s) motivo(s)? Estudava no curso da empresa e foi interrompido	A B	Sim Não
Q037	Caso tenha deixado de cursar a EJA indique o(s) motivo(s)? Problemas de saúde ou acidentes comigo ou familiares	A B	Sim Não

(Continuando)

Q038	Caso tenha deixado de cursar a EJA indique o(s) motivos(s)? Mudança de estado, município ou cidade	A	Sim
		B	Não
Q039	Caso tenha deixado de cursar a EJA indique o(s) motivos(s)? Motivos pessoais: casamento / filhos	A	Sim
		B	Não
Q040	Caso tenha deixado de cursar a EJA indique o(s) motivos(s)? Não tinha interesse / desisti	A	Sim
		B	Não
Q041	Caso tenha deixado de cursar a EJA indique o(s) motivos(s)? Senti-me discriminado(a) / Sofri agressão (física ou verbal)	A	Sim
		B	Não
Q042	Em que medida os motivos a seguir influenciaram no fato de você não ter frequentado ou ter abandonado a escola regular: Inexistência de vaga em escola pública	0	0 significa que não influenciou e 5 influenciou muito
		1	
		2	
		3	
		4	
		5	
Q043	Em que medida os motivos a seguir influenciaram no fato de você não ter frequentado ou ter abandonado a escola regular: Ausência de escola perto de casa	0	0 significa que não influenciou e 5 influenciou muito
		1	
		2	
		3	
		4	
		5	
Q044	Em que medida os motivos a seguir influenciaram no fato de você não ter frequentado ou ter abandonado a escola regular: Falta de interesse em estudar	0	0 significa que não influenciou e 5 influenciou muito
		1	
		2	
		3	
		4	
		5	
Q045	Em que medida os motivos a seguir influenciaram no fato de você não ter frequentado ou ter abandonado a escola regular: Trabalho - falta de tempo para estudar	0	0 significa que não influenciou e 5 influenciou muito
		1	
		2	
		3	
		4	
		5	
Q046	Em que medida os motivos a seguir influenciaram no fato de você não ter frequentado ou ter abandonado a escola regular: Motivos pessoais - casamento / filhos	0	0 significa que não influenciou e 5 influenciou muito
		1	
		2	
		3	
		4	
		5	
Q047	Em que medida os motivos a seguir influenciaram no fato de você não ter frequentado ou ter abandonado a escola regular: Falta de apoio familiar	0	0 significa que não influenciou e 5 influenciou muito
		1	
		2	
		3	
		4	
		5	
Q048	Em que medida os motivos a seguir influenciaram no fato de você não ter frequentado ou ter abandonado a escola regular: Problemas de saúde	0	0 significa que não influenciou e 5 influenciou muito
		1	
		2	
		3	

(Conclusão)

	ou acidente comigo ou familiares	4	
		5	
Q049	Em que medida os motivos a seguir influenciaram no fato de você não ter frequentado ou ter abandonado a escola regular: Discriminação/preconceitos de raça, sexo, cor, idade ou socioeconômico	0	0 significa que não influenciou e 5 influenciou muito
		1	
		2	
		3	
		4	
		5	

Fonte: Brasil (2017d).